



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIOAMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GILBERTO CELESTINO DOS SANTOS

**ANÁLISE DA DINÂMICA TERRITORIAL DE QUIRINÓPOLIS (GO) - 1960 a 2010.**

Goiânia, GO  
Dezembro/2011

GILBERTO CELESTINO DOS SANTOS

**ANÁLISE DA DINÂMICA TERRITORIAL DE QUIRINÓPOLIS (GO) - 1960 a 2010.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço

Orientador: Prof. Dr. MANOEL CALAÇA

Goiânia, GO  
Dezembro/2011

GILBERTO CELESTINO DOS SANTOS

**ANÁLISE DA DINÂMICA TERRITORIAL DE QUIRINÓPOLIS (GO) - 1960 a 2010.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Manoel Calaça – IESA/UFG – Orientador

---

Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet – UEPR – Francisco Beltrão – PR – TITULAR

---

Prof. Dr. Celbo Antonio Fonseca Rosas – UESC/Ilhéus – BA - TITULAR

---

Prof. Dr. Ronan Eustáquio Borges – IESA/UFG -TITULAR

---

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro – IESA/UFG - TITULAR

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira – IESA/UFG Suplente

---

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça - CAC/UFG – Suplente

Goiânia, GO  
Dezembro/2011

## Dedicatória

Dedico a DEUS,

*Pois Ele é o meu SENHOR e me fez sua imagem e semelhança, levou todos os problemas que seriam meus e pôs-me a andar sobre pastagens verdejantes, onde as árvores são frutíferas, as sombras são acolhedoras e o caminho suave.*

*Pois o Senhor é quem dá sabedoria; de sua boca procedem o conhecimento e o discernimento. Ele reserva a sensatez para o justo; Como um escudo protege quem anda com integridade, Pois guarda a vereda do justo protege o caminho dos seus fiéis. Então você entenderá o que é justo, direito e certo, aprenderá os caminhos do bem. Pois a sabedoria entrará em seu coração, e o conhecimento será agradável à sua alma. O bom senso o guardará e o discernimento o protegerá.*

*Pv 2:6-11*

*Não se associe com quem vive de mau humor, Nem ande em companhia de quem facilmente se ira;*

*Pv 22:24*

## Agradecimentos

A realização deste trabalho não foi uma construção solitária, foi regada com muito ânimo e incentivos valiosos, que começaram a surgir muito antes do meu ingresso no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás.

Ao meu orientador, Professor Doutor Manoel Calaça que usando de sua sabedoria e paciência, soube transmitir orientações seguras e fundamentais para a realização deste Trabalho.

Ao Professor Doutor Eguimar Felício Chaveiro, incentivador e amigo deste os tempos da graduação, que contribuiu com sugestões, esclarecimentos e apoio.

Ao Professor Doutor Ronan Eustáquio Borges, que muito contribuiu direta e indiretamente com esta pesquisa.

À Professora Fátima Sueli Marcon dos Santos, Doutoranda em Geociências na UNESP/Rio Claro, esposa e incentivadora, parceira também nas pesquisas, que pacientemente soube compreender a minha dedicação a este trabalho.

Aos meus filhos Gilberto Antonio Marcon dos Santos e Rafael Marcon dos Santos, que souberam compreender a minha ausência em muitos momentos do convívio cotidiano.

Aos professores Eurípedes e Carvalho, que dividiram tarefas administrativas comigo, possibilitando precioso tempo para a minha dedicação a este trabalho.

## Lista de Siglas

ABCAR = Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural;

ACAR-GO = Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás;

Agrovale = Cooperativa Mista dos Produtores do Vale do Paranaíba Ltda

APPs = Áreas de Preservação Permanentes;

ATR = Açúcar Total Recuperável;

BNDES = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

CAI's = Complexos Agroindustriais;

CONAB = Companhia Brasileira de Abastecimento;

CT Agronegócio = Centro de Tecnologia em Agronegócio;

CTC = Centro de Tecnologia Canavieira;

EMATER – GO = Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás;

EPE = Empresa de Pesquisa Energética;

Ha = Hectare;

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

ICMS = Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços;

II PND = Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento;

MCR = Manual de Crédito Rural;

PCTS = Pagamento da Cana pelo Teor de Sacarose;

PIB = Produto Interno Bruto;

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado;

RIDESA = Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro;

SNCR = Sistema Nacional de Crédito Rural.

## SUMÁRIO

Lista de figuras .....	07
Lista de tabelas e quadros .....	08
Lista de gráficos .....	09
Resumo .....	10
Abstract .....	11
1 INTRODUÇÃO .....	12
2. ESTRUTURA DO ESPAÇO PRODUTIVO EM QUIRINÓPOLIS ATÉ 1970 ...	17
2.1. A territorialidade e o processo produtivo .....	41
2.2. A transformação das relações de trabalho .....	47
2.3. O processo migratório e as mudanças políticas e sociais .....	51
3.0. TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA DE 1970 A 2010 .....	59
3.1. A mecanização nas lavouras de arroz, milho e pastagens .....	61
3.2. O agronegócio integra o campo aos multimercados .....	75
4. SETOR SUCROALCOOLEIRO E A DINÂMICA TERRITORIAL .....	100
4.1. A expansão das lavouras de cana em áreas de cultivos de cereais e pastagens .....	102
4.2. Produção, renda e participação dos produtores rurais no sistema sucroalcooleiro .....	120
4.3. Os agrobioenergéticos como força motora nos mercados atuais .....	128
4.4. A dinâmica territorial e a força das modernas tecnologias .....	137
5. CONCLUSÃO .....	156
6. BIBLIOGRAFIA .....	161

## Lista de figuras

Figura 01	Estado de Goiás – Localização dos Municípios de Quirinópolis e Gouvelândia .....	24
Figura 02	Quirinópolis, Lavoura de subsistência consorciada arroz e milho .....	26
Figura 03	Quirinópolis, Lavoura de subsistência em área de desmatamento com trabalho braçal .....	29
Figura 04	Quirinópolis - Colheita manual de arroz em lavoura de subsistência ....	29
Figura 05	Desmatamento com máquinas de esteira, década de 1960 .....	32
Figura 06	Carro de bois, principal meio de transporte até 1960 .....	35
Figura 07	Caminhão, a grande mudança no transporte de produtos rurais .....	37
Figura 08	Desmatamentos mecanizados para lavouras de subsistência .....	48
Figura 09	Aração de pastagem degradada, fase inicial do processo de mecanização do solo agrícola .....	62
Figura 10	Batedeira de arroz e milho, tração motorizada – década 1970 .....	66
Figura 11	Batedeira de arroz e milho, tração motorizada – anos 60 .....	67
Figura 12	Colheitadeira de arroz e soja, utilizada a partir dos anos 1970 .....	67
Figura 13	Criação de gado de corte, Município de Quirinópolis .....	73
Figura 14	Agronegócio - Lavoura de milho, Município de Quirinópolis .....	78
Figura 15	Agronegócio - Colheita mecanizada de soja .....	79
Figura 16	Vista Panorâmica da Usina São Francisco .....	101
Figura 17	Vista Panorâmica da Usina Boa Vista (Nova Fronteira) .....	101

## Lista de Tabelas e Quadros

Tabela 01	Quirinópolis, Estabelecimentos e Grupos de Área de 1950 a 1985 ...	33
Tabela 02	Município, Ano, Área total (Km <sup>2</sup> ) e Ano de emancipação política .....	33
Tabela 03	Quirinópolis, População total, urbana e rural de 1950 a 1970 .....	38
Tabela 04	Produtos, Área (ha) cultivada e produção (t) de 1950 a 1980 .....	39
Tabela 05	Produtos, Área plantada (ha) e produção (t) de 1970 a 2007 .....	65
Tabela 06	Quirinópolis, Área (ha) e produção agrícola (t), de 1950 a 2001 .....	82
Tabela 07	Balança Comercial brasileira em (U\$ milhões) de 2000 a 2010 .....	89
Tabela 08	Quirinópolis, População e participação (%) nos setores urbano e rural de 1950/2010 .....	97
Tabela 09	Quirinópolis, Área ocupada (ha), 2000 a 2010 .....	104
Tabela 10	Quirinópolis, Produção agrícola (ton), 2000 a 2010 .....	106
Tabela 11	Quirinópolis, utilização declarada da terra (ha), de 1950 a 2006 .....	109
Tabela 12	Área plantada (mil ha), variação (%) por região, 2000/1 e 2003/4 .....	112
Tabela 13	Variações Dólar/Real e nas bolsas de Chicago (US\$ e R\$) e do Mercado Interno, 2001 a 2011 .....	114
Tabela 14	Quirinópolis, População, PIB, PIB por setor e per capita (R\$ mil) 1999 a 2008 .....	141
Tabela 15	Quirinópolis, Balança Comercial em (US\$ FOB), 2001 a 2009 .....	141
Quadro 01	Grupos familiares no controle da produção sucroalcooleira .....	133
Quadro 02	Produção de etanol a partir de milho, cana e beterraba .....	134

## Lista de Gráficos

Gráfico 01	Balança comercial brasileira, Evolução das exportações e importações em (U\$ Milhões), 2000 a 2011 .....	89
Gráfico 02	Quirinópolis, Evolução populacional de 1950 a 2010 .....	99
Gráfico 03	Quirinópolis, Evolução de áreas e principais cultivos, 2000 a 2010 ...	105
Gráfico 04	Quirinópolis, Evolução da produção, área e produtividade de milho de 2000 a 2010 .....	107
Gráfico 05	Quirinópolis, Evolução de produção, área e produtividade de soja de 2000 a 2010 .....	108
Gráfico 06	Variações Dólar/Real e nos preços da soja nos mercados interno e externo, 2001 a 2011 .....	115
Gráfico 07	Quirinópolis, Evolução dos cultivos de soja e cana de 2000 a 2010...	118
Gráfico 08	Quirinópolis, PIB, variação por setor e per capita, 1999 a 2008 .....	142
Gráfico 09	Quirinópolis, Evolução socioeconômica de 2001 a 2009 .....	150
Gráfico 10	Quirinópolis, Evolução da balança comercial de 2001 a 2009 .....	151
Gráfico 11	Quirinópolis, Evolução do consumo de energia de 2005 a 2009 .....	153
Gráfico 12	Quirinópolis, Evolução do ICMS municipal de 2007 a 2010 .....	155
Gráfico 13	Quirinópolis, Empregos formais e salário médio de 2001 a 2010 .....	155

## RESUMO

A pesquisa sobre a dinâmica territorial em Quirinópolis tem por objetivos analisar as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas neste Município a partir de 2005, com a implantação e expansão do setor sucroalcooleiro ou agroenergético, que desenvolve processo produtivo impulsionado por grandes fluxos de capitais e tecnologias, territorializadas em áreas produtoras de soja e de pastagens cultivadas, forçando a migração de produtores e trabalhadores rurais, alterando o PIB e os fluxos de bens, serviços e mercadorias, gerando valorização imobiliária, salarial e de renda. A discussão teórico-metodológica da pesquisa, conforme (Saquet, 2007 págs. 53-74), parte “da abordagem territorial”, e fez-se necessário conforme (Santos, 1999 págs. 41-46), “uma periodização técnica e em escala e tempo” que permitem operacionalizar a pesquisa, dividindo-se o processo produtivo desenvolvido a partir da década de 1960 em três fases, que correspondem consecutivamente aos capítulos a seguir. Os capítulos I e II caracterizam-se pela introdução e pela inserção da região Centro Oeste no processo produtivo nacional, pela conceituação teórica e pela ênfase ao desenvolvimento das lavouras de arroz e milho. No capítulo III são caracterizadas as grandes transformações tecnológicas que ocorreram a partir da década de 1970, através da mecanização plena do processo de produção, gerando grande rotatividade de pequenos e médios produtores na transição dos cultivos de arroz e milho para a soja, alterando a dinâmica populacional com acentuado êxodo rural. No capítulo IV, a dinâmica territorial é analisada a partir da implantação do setor sucroalcooleiro que atua como ator hegemoneizante, introduzindo mudanças no processo produtivo, na arrecadação pública e nas relações de mercado, gerando conflitos sociais ao mudar a estrutura produtiva, desterritorializando pequenos e médios proprietários, arrendatários e trabalhadores, formando um sistema territorial pouco flexível e com pleno controle do processo de produção, industrialização e distribuição. Conclui-se que foram alteradas pelo setor sulcroalcooleiro ou agroenergético antigas correlações municipais de poder, estruturando e fortalecendo uma nova dinâmica territorial, buscando superar as novas desigualdades regionais a partir dos fartos incentivos creditícios, tecnológicos e da disponibilidade dos recursos naturais, que resultam em diferentes níveis de produtividade, de valores e de rendas.

Palavras-chave: Território, territorialização, dinâmica, tecnologias, agroindústrias e Quirinópolis.

## ABSTRACT

The research on territorial dynamics in Quirinópolis aims to analyze the economic, political and social changes in this county since 2005 caused by the establishment and expansion of the agro-energy sector, which develops the productive process driven by large flows of capital and technology, territorialized in soybean and pasture production areas, forcing the migration of farmers and rural workers, changing the GDP and the flow of goods and services, leading to real estate and wages valuation. The discussion of theoretical and methodological research, as (Saquet, 2007 pgs. 53-74), based on "territorial approach", and it was necessary, as (Santos, 1999 pgs. 41-46), a technical, scale and time periodization that allow research operationalization, dividing the production process developed from the 1960s in three phases, which correspond to the following consecutive chapters. Chapters I and II are characterized by the introduction and integration of the Midwest Region in the national production process, the theoretical conceptualization and the emphasis on the development of rice and corn crops. In Chapter III major technological changes that occurred from the 1970s through the full mechanization of the production process are characterized, generating a large turnover of small and medium producers in the transition of the crops of rice and corn to soybeans, changing the population dynamics with strong rural exodus. In Chapter IV territorial dynamics is analyzed from the implementation of this sector that acts as an hegemonising actor, introducing changes in the production process, the collection and public relations market, generating social conflict by changing the production structure, deterritorializing small and medium landowners, tenants and workers, forming an inflexible territorial system and with full control of the production, manufacturing and distribution processes. It is concluded that the agro-energy industry changed old municipal power correlations, structuring and strengthening a new territorial dynamic, seeking to overcome the new regional inequalities from the fed credit incentives, technology and the availability of natural resources, which result in different productivity levels, values and rents.

Keywords: Territory, territorialization, dynamic, technologies, agro industries and Quirinópolis.

## 1. INTRODUÇÃO

As transformações políticas e socioeconômicas ocorridas no Município de Quirinópolis, com o desenvolvimento das atividades agrícolas comerciais, iniciadas com a implantação das lavouras de arroz, milho e algodão, caracterizam o início da dinâmica territorial que se desenvolveu por fases distintas, a partir da década de 1960.

A dinâmica territorial em Quirinópolis é alavancada pela inserção da região Centro Oeste no processo produtivo nacional e tem a partir da construção de Brasília e da malha rodoviária que interliga o sudoeste goiano e o Município de Quirinópolis às principais áreas consumidoras do País, tornando as terras agricultáveis estratégicas na produção de gêneros básicos como: arroz, feijão e milho.

A partir da década de 1960 desenvolveu-se a produção destes gêneros com o uso intensivo do trabalho “braçal”, que predominou em quase todo o sul goiano até início da década de 1970, formando grandes aglomerados de trabalhadores rurais através de intenso processo migratório inter-regional, o que garantiu o suprimento das necessidades de mão de obra nas áreas de lavouras, realizando atividades de desmatamentos, plantio, cultivos e colheitas manuais e com apoio de equipamentos com tração animal.

No decorrer da década de 1970, os incentivos governamentais foram responsáveis por introduzir e fortalecer o processo de mecanização em todas as fases das atividades agrícolas, por fazer a inserção da cultura da soja, das herbicidas, fungicidas e insumos químicos, por desenvolver os sistemas de transportes, armazenamentos e comercialização. Mas, forçando a substituição progressiva do trabalho braçal por máquinas e implementos agrícolas modernos, gerando um excedente de mão de obra não qualificada, forçando a massa trabalhadora a um processo de êxodo rural contínuo, permanecendo no campo apenas a mão de obra qualificada para o trabalho agrícola mecanizado ou para o trabalho com o rebanho bovino.

A partir da década de 1980, mesmo com variações e restrições na política de créditos rurais, consolidou-se a sojicultura como principal commodity produzida na

área em estudos, consolidando a estrutura produtiva com a inserção de pequenos e médios produtores – pequenos até 04 módulos e médios de 04 a 15 módulos fiscais – que desenvolveram com apoio e incentivos governamentais, o processo produtivo de alto padrão tecnológico.

Com a implantação das atividades sucroalcooleiras ou agroenergéticas a partir de 2005, iniciaram-se grandes transformações políticas e sociais, que se caracterizaram inicialmente pelo processo de ocupação dos solos agrícolas, através de arrendamentos e vendas de propriedades produtivas, provocando a dispersão de parte considerável dos produtores rurais ativos nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, e posteriormente por parcerias estabelecidas entre usinas e os médios e grandes produtores.

As transformações ocorridas nos últimos anos conduziram a uma dinâmica territorial, onde parcerias entre proprietários e usinas, arrendamentos para as usinas e vendas para terceiros são resultantes de ações do processo agroindustrial que estabelece valorização, padrões e metas de produção. A valorização temporária dos imóveis rurais decorrentes do processo de implantação das atividades sucroalcooleiras possibilitou aos proprietários rurais ampliar a margem hipotecária e a capacidade de endividamentos ou de geração de receitas dos imóveis.

Com a implantação das lavouras canavieiras verifica-se a migração de produtores rurais para Quirinópolis, alterando os fluxos de bens, serviços e mercadorias, gerando valorização imobiliária dos bens imóveis para compra, construção e locação. Este processo gerou ainda valorização salarial, de renda e PIB, numa caracterização plena de nova dinâmica territorial no Município de Quirinópolis.

Com o objetivo de analisar a dinâmica territorial em Quirinópolis a partir da década de 1960 fez-se necessário caracterizar o processo de desenvolvimento das lavouras de arroz e milho, que representaram em seu tempo técnico uma nova dinâmica territorial e produtiva comandada pelas monoculturas em substituição às lavouras consorciadas e de subsistência predominantes até meados da década de 1970. A partir desta década ocorreu a introdução da sojicultura, trazendo novos indicadores econômicos e sociais e alterando conseqüentemente a dinâmica territorial.

A partir de 2005, o objetivo foi analisar a dinâmica territorial a partir das mudanças políticas e socioeconômicas impulsionadas pelos fluxos de capitais e

tecnologias que foram territorializadas pelas atividades agroindustriais sucroalcooleiras ou agroenergéticas em áreas tradicionalmente produtoras de soja e de pastagens cultivadas intensificando a migração de produtores, trabalhadores e demais residentes nas áreas de cultivos.

Para a realização desta pesquisa, fez-se necessário caracterizar três fases distintas do processo de desenvolvimento das atividades produtivas no município de Quirinópolis, estabelecendo procedimentos metodológicos e conceituais para a abordagem política e econômica do território e da territorialização do capital através das modernas tecnologias aplicadas ao processo produtivo.

Através da abordagem territorial torna-se possível, a partir de indicadores econômicos e sociais, analisar a evolução e a dinâmica do processo de desenvolvimento das atividades comerciais, produtivas agrícolas e industriais, implantadas pelo setor sucroalcooleiro ou agroenergético, que estrutura-se como ator hegemônicas na formação de um sistema territorial pouco flexível, que permite ao próprio setor sucroalcooleiro pleno controle territorial do processo de produção, industrialização e distribuição.

Variáveis como localização, condições climáticas, pedológicas e topográficas são condicionantes que aparecem secundariamente como fatores que demandam pequenas variações na relação custo/benefício, face ao padrão tecnológico demandado e implantado pelo setor sucroalcooleiro em seu território produtivo.

Para operacionalizar a aplicação de procedimentos metodológicos durante a realização da pesquisa sobre a estruturação da dinâmica produtiva no município de Quirinópolis dividindo-se o processo produtivo a partir de 1960 em três fases, que correspondem consecutivamente aos capítulos a seguir.

A divisão em capítulos compreende uma periodização técnica do processo produtivo, com relevância para a análise da dinâmica territorial, caracterizando a primeira fase desse processo pela ausência das técnicas modernas e pelo uso do trabalho braçal com uso de instrumentos agrícolas artesanais em que se realiza a produção voltada para o consumo regional. No segundo período desse processo, a industrialização do processo produtivo elimina o trabalho braçal não especializado para atender a demanda tecnológica de produção em escala comercial internacional e, no último período desse processo, a informatização da produção estabelece um novo padrão tecnológico e de articulação e funcionabilidade do processo produtivo no território, para as demandas geradas nos multimercados.

Nos Capítulos I e II discute-se que a partir da inserção da região Centro Oeste no processo produtivo nacional, caracterizado pela construção de Brasília e da malha rodoviária federal, interligando-a aos grandes centros produtores e consumidores do País, o Sudoeste Goiano e os municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, com suas localizações geográficas e suas terras agricultáveis, tornam-se estratégicos na produção de alimentos básicos como arroz, feijão e milho.

A partir da década de 1960, começa uma nova dinâmica territorial nos Municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, impulsionada pelas transformações políticas e socioeconômicas iniciadas com o desenvolvimento das atividades agrícolas comerciais monoculturas desenvolvidas com o uso intensivo do trabalho braçal. A partir do final desta década, altera-se o processo produtivo com a introdução das lavouras mecanizadas e do cultivo da sojicultura, levando à ocorrência de um acentuado êxodo rural e uma profunda mudança na composição da populacional do Município.

Neste capítulo, faz-se ainda uma reflexão teórico-conceitual sobre território e a territorialidade do processo de desenvolvimento, das transformações nas relações de produção e trabalho, sobre a incorporação de aspectos modernizantes contrastantes com a antiga territorialidade cultural, folclórica e até política já existente.

No Capítulo III, são caracterizadas as grandes transformações tecnológicas que ocorreram a partir da década de 1970 neste município através da mecanização em todas as etapas do processo de produção, gerando grande rotatividade de pequenos e médios produtores rurais na transição dos cultivos de arroz e milho para a cultura da soja, por necessidade de ampliarem as áreas produtivas e pela migração inter e intraregional de produtores.

Outras mudanças são caracterizadas pela organização do agronegócio, que estabelece um padrão produtivo para as commodities soja e milho, alterando a estrutura produtiva, política e socioeconômica, eliminando a diversificação e rotação de culturas para estabelecer o domínio da sojicultura como produto referência de mercado, principalmente os mercados internacionais e as grandes indústrias, acelerando definitivamente o processo migratório interregional e rural/urbano.

As mudanças recentes que caracterizam a nova dinâmica territorial em Quirinópolis, apresentadas no Capítulo IV, mudam não só a paisagem municipal, mas principalmente a dinâmica produtiva que era centrada no produto soja e passa a

ser focada na agroindústria sucroalcooleira ou agroenergética, que se desenvolve como ator hegemoneizante.

Ao implantarem novas dinâmicas produtivas voltadas essencialmente para os mercados, geraram conflitos estruturais por mudar a estrutura produtiva composta majoritariamente por pequenos e médios proprietários, arrendatários e produtores rurais, que desempenhavam papel relevante na organização política, econômica e social dos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, eliminando pela homogeneização do processo produtivo e do produto, aspectos significativos da política e da cultura regional.

Hoje, a força do mercado faz o local e o global dividir o mesmo território, fazendo acontecer “tessituras”, onde as escalas de poder não são mais determinadas por domínio do Poder Público Municipal ou por dimensões físico-naturais, mas pela capacidade dos atores hegemoneizantes (usinas) em fazerem novas “tessituras” ou conexões em redes, configurando novo padrão na circulação de capitais, gerando significativa elevação no Produto Interno Bruto dos municípios, nos padrões de rendas e consumo de bens e serviços.

A pesquisa desenvolveu-se a partir da hipótese de que o atual estágio de expansão do processo produtivo transformou a dinâmica territorial anteriormente estabelecida pelas atividades econômicas, políticas e sociais nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia.

Ao consolidar-se uma nova dinâmica territorial a partir da expansão plena do setor sucroalcooleiro ou agroenergético e dos fartos incentivos creditícios e tecnológicos, associados à disponibilidade de recursos naturais que resultam em diferentes níveis de produção, de produtividade e de valores, buscando superar as novas desigualdades regionais que alteraram antigas correlações de poder, a nova dinâmica Territorial, social e política não permitirá aos municípios retrocederem, pois são impulsionados ao pleno desenvolvimento

## 2. A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO PRODUTIVO EM QUIRINÓPOLIS, ATÉ 1970

A constituição territorial da população e as transformações econômicas e políticas que caracterizaram o processo de ocupação ainda nas primeiras décadas do século XX, foram impulsionadas por forte ação das crises nas lavouras cafeeiras e de criação de gado nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Territorializa-se num processo de convivência social entre proprietários de terras, parceiros, meeiros, trabalhadores e familiares, caracterizando o que Haesbaert (2004, p. 40), chama de território “cultural ou simbólico-cultural” aquele que “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”, reproduzindo por décadas a cultura da sobrevivência econômica e das relações sociais familiares ampliadas pelo compadrinato.

A dinâmica “simbólico-cultural” dos grupos produz relações de lideranças carismáticas e de afetividades políticas com transcendência de gerações e de famílias, alimentadas por atividades folclóricas e religiosas.

Na produção do espaço social, as atividades sócio relacionais sobrepujam às atividades econômicas, prevalecendo a política da boa vizinhança e conseqüentemente as atividades produtivas tornavam-se mais coletivas e solidárias, prevalecendo as relações intragrupais e intrafamiliares, sendo para Almeida, (2008, p. 59) “inevitável a conclusão de que muitos laços de identidade se manifestam na convivência com o lugar, com o território”. Tais laços, no transcorrer das décadas possibilitaram cristalizar relações políticas e socioculturais originárias de grupos familiares que são ampliadas pela convivência da boa vizinhança, criando uma identidade regional.

As relações políticas e sociais construídas por relações de famílias e de vizinhanças, caracterizaram modelos identitários de produção multivariada de produtos da cesta alimentar, que por décadas, nos Municípios em estudo, resistiram as ações práticas de inovação, sendo a subsistência um ressaltado das características culturais e ambientais locais, que transcende ao processo meramente produtivo.

O que mesmo sendo apenas similaridade do que diz Chaveiro (2008, p. 87),

“A fazenda goiana, que embora produzisse gado para São Paulo e um pequeno excedente de cereais, era o signo dessa ação mental pejorativa daquele que via o mundo a partir da racionalidade burguesa europeia”. Mesmo não configurando especificamente como fazenda goiana, muitas das suas características eram similares, gerando grandes contrastes com as grandes fazendas cafeeiras do Sul de Minas Geras e de São Paulo.

As características da Fazenda goiana, como enredo desse olhar burguês europeu que dominava o imaginário político e cultural do sudeste brasileiro, elencadas por Chaveiro (2008, p. 87), como “Solo pobre, vegetação exótica e rastejante, povo rude, economia atrasada, ritmo lento, falta de ambição, costumes gentios, pouca circulação de informação, distância das instituições liberais, ínfima presença do dinheiro, vida simples e parca”, era também sinônimo de relações sociais de cumplicidade mútua, de confiança e natural prazer pela vida, caracterizando uma cultura local sem as truculências da economia e da política urbana e dos grandes mercados.

Porém, o decorrer dos anos 1930 para Estevam, (2004, p. 93) “representou um marco no desenvolvimento econômico brasileiro. Foi o momento em que o padrão de acumulação nacional se alterou em favor da indústria provocando ‘deslocamento do centro dinâmico’ da economia”, tem-se nesse período o processo de mudanças da Capital do Estado de Goiás e grande mudança no quadro populacional do Sul goiano.

As influências de São Paulo como centro mais dinâmico do país no processo de ampliação de mercados produtores e consumidores periféricos foi econômica e politicamente decisiva para nova composição populacional e para o desenvolvimento de atividades econômicas no Sul goiano, por sua localização e composição do quadro físico natural.

Conforme Chaveiro (2008, p. 87), “Percebe-se que a ligação com São Paulo e também com Minas Gerais vai traçando a conduta de leitura do cerrado, de seu uso e de sua codificação na divisão regional do Brasil”. Transformando relações socioculturais, introduzindo o trabalho assalariado nas atividades agrícolas e, conseqüentemente um distanciamento entre proprietários e trabalhadores rurais, devido à mercantilização da produção, objetivada a atender as demandas de mercado.

Em decorrência de grandes projetos governamentais, para Estevam, (2004, p.

94-95) a Marcha para o Oeste,

[...] não se tratava simplesmente de uma vaga ideia de marcha para o oeste, e sim da concreta ocupação do Planalto Central e, a partir deste, do desbravamento da Amazônia. A preocupação com os vazios demográficos aprofundou-se [...], inserido neste processo, Goiás constituía área de fronteira relativamente próxima a São Paulo e caracterizava-se, juntamente com Mato Grosso, enquanto o 'segundo grande vazio nacional' depois da Amazônia. No período de 1930 a 1960 importantes elementos de transformação foram introduzidos no território goiano e o processo de germinação de novas estruturas, principalmente no centro-sul do Estado, esteve balizado em dois grandes acontecimentos: o nível externo, a integração nacional do comércio de mercadorias comandado por São Paulo e, a nível interno, o surgimento de centros urbanos comerciais no interior da Região. Tais fenômenos, concomitantes ao programa Marcha para o Oeste, definiram novos rumos para Goiás em função da urbanização e da articulação mercantil inter-regional.

Para Chaveiro, (2008, p. 87) “o que se viu, especialmente após 1930, foi a ação dessa nova colonização nacional implementada agora com os instrumentos da ideologia desenvolvimentista, de ordem, de progresso”, como programa governamental, o Rumo ao Oeste, à nosso ver tinha vários objetivos políticos e ideológicos, a inserção de Goiás no processo produtivo nacional atendia simultaneamente a vários desses objetivos.

Mudar a ordem e implantar o progresso tinha também o significado de mudar ordens antigas e tradicionais que emperravam o desenvolvimento de atividades produtivas modernas, articuladas ao mercado consumidor que exigia competitividade em qualidade, preço e prazos de circulação de mercadorias e capitais. Para Estevam, (2004, p. 125), “A construção de Goiânia, o projeto de colonização, o surto migratório, a infraestrutura dos transportes e a implantação de Brasília fortaleceram o grau de articulação da região com o centro dinâmico do País”.

Aumentar o grau de articulação com desenvolvimento a partir da adoção de padrões de alta tecnologia implica em submeter-se a relações multilaterais, para tanto, oferecer território desabitado e sem infraestrutura não é contrapartida, mas apenas assistir a reprodução do capital migrante em seu território de domínio, não é usufruir ou participar do processo de desenvolvimento, conforme Estevam (2004, p. 125), “cabe averiguar detidamente a natureza desta integração, o grau de articulação e seus efeitos na estrutura produtiva” comandada pela racionalidade do

mercado paulista.

A dinâmica territorial advinda das demandas externas de capitais e tecnologias, como aconteceu no Sudoeste Goiano e especificamente com os Municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, dado as características do processo de inserção destas atividades produtivas, através das lavouras de arroz, soja, algodão e da pecuária extensiva de corte e da pequena produção de leite, fizeram a integração a moda paulista, restando aos goianos assistirem a sua própria desapropriação política e cultural, a sua submersão política ao processo desenvolvimentista implantado pelo Estado Novo.

Neste contexto, as ações governamentais realizadas através da construção de ampla malha rodoviária, de planos de intervenção na produção agrícola, na pecuária e no armazenamento da produção, tinham racionalidades econômicas que delineavam as demandas políticas e, a construção de Brasília aparece como o principal marco simbólico do desenvolvimento do Centro Oeste, conforme Costa, (1997, p. 54) “a localização estudada da nova capital, também procurou atingir determinados objetivos que situam perfeitamente no conjunto das estratégias voltadas para as mudanças territoriais em curso”, rompendo o imenso vazio demográfico e econômico que caracterizava a região, obstaculizando a entrada das demandas externas e impedindo a expansão das demandas internas.

As demandas externas por alimentos básicos, matérias-primas, formar uma reserva de mão de obra para as atividades industriais e, a necessidade de ampliar o mercado consumidor de produtos industrializados alimentou política, econômica e tecnicamente o processo de inserção deste território, mas tinha obviamente como meta também a integração econômica nacional, suprimindo espaços que não correspondiam como mercados consumidores e/ou produtores. Santos (2001, p. 89) afirma que nesse novo processo produtivo,

[...] os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, escoamento, transporte e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagia mutuamente, propondo a instalação de sistemas que atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização.

A demanda interna por produtos industrializados e serviços especializados como saúde, educação, assistências técnicas, logística e outras, ao não serem contempladas tornam-se a sociedade envolvida ou absorvida no processo produtivo muito vulnerável, sem capacidade de reação a nova dinâmica produtiva, sofre conseqüentemente grande segregação social e econômica, fatos que contribuíram para a intensificação do êxodo rural a partir dos anos 1970. Para Santos, (2001, p. 90), “As situações assim criadas são variadas e múltiplas, produzindo uma tipologia de atividades cujos subprodutos dependem das condições fundiárias, técnicas e operacionais preexistentes”.

As atividades produtivas originariamente desenvolvidas a partir da produção de subsistência, como o cultivo das lavouras de arroz, milho, alagadão e a pecuária leiteira de pequeno porte, sem a introdução de um padrão tecnológico moderno, caracterizando apenas a ampliação do tamanho da lavoura e a eliminação do trabalho familiar, se torna inerte frente à entrada do capital agrícola, das novas tecnologias e dos novos agentes produtivos que migraram para o Sudoeste goiano, trazendo consigo a mecanização e a exclusão de grande parcela de pequenos e médios produtores rurais.

Entre os pequenos e médios produtores rurais que praticavam atividades agrícolas comerciais, predominavam duas situações; a primeira era a necessidade de cultivar e a outra o medo do endividamento e os objetos de hipotecas exigidas pelos agentes financeiros. A liberação dos créditos disponibilizados para financiamentos do processo produtivo eram garantidos por leis (Lei 492/37, Lei 2.666/55 e Decreto-lei 167/67), mas faltavam aos pequenos e médio produtor garantia de produção, de vendas, de preços mínimos e principalmente o seguro agrícola, devido aos altos riscos que envolvem estas atividades por variações climáticas e disponibilidades e uso de equipamentos.

A distribuição dos créditos agrícolas era garantida por Leis, mas geralmente eram facilitados por relacionamentos políticos ou pessoais entre agentes financiadores (bancos) e alguns poucos produtores proprietários ou arrendatários, dificultando o acaso destes créditos de forma paritária a todos que deles necessitavam para realizarem os cultivos.

Porém, a timidez, a falta de esclarecimentos e apoio político e jurídico levavam de forma geral os pequenos produtores a serem marginalizados na distribuição creditícia. O isolamento característico dos produtores rurais menos

esclarecidos representava grande desvantagem na distribuição seletiva dos financiamentos e motivação para os agentes financiadores fazerem execuções das dívidas hipotecárias. Os mais tímidos e humildes eram os melhores pagadores, mesmo que isto representasse a perda total de bens, inclusive a residência, pois prevalecia a cultura da honra e do bom nome no ato de quitação dos financiamentos adquiridos.

Para Estevam, (2004, pag. 126),

Os maiores parceiros comerciais de Goiás foram respectivamente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tanto em exportações como em importações estaduais. A maioria absoluta das transações mercantis de Goiás se deu com São Paulo, [...]. O comércio goiano continuou atado ao centro dinâmico paulista mesmo depois da implantação de infraestrutura dos transportes e da implantação de Brasília.

A ampliação da fronteira agrícola paulista no Sudoeste goiano, seguindo a lógica de domínio das parcerias comerciais, estruturando-se o desenvolvimento das atividades produtivas a partir da migração de capitais agrícola, máquinas, equipamentos e de produtores, gerando novas relações de poder político e econômico, são de maneira geral, para Santos e Saquet (2010, p. 216), “alguns sinais-indicadores, entre tantos outros, que revelam um pouco das relações dicotômicas existentes neste território”, contrastando com a cultura e com as atividades produtivas e ambientais até então nele existentes.

Para Costa, (1997, p. 54) “Brasília representou a implantação de um poderoso ‘posto de vanguarda’ para o Norte e o Oeste do País, regiões que o Estado vinha tentando ‘capturar’ há algumas décadas [...] agora são alcançadas por projetos governamentais”. Como referencial político na vigência do Plano de Metas, a construção de Brasília abre grandes oportunidades de investimentos no Centro Oeste, rompendo obstáculos naturais, culturais, econômicos e quebrando resistências políticas tradicionais.

Até início da década de 1950, as atividades produtivas que predominavam territorialmente na área em estudos, eram predominantemente de subsistência e sem a participação de órgão ou ator que estabelecessem diretrizes organizativas. A partir desta década (1950), o próprio Estado instituiu ações governamentais para o desenvolvimento econômico, político e social do Sudoeste goiano e do Município de Quirinópolis, criando no dia 03 de março de 1959, pelo Governo do Estado de Goiás

e pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás (ACAR - GO), alterando toda condição territorial existente com a implantação de novas territorialidades.

O Plano de Metas como projeto de desenvolvimento representou um período de grande ruptura com as atividades econômicas tradicionais do Centro Oeste brasileiro, abriu espaços comerciais para a expansão das lavouras monoculturas de arroz e milho, para a criação extensiva da pecuária bovina de corte em pastagens cultivadas, rompendo laços culturais e possibilitando a formação de grandes contingentes de trabalhadores rurais nas áreas de cultivo, mudando o caráter das atividades econômicas, políticas e sociais.

Situando estrategicamente entre o mercado paulista e os centros dinâmicos do Estado de Goiás – Goiânia, Anápolis e o Distrito Federal (figura 01), Quirinópolis tornou-se município ao desmembrar-se de Rio Verde no dia 22 de Janeiro de 1944. O Município de Quirinópolis está localizado na Mesorregião Sul Goiano e na Microrregião Quirinópolis (IBGE). A altitude média é de 541 metros e a área total é de 3.792 km<sup>2</sup>. O Município de Gouvelândia foi desmembrado de Quirinópolis no dia 01 de Junho de 1989, com altitude média de 530 metros e área de 830,7 km<sup>2</sup>.

A dinâmica territorial no Sudoeste goiano e em Quirinópolis, tornam-se intensas para atender as grandes demandas por produtos agrícolas, o estado de ruptura se instala porque os produtores rurais mesmo tendo a necessidade de introduzir novos padrões tecnológicos ao processo produtivo, não conseguem absorver as ofertas disponibilizadas pelos agentes disseminadores destas tecnologias a tão curto prazo, por não terem formação ou capacitação condizente com as novas demandas tecnológicas e aportes financeiros para contratação de serviços especializados.

As mudanças nas relações de trabalho que ocorreram em Quirinópolis e Gouvelândia – (município que ainda não era emancipado e compunha o território quirinópolisino), vão do trabalho familiar coletivo em que toda família é parte constituinte do processo não gerando remunerado individual, até as relações trabalhistas assalariadas estabelecidas exclusivamente pela legislação. Estas novas relações rompem laços políticos, culturais e afetivos já consolidados, desterritorializando práticas econômicas, políticas e culturais tradicionais, principalmente aquelas caracteristicamente locais.

**Figura 01** - Goiás, Localização dos Municípios de Quirinópolis e Gouvelândia.



Fonte: IBGE 2009.

Adaptado por: SANTOS, G. C. dos.

A nova dinâmica territorial resultante das recentes mudanças nas relações de trabalho, na produção agrícola comercial e nos serviços especializados que se desenvolvem com alto padrão tecnológico, é procedente de programas e atividades políticas, econômicas e tecnológicas, implantadas em territórios estrategicamente bem localizados como os municípios de Quirinópolis e Gouvelândia que compõem parte do Sudoeste goiano, produzem rapidamente a materialização das novas tecnologias em dinâmica territorial. Costa (1997, p. 74), afirma que “as políticas territoriais, desde a década de 1950, principalmente, tornaram-se políticas econômico-territoriais, isto é, constituem uma subestratégia das macro políticas econômicas”.

A produção agrícola comercial resultante de grandes investimentos de capitais

atende primeiramente a reprodução do capital agrícola nacional através de créditos disponibilizados pelos governos federal ou estadual e do capital multinacional que são inseridos na atividade agrícola através de máquinas, equipamentos e insumos que geram produção voltada para atender aos mercados interno ou externo. Para Costa, (1997, p. 55), “Esta constatação nos conduz à ideia de que nenhuma política territorial é geográfica ou geopolítica em ‘estado puro’, ou seja, simples artimanhas de arranjo ao nível do espaço e do poder estatal”.

No processo agrícola comercial não há liberdade de escolhas para os produtores que necessitam cultivar para produzir renda para manutenção familiar, diferentemente dos produtores que produzem produtos de grande aceitação nos mercados, gerando rendas para ampliar os investimentos produtivos pós-safra.

Como regra geral, para os produtores que produzem primeiro para manutenção familiar, todo consumo durante o ciclo de produção provem da reserva de produtos básicos como arroz, feijão, milho e da criação de animais domésticos como bovinos, suínos, caprinos e aves. Raramente possuem e usam reservas financeiras por serem produtores não capitalizados que preferem a antecipação de receitas ou praticar desvios de investimentos no processo produtivo.

A decisão de iniciar o ciclo produtivo não está diretamente associada à oferta de créditos ou de incentivos governamentais, o produtor torna-se motivado pela necessidade de produzir como atividade regular culturalmente estabelecida como ofício, e pelas novas demandas geradas pela valorização temporária de alguns produtos, leva-os a assumir o ônus dos investimentos iniciais demandados pelo processo produtivo, gerando uma dinâmica não espontânea na qual os produtores tornam-se passivos, submetendo se às imposições políticas e econômicas dos agentes financeiros e hegemônicos que atuam dando aporte de investimentos e custeios das atividades produtivas agrícolas.

Neste processo os agentes financiadores públicos e privados veem neste processo apenas a oportunidade de fazerem investimentos lucrativos, com os agentes públicos não cumprindo a função social do capital público, fazendo repasses para a iniciativa privada fazer a intermediação entre a origem dos recursos e o produtor que fica com as ações finalísticas do processo. Estes agentes não são parceiros do produtor, são antecipadores de receitas para manutenção do processo de cultivo, o que leva indiscutivelmente a efeito o endividamento antecipado. Se houvesse investimentos desse capital e a parceria da iniciativa privada, os

investimentos seriam a contrapartida do sistema financiador para a execução e manutenção do processo produtivo a cargo do produtor.

Porém, a partir dos anos 1960, com a implantação das monoculturas de arroz e milho, o sistema financiador da produção agrícola tornou-se um gerador de incertezas e de conflitos pelas exigências hipotecárias, pelas limitações de ofertas e liberação de créditos e principalmente pela falta de seguro agrícola amplo que atendesse a todos os produtores que utilizassem o crédito agrícola para produzir e, ainda, pela falta de mercado regular e com garantias de preços mínimos ao produtor, principalmente de gêneros básicos como arroz, feijão e milho (figura 02).

**Figura 02** – Quirinópolis - Lavoura de subsistência consorciada arroz e milho, 1985.



Foto: SANTOS. G. C. dos. Arquivo pessoal.

Os gêneros básicos eram cultivados sem apoio técnico e logístico moderno, com condições e equipamentos manuais precários, por falta de orientações técnicas, máquinas e equipamentos modernos que não eram acessíveis aos pequenos e médios produtores, que enfrentavam ainda, as grandes variações climáticas que ocasionavam períodos prolongados de estiagem, gerando altos riscos de perdas parciais ou totais da produção agrícola.

Diante de tantas precariedades no processo produtivo goiano, para Miziara (2007, p. 663), a ACAR - GO, “com metodologia mundial herdada dos Estados Unidos da América (EUA) de acordo com os técnicos, realmente convenciona o produtor rural, que ficava atento às novidades, analisando, e muitos deles aderiam às novas tecnologias”, introduzidas através das atividades extensionistas e possibilitando a produção rural adequar-se para receber novas tecnologias, que já

estavam sendo disponibilizadas nos mercados industriais e agrícola do Sudeste brasileiro. Para Miziara (2007, p. 660),

O processo de modernização da agricultura, principalmente a partir de meados da década de 1960, induziu uma crescente racionalização das atividades produtivas no campo. Esse processo, em parte, foi sustentado por uma significativa rede de extensão rural, formulada pelo Estado. Apesar de beneficiar principalmente os grandes produtores, a intervenção do Estado, particularmente as [...] atividades de Extensão Rural, atingiu também os produtores familiares. Estas intervenções provocaram mudanças na forma de pensar dos produtores familiares, no seu comportamento e na sua visão de mundo.

O período de mudanças mais significativas no processo de produção ocorre a partir dos anos 1960, segundo Gomes (1991, p. 105), não se resumindo às meras mudanças no processo agrícola;

A história da sociedade humana é a resultante da ação e interação desigual do desenvolvimento dos dois aspectos do modo de produção (meios de produção e força de trabalho), tendo em vista que as forças produtivas evoluem muito mais rapidamente do que as relações de produção, surgindo, então, a contradição geradora do conflito, que, no estágio de sua plenitude, romperá com as velhas relações de produção, substituindo-as por novas relações, produzindo um novo salto no desenvolvimento histórico. Enquanto perdurarem relações de produção correspondentes ao nível do desenvolvimento das forças produtivas, a sociedade, em função da produção, se desenvolverá efetivamente.

Os anos 1960 representaram para o Sudoeste goiano e o Município de Quirinópolis, períodos de grandes mudanças técnicas promovidas por projetos governamentais que fomentaram inovações tecnológicas, entre os quais podemos destacar, conforme Miziara, (2007, p. 663),

Cabe destacar o primeiro Plano Diretor Quinquenal (1961-1965), no qual o Sistema Abcar alinha-se ao modelo de modernização conservadora, patrocinado pelo Governo federal e apoiado, fundamentalmente pelo estímulo ao uso do crédito rural subsidiado, com vistas à tecnificação da agricultura para a produção de excedentes comercializáveis. Nesse contexto, os médios e grandes produtores ganham espaço como público-meta do serviço de extensão rural, que, segundo o sistema vigente na época, estaria mais preparado para atender às exigências bancárias de garantias reais para a concessão de créditos. Além de apresentar melhores condições de respostas à tecnificação proposta para a produção de excedentes, como previa o modelo de modernização em vigor. As

implicações desse modelo se fizeram sentir na modificação da estratégia de atuação, a extensão rural passa a atuar dentro de um processo de contato individual baseado em visitas para orientação técnica e creditícia, em detrimento de um trabalho grupal e participativo. Com este processo, o trabalho com a família foi questionado e enfraquecido.

O processo de modernização conservadora na agricultura e na pecuária foi introduzido com a mecanização de todo o processo na agricultura moderna e na formação de pastagens cultivadas, fazendo mudanças políticas e econômicas com a ampliação das áreas produtivas e da produtividade através da disponibilidade de financiamentos para os projetos agrícolas, mas as mudanças sociais ocorrem com a introdução do trabalho assalariado em substituição às parcerias, aos meeiros e às práticas dos mutirões que se associavam à mão de obra familiar, porém não solucionando segundo Miziara (2007, p. 665) “a carência de mão de obra qualificada no meio rural” que “acentuava-se à medida que novas tecnologias eram introduzidas no setor agropecuário”, permanecendo a necessidade de capacitação de mão de obra rural.

Na introdução de todo o processo de modernização da agricultura brasileira, segundo Santos e Saquet (2010, p. 205), “o Estado se constitui em ator central do processo, como financiador e responsável pelas implantações e disseminação de um sistema de pesquisa e de extensão para atender às demandas geradas”, e suas consequentes regulamentações jurídicas e decisões.

A lavoura de subsistência e o uso da mão de obra familiar entram em declínio com a implantação da agricultura comercial através de ações da extensão rural e a transferência de tecnologias aos produtores. A extensão rural possibilitou ampliar as áreas cultivadas e a introdução de tecnologias modernas, mas fez gerar grandes diferenças na capacidade de absorção dos padrões tecnológicos entre as pequenas, médias e grandes propriedades. O trabalho da extensão rural passou, segundo Miziara, (2007, p. 662) “a constituir a tentativa de mudar o comportamento das famílias rurais quanto à utilização de inadequadas práticas agrícolas e de ausência de planejamento de trabalho, para que estas se libertassem e pudessem viver ‘independentes de ajudas governamentais’”.

Pois, a prática das atividades de subsistência e familiar camuflavam as desigualdades econômicas e sociais existentes no campo, mantendo-se culturalmente relações aparentemente igualitárias, porém, não conseguindo

esconder as influências políticas dos proprietários de grandes fazendas, (figuras 02, 03 e 04).

**Figura 03** – Quirinópolis - Lavoura de subsistência em área de desmatamento com uso de trabalho braçal e cultivo consorciado com arroz e milho.



Foto: SANTOS, G. C. dos. 1985.

**Figura 04** – Quirinópolis - Colheita manual de arroz em lavoura de subsistência cultivada em área de desmatamento com uso de trabalho braçal.



Foto: SANTOS, G. C. dos. 1985.

A partir da introdução de tecnologias modernas nas atividades agrícolas, em menos de uma década as lavouras de subsistência tornaram-se atividades desenvolvidas especificamente por pequenos produtores rurais, geralmente descapitalizados e em pequenas propriedades, haja vistas que as lavouras de

subsistência foram praticadas por longo período também pelas grandes propriedades rurais. Para Teixeira Neto, (2010, p. 26), “A contradição se estampara de vez, pois, por falta de ativos, ou melhor, por nunca disporem de um centavo sequer em poupança, aos pequenos produtores deveriam ser concedidas todas as facilidades de crédito. Mas, por serem justamente pequenos, por não disporem de garantias bancárias, deu-se o contrário”.

As ações extensionistas eram desenvolvidas inicialmente através de ações coletivas, com a participação de grupos de produtores que envolviam pequenos, médios e grandes proprietários. Para a realização destas ações, segundo Miziara, (2007, p. 667) “primeiramente eram feitos contatos para conhecimento da realidade do produtor; logo após, eram feitas visitas periódicas, reuniões, unidades demonstrativas para a transferência de tecnologia, dias de campo e excursões”. Porém, afirma Miziara (2007, p. 666) que “ao observar a relação dos extensionistas com os produtores, constatamos que a aceitação ou não dependia do nível de confiança estabelecida entre eles”.

A estrutura de apoio oferecida para o trabalho extensionista era muito precária em função da qualidade das estradas, dos meios de transportes e de comunicação, tornando as ações extensionistas carregadas de influências dos difusores de produtos e créditos, através de seus agentes que compunham as equipes de extensionistas, possibilitando o transporte ou acesso a estas comunidades rurais, porém, após as visitas e o estabelecimento de um nível de confiança, os agentes difusores de produtos e créditos assumiam o controle dos contatos com os potenciais receptores de inovações, fazendo uma sutil seleção e oferecendo para estes contatos personalizados, para os demais permaneciam os trabalhos extensionistas.

As inovações tecnológicas que possibilitaram a modernização do processo produtivo divide, segundo Miziara (2007, p. 667), “em produtores do conhecimento, que, no caso, são os institutos de pesquisa e nos difusores do conhecimento, que são os pontos de acesso, que, no caso, é a extensão rural”. Acrescentam-se ainda os difusores de produtos e de outros interesses, que aceleraram a difusão dos produtos como se fossem a difusão da própria tecnologia, levando os produtores a se adaptarem aos produtos sem o domínio das tecnologias, criando uma grande dependência destes aos agentes comerciais e financeiros.

As lavouras comerciais de arroz, milho e algodão foram desenvolvidos

principalmente pelas médias e grandes propriedades rurais, que passaram a absorver o ideário produtivista dos extensionistas rurais e os interesses comerciais e industriais já latentes naqueles momentos, no Sudoeste goiano e em Quirinópolis, absorvendo também grandes quantitativos de trabalho braçal, rompendo com as relações de afinidades pessoais, familiares e culturais do homem com a prática das roças, remunerando-os como diarista ou assalariados com pagamentos semanais ou quinzenais, com uma referência aleatória de valores, porém permanecendo com baixo padrão tecnológico. Para Teixeira Neto (2010, p. 47),

Até recentemente, antes que a moderna agricultura transformasse regiões, como o Sudoeste Goiano, no novo *Eldorado do Sertão*, a roça tradicional, tocada à base de machado, fogo e enxada, e a criação de gado, praticada sobre imensas pastagens naturais, se constituíam no hábito agrícola natural de praticamente todos os goianos.

O desenvolvimento da lavoura comercial não representou inicialmente grandes mudanças técnicas, face às precárias condições de acessos às modernas tecnologias, porém, o volume de produção cresce proporcionalmente ao crescimento ou expansão das lavouras, ocasionadas pela inserção de novas áreas e novas demandas de mercado de produtos agrícolas. Mas, para Oliveira, Chaveiro e Oliveira (2009, p. 228),

Assiste-se, assim, pela lógica do mercado de consumo global e do capital transnacional, a mais brusca transformação socioespacial do cerrado goiano. A transformação do rural em agrícola mecanizado em um período histórico tão curto gerou impactos econômicos, sociais, culturais e espaciais que hoje podem ser claramente percebidos.

A introdução e rápida expansão das modernas lavouras comerciais monoculturas trouxeram também novas dinâmicas territoriais, através da circulação de grandes volumes de capitais em investimentos, mercadorias, maquinários, mão de obra assalariada e novos produtores, rompendo com a cultura das atividades agrícolas familiares e de subsistência. Para Oliveira, Chaveiro e Oliveira (2009, p. 228), “Isso transformou a relação da população goiana com o seu território, com seus lugares, gerando uma produção diferenciada dos espaços geográficos por todo o estado. Tais mudanças são reflexos do atual modelo econômico adotado pelos governos goianos”.

As mudanças mais rápidas e significativas ocorreram na agricultura, com a incorporação de novas áreas e novas espécies de cultivares como o milho híbrido, o algodão, o milheto, o sorgo e a soja, com adoção de tecnologias e máquinas modernas no desmatamento (figura 05), na preparação dos solos, no plantio, no cultivo, na colheita, transporte e armazenamentos, que possibilitaram diversificar as culturas e dar grande salto na produtividade e no volume produzido.

**Figura 05** – desmatamento do Cerrado com máquinas de esteira, década de 1960.



Fonte: [tratoraco.com.br/home/conteudo/3314/2711/Historia-dos-Tratores](http://tratoraco.com.br/home/conteudo/3314/2711/Historia-dos-Tratores)  
Seleção: SANTOS, G. C. dos. 2011.

Com a introdução e o uso do trabalho assalariado através da migração inter-regional e intrarregional no conjunto da sociedade agrícola rural, alteram-se os laços ou práticas culturais presentes nas festividades, nos hábitos alimentares e nas relações sociais e de produção.

As novas territorialidades política, econômica e social ficaram evidenciadas com as grandes mudanças que ocorreram nos sistemas de produção e de transportes. As novas territorialidades caracterizaram-se por ampliar as atividades econômicas e agrícolas internas coordenadas por iniciativas do Estado, a partir da expansão das atividades agrícolas paulistas.

Os atores produtivos agrícolas eram dispersos antes da expansão modernizadora, mas compartilhavam as mesmas condições culturais e sociais de produção, compondo indistintamente a produção de subsistência. Com a implantação e expansão das tecnologias modernas ou modernizadoras tem-se um acelerado processo de valorização comercial das terras produtivas, e

conseqüentemente um novo processo de concentração fundiária em número de estabelecimentos e áreas utilizadas em atividades produtivas agrícolas, (tabela 01).

**Tabela 01** – Estabelecimentos e Áreas utilizadas do Município de Quirinópolis, 1950 - 1985.

Ano	Total		Número de Estabelecimentos (Est.) e Grupos de Áreas utilizadas (ha)									
			Até 10		de 11 a 100		de 101 a 500		de 501 a 2.000		> de 2.001	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
1950	1.058	499.303	155	1.097	297	13.951	391	94.054	159	154.428	56	235.773
1970	1.751	487.553	103	781	834	39.499	640	140.254	154	130.379	20	176.640
1985	2.104	468.273	173	1.288	1.087	51.766	645	142.227	170	155.615	29	117.377

Fonte: Censos Agropecuários, 1950, 1970 e 1985.

Organizador: Santos G. C. dos. 2011

O primeiro levantamento da estrutura fundiária de Quirinópolis ocorre em 1950, quando os Municípios de Paranaiguara e São Simão ainda faziam parte deste Município, (tabela 02). A partir de 1950, com o desmembramento destes municípios ocorre uma significativa redução da área total utilizável produtivamente em Quirinópolis, com grande multiplicação no número de estabelecimentos cadastrados.

A legalização da posse da terra passou a ser obrigatória para as propriedades que aderiram aos novos cultivos comerciais, sendo condição fundamental para a obtenção de créditos agrícolas. Este fato altera não só o número de estabelecimentos como a área total das propriedades, a partir da década de 1970.

**Tabela 02** – Municípios, Ano, Área total (Km<sup>2</sup>) e Ano de emancipação política.

Municípios	Ano, área e emancipação política					
	1950	1953	1957	1988	2011	Emancipação
Quirinópolis	6.178,5	4.610,8	4.610,8	3.780,1	3.780,1	1944
Paranaiguara	X	1.567,7	1.153,7	1.153,7	1.153,7	1953
São Simão	X	X	414,0	414,0	414,0	1957
Gouvelândia	X	X	X	830,7	830,7	1988

Fonte: IBGE – Monografias municipais, 1950 – 2011.

Organizador: Santos, G. C. dos. 2011

Até 1950, não há registros da dinâmica territorial fundiária nos Municípios de Quirinópolis, Paranaiguara, São Simão e Gouvelândia. A partir desta década ocorre redução na área e no número de estabelecimentos de até 10 ou maiores que 2.001 ha. A redução no número de estabelecimentos até 10 ha ocorreram por vários fatores; o primeiro e mais importante fator é o processo de assalariamento da mão de obra nas atividades rurais e urbanas, tornando as atividades urbanas atrativas a partir da década de 1960, iniciando-se o acelerado processo de urbanização populacional no Sudoeste goiano. Outros fatores que marcaram este período foram;

a elevação dos custos de vida, a diversificação dos produtos de consumo familiar e a baixa produtividade e renda da terra gerada pelas atividades de subsistência, predominante entre estabelecimentos deste porte.

Entre os estabelecimentos acima de 2.001 ha, predominavam terras improdutivas que se tornaram atrativas pelo baixo valor comercial de terras agricultáveis, para a inserção no processo produtivo, principalmente para o cultivo da soja e do milho. Geralmente estas propriedades ao serem inseridas no processo produtivo eram fracionadas em estabelecimentos menores para facilitar o manejo e administração do processo produtivo ou por partilhas e inventários feitos por espólios. A origem destas grandes propriedades no Sudoeste goiano é majoritariamente de terras devolutas e posses legalizadas por uso capião.

O processo de concentração fundiária neste período foi impulsionado pela mecanização que ocorreu em estabelecimentos com áreas entre 11 e 501 ha, com maior destaque para estabelecimentos com áreas entre 11 e 100 ha, por serem áreas de terras mecanizáveis com máquinas de pequeno e médio porte, disponíveis no mercado a partir de 1960 e com créditos oficiais limitados por exigências hipotecárias, para aquisição de máquinas por médios e grandes produtores rurais, que optaram por implantarem o processo de mecanização das atividades agrícolas.

As mudanças no processo de produção agrícola forçaram uma transformação no sistema de transportes, que ocorreu com a passagem do carro de bois (figura 06) para o caminhão (figura 07), ou seja, da tração animal para a tração motorizada, tal substituição, segundo Borges (2000, p. 54) “deu início a uma acirrada disputa entre estes e o velho carro de tração animal pelo domínio das estradas sertanejas”, que faziam interligações entre fazendas, ou seja, as estradas iam de fazenda a fazenda até chegar à cidade.

Face à realidade das estradas, a falta de iniciativas do setor público municipal e estadual e a grande necessidade de mudanças no sistema de transporte e de comunicação, conforme Borges (2000, p. 53) “fazendeiros e negociantes, interessados na melhoria das comunicações regionais, lançaram-se na organização de companhias de auto viação e na construção de estradas de rodagem com o incentivo e apoio financeiro do erário público”, transformando em curto espaço de tempo as condições de circulação de bens, serviços e produção no território goiano.

**Figura 06** – Carro de bois, principal meio de transporte até início dos anos 1960.



Fonte: [www.baixaki.com.br/BXK139091](http://www.baixaki.com.br/BXK139091)

Seleção: SANTOS, G. C. dos. 2010 (Foto ilustrativa)

**Figura 07** – Caminhão de cargas, a grande mudança no transporte de produtos rurais.



Fonte: <http://chevroletbrasil.nafoto.net/photo20050111182048.html>

Seleção: SANTOS, G. C. dos. 2009 (Foto ilustrativa)

No decorrer da década de 1960, a abertura de estradas de rodagem para o transporte da produção agrícola através de caminhões, permitiram constituir grandes fluxos de interligações comerciais entre cidades, criando condições para ampliação e diversificação no comércio de produtos agrícolas entre áreas urbanas e produtivas rurais. A construção das estradas de rodagem abriram demandas para a livre circulação de produtos e mercadorias entre o meio rural e o setor urbano, alterando significativamente as condições básicas de vida e produção no campo com a chegada de produtos até então consumidos apenas nas áreas urbanas.

Para Borges, (2000, p. 53)

[...] “a construção, conservação e exploração econômica das estradas de rodagem ficaram quase que exclusivamente a cargo de empresas privadas. O poder público fazia as concessões a pessoas politicamente influentes ou a grupos econômicos, os quais recebiam o direito de construir e explorar rodovias com subsídios do erário estadual”.

Outros marcos no desenvolvimento das atividades agrícolas foram caracterizadas pela eletrificação das cidades, que possibilitaram a implantação das indústrias de beneficiamento de arroz, de milho e a produção dos subprodutos; a introdução de máquinas e equipamentos modernos para o acondicionamento e industrialização de produtos de origem animal; na assistência técnica, manutenção e reparos de máquinas e equipamentos agrícolas, na produção ou armazenamento de fertilizantes químicos, fungicidas, herbicidas, sementes selecionadas e/ou certificadas.

Outros fatores que produziram grandes impactos no processo produtivo foram; assistência técnica especializada na formação de lideranças comunitárias e produtivas, através de ações extensionistas de empresas públicas como a ACAR-GO, EMATER-GO e de atividades desenvolvidas pelo sistema público de ensino através da abertura de escolas e cursos profissionalizantes. As empresas que atuaram no comércio de máquinas, equipamentos e insumos realizam eventos para apresentação de produtos, oferecendo cursos para disseminar técnicas e manuseio de equipamentos agrícolas, além de investimentos públicos nos processos de cultivos que possibilitaram a agregação de grandes áreas de solos de baixa fertilidade natural até então exploradas apenas pela pecuária extensiva em pastagens nativas.

Mudam-se a partir deste período as relações de produção, mudando também toda a dinâmica social e econômica, mudam as correlações de forças políticas e sociais, as novas relações de produção dão ao produtor condições de romper com conceito de poder pela simples posse especulativa da terra mantida com a cobertura de vegetações nativas, florestas, cerrados e capineiras naturais, para estabelecer parâmetros de poder pela capacidade produtiva e de circulação de bens e capital.

Rompendo-se com o comodismo caracteristicamente sociocultural, gerado em torno da produção de subsistência e com o medo do progresso que dominavam as

práticas econômicas locais, aparecem às figuras do desbravador, daqueles que conseguem ver os novos horizontes que estavam surgindo para as atividades agrícolas nacionais, regionais e locais.

Porém, com a implantação de grandes projetos de desenvolvimento agrícola no Sul goiano, gerando conseqüentemente grande motivação econômica para o processo migratório de produtores e trabalhadores rurais, ocorreram mudanças territoriais profundas no Sudoeste goiano e no âmbito municipal de Quirinópolis, produzidas pelas migrações de produtores do oeste paulista e do Estado de Minas Gerais. Para Ajara (1989, p. 123), “Tal processo iniciou-se com a construção de Brasília que, ao deslocar expressivos contingentes migratórios para a região, deflagrou uma rápida e significativa expansão da base demográfica regional”.

Para Borges (2000, p. 95),

“A industrialização no Sudeste do país e a implantação de uma infraestrutura de transportes fizeram avançar a fronteira agrícola e a economia de mercado rumo ao Centro Oeste. A economia agrária goiana, ao ampliar sua inserção na divisão internacional do trabalho como produtora de gêneros alimentícios de primeira necessidade inicia-se um processo lento e desigual de diversificação e especialização. Pressionados pelo avanço das relações capitalistas de produção no Centro-Sul e estimulados pela política de ocupação da fronteira no pós-30, mineiros e paulistas, depois de ocuparem o norte do Estado de Minas e o triângulo mineiro, penetraram em território goiano à procura de terras a preço acessível para a exploração agropecuária”.

Porém, a grande motivação econômica não sensibilizou os proprietários rurais locais, que preferiam permanecer nas atividades de subsistência e na criação extensiva de gado. Para estes, o intenso movimento de imigrantes trabalhadores representava a presença de pessoas estranhas a sua convivência diária, principalmente dos migrantes nordestinos que vieram para serem trabalhadores e assim permaneceram durante a expansão das lavouras arroteiras, por trazerem características culturais muito diferentes, pela forma de agirem, falar e por portarem armas brancas como facas, punhais, facões e outros.

Por vez, os proprietários de terras como forma de reação àquela situação nova também andavam com armas de fogo como revólveres, espingardas, escopetas, carabinas e outros. Foram momentos da história quirinopolina de altos índices de homicídios no meio rural, provocados por conflitos entre trabalhadores motivados pelos altos índices de dependentes do alcoolismo e tabagismo.

Outros conflitos frequentes eram decorrentes de questões trabalhistas, provenientes de desencontros ou desacordos entre patrões e trabalhadores, onde ambas as partes faziam da justiça e de acordos e parcerias mal estabelecidos, a justiça conforme suas próprias conveniências.

Em tal desconfiança também repousavam com relação aos agricultores paulistas que vieram para serem produtores, pela facilidade com que compravam terras, faziam hipotecas para aquisição de máquinas, implementos, veículos e benfeitorias rurais como cercas, currais, casas residenciais e galpões, formas de desmatamentos mecanizados e nenhum apego à cultura, as características físicas e naturais dos solos e da biodiversidade florística e faunística, apresentando muita dedicação às atividades de cultivos e aos grandes endividamentos, fatos que não faziam parte da cultura local.

A migração de famílias trabalhadoras para as atividades agrícolas municipais nos últimos anos da década de 1950 faz Quirinópolis ter o seu mais alto índice de população rural registrada no Censo demográfico de 1960, conforme (tabela 03), chegando a 87,37% da população municipal e, conseqüentemente o seu mais baixo índice de população urbana, que passa de 14,16% em 1950 para apenas 12,63% em 1960.

**Tabela 03** – População total, urbana e rural de Quirinópolis, período 1950 – 1970.

Ano	População				
	Total	Urbana	% Urbana	Rural	% Rural
1950	18.387	2.604	14,16	15.783	85,84
1960	25.644	3.239	12,63	22.405	87,37
1970	37.917	12.758	33,60	25.159	66,40

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1950, 1960, 1970.

Organizador: SANTOS, G. C. dos. 2010

A partir de 1956, com a implantação do projeto de construção de Brasília pelo governo federal, alavancando acelerado processo migratório de trabalhadores rurais para ampliar a produção agrícola e conseqüentemente, atender a nova demanda de gêneros alimentícios nos canteiros de obras e nas atividades de apoio a esta construção. Quirinópolis teve segundo o IBGE, como a maioria dos municípios fronteiriços com a Região Sudeste, um crescimento populacional que se acentuou nos últimos quatro anos da década de 1950, chegando a 39,46% no censo de 1960. A população rural cresce nesta década 41,96%, passando de 15.783 para 22.405

peças, um crescimento absoluto de 6.622 pessoas, enquanto na zona urbana o crescimento absoluto é de apenas 635 pessoas.

A migração de famílias das atividades rurais de subsistência para a produção monocultora de arroz, não consegue corresponder a grande demanda de mão de obra gerada na lavoura arroseira introduzida pelos primeiros migrantes paulistas, tornando-se necessária a implantação do trabalho assalariado extrafamiliar, demonstrando segundo Estevam, (2004, p. 151) que naquele período “o caráter desigual do capitalismo no campo decorreu em grande medida de uma ‘insuficiência’ e ‘fraqueza’ da modernização da agricultura que articulou formas de trabalho plenamente constituídas com situações de ‘semiescavidão’”.

Nessa fase inicial da produção comercial, a introdução do trabalho braçal com o assalariamento temporário da mão de obra foi para Estevam, (2004, p. 151) “além de ser um produto do desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura, constitui, ao mesmo tempo, resultado da insuficiência e da fraqueza desse desenvolvimento” que não dispunha de equipamentos e capacidade técnica para transferência de conhecimentos e tecnologias indispensáveis para o processo de cultivos, de comercialização da produção e de relações trabalhistas.

A produção arroseira do Sul goiano e de Quirinópolis tem sua mais alta expressão comercial no período que antecede a introdução do cultivo da soja. A produção arroseira, (tabela 04), desenvolveu nesse território a partir do uso intensivo o trabalho braçal, oriundo da imigração da mão de obra volante e temporária, registrando-se no período 1950 – 1970 os mais altos índices de população rural no Município de Quirinópolis.

**Tabela 04** – Produtos, área (ha) cultivada, produção (t) em Quirinópolis no período 1950 - 1980.

Período	Produto – Área (há) e Produção (ton)							
	Arroz		Milho		Feijão		Soja	
	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção
1950	9.326	9.368	4.276	11.317	2.804	852	-	-
1960	18.598	28.432	6.278	8.301	5.372	2.652	-	-
1970	30.565	25.614	17.940	23.683	1.165	182	11.502	1.277
1980	18.917	14.822	22.909	55.327	16	6	15.965	32.466

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE), 1950, 1960, 1970, 1980.

Organizador: SANTOS, G. C. dos. 2010

No final dos anos de 1950 e início da década de 1960, conforme Borges (2000, p. 97), “Goiás ocupava o quarto lugar na produção nacional de arroz, dispunha de 11,4% da área total cultivada com o cereal e produzia cerca de 10,8%

do total do arroz do país, superado apenas pelos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais”.

Simultaneamente ao aumento na produção de arroz nas décadas de 1950 e 1960, aumentou-se o quantitativo de mão de obra braçal nas lavouras, mas a partir dos anos finais da década de 1960 e início de 1970, nesta década a lavoura arrozeira recebeu grandes incentivos governamentais e tecnológicos, registrando no censo de 1970 a maior área com cultivo de arroz nos municípios em estudo, porém representou também o período de grande rigor climático com quedas significativas na produtividade e no volume produzido. A partir da década de 1970 a produção de arroz entra em pleno declínio e os cultivos de milho e soja passam a dominar o processo produtivo em Quirinópolis e Gouvelândia, principalmente pelo aumento na produtividade das lavouras de milho e soja.

Com grande demanda na produção de cereais para abastecer os mercados de São Paulo e Minas Gerais, os centros dinâmicos de intermediação e beneficiamento da produção em Goiás, foram caracterizados naquele período por Goiânia e Anápolis que se tornaram suportes logísticos para grandes empreendimentos políticos – construção de Brasília e implantação do moderno processo produtivo agrícola e industriais no Estado de Goiás. O Sudoeste goiano e o Município de Quirinópolis ao entrarem nesse processo de produção alteram-se definitivamente sua territorialidade político-produtiva, cultural e econômica. Para Mendonça, (2004, p. 98),

A infraestrutura necessária aos novos investimentos avolumou-se com os projetos de “integração do território nacional”, após os anos 1950, com destaque para a construção de Brasília (1960) e a construção das rodovias que direcionaram a mobilidade do capital e do trabalho no território brasileiro, alterando profundamente as regiões na sua forma e no seu conteúdo. A partir da década de 1960, inicia-se um processo de alteração no uso e na forma de ocupação dos solos no Centro-Oeste, com a implementação das formas técnicas modernas no cultivo de grãos e na criação de gado.

Neste contexto, Brasília representou naquele momento não só a nova Capital Federal, mas um marco na incorporação da região Centro Oeste ou do oeste brasileiro num novo Brasil produtivo, e não apenas parte de um país com regiões produtivas isoladas ou permeadas por grandes vazios demográficos.

## 2.1 – A territorialidade e o processo produtivo

A territorialidade para Saquet, (2004, p. 140) “é cotidiana, multiforme e as relações são múltiplas, e por isso os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico”. O cotidiano deixa de ser ‘o cotidiano’ pelas ações do novo sobre o velho, do moderno sobre o antigo, da atividade comercial sobre a subsistência que se intercalam e sobrepõem, criando um estágio novo e de diferentes relações.

Para Saquet (2007, p. 56) citando Deleuze e Guattari, “as sociedades modernas civilizadas se definem por procedimentos de decodificação e de desterritorialização. *Mas, o que elas desterritorializam de um lado, elas reterritorializam do outro.* São novas territorialidades constituídas na reterritorialização”, as novas territorialidades incorporam poucos aspectos da antiga ou velha territorialidade que permitiam serem incorporados. Porém, os aspectos que caracterizavam a antiga territorialidade tornavam se contrastantes com a nova ordem sendo, portanto, sucumbidos, e os aspectos incorporados eram por excelência, também contrastantes com a antiga territorialidade cultural, folclórica e até política, por representarem aspectos modernizantes que foram antecipados do processo de modernização que anos depois viria a ser implantado.

Para a construção no novo é imprescindível à existência do velho, antigo ou natural, fato que para Saquet (2007, p. 57),

[...] o território, conforme argumentação de Dematteis (1970) é compreendida como uma construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...), relações *horizontais* (entre pessoas, produção, circulação...) e *verticais* (clima, tipos de culturas, distribuição do habitat...), isto é, significa uma complexa combinação particular de certas *relações territoriais (horizontais e verticais)*.

A territorialidade nos dá a compreender múltiplas características, que vão da originalidade representada pela distribuição de aspectos físicos e naturais, que antecedem aos processos e as ações humanas, até a inserção e reprodução do capital através da territorialização, desterritorialização e reterritorialização das atividades produtivas, que mesmo representando estágios diferentes ou

diferenciados são resultantes das ações do capitalismo que se apresenta como modernizante sobre ações anteriormente já realizadas.

Para compreendermos a territorialidade e as características que norteiam as análises neste estudo, vejamos em Haesbaert (2004, p. 40) algumas concepções de território agrupadas em três vertentes básicas:

- Política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionada a poder do Estado.
- Cultural ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- Econômica: menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho.

A partir das concepções de território apresentadas por Haesbaert (2004, p. 40), na área em estudos, composta pelos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, verifica-se que a territorialidade aconteceu pelo desmembramento de famílias, pautada na vertente cultural até final da década de 1960, com população expressando uma valorização simbólica em relação ao seu espaço vivido e produzido, através das atividades culturais e de subsistência.

Segundo Raffestin, (1993, p. 158).

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

No decorrer da década de 1970, com grandes mudanças no processo de produção, circulação e consumo, a territorialidade com valorização simbólica do espaço vivido é conseqüentemente suprimida com a sobreposição da vertente política com vieses econômicos. Porém, a nova territorialidade caracteriza-se espacialmente a partir de relações políticas e econômicas, sobre um território com possibilidades múltiplas e ilimitadas de expansão.

Para Haesbaert (2004, p. 86), “tanto Sack quanto Raffestin propõem uma visão de territorialidade eminentemente humana, social, completamente diferente

daquela difundida pelos biólogos”, à medida que ocorre a consolidação da territorialidade tecnológica através da modernização do processo produtivo, vê-se reduzir a importância das relações de afinidades do homem com o meio físico-natural e sua valoração simbólica. Ainda para Haesbaert (2004, p. 86), “outro aspecto importante é que nem toda relação de poder é ‘territorial’ ou inclui uma territorialidade”, mas a territorialidade “é mais bem entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos ou pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada”, por quem tem ou está no controle do processo em curso.

A territorialidade ao ser ela um componente do poder, ela torna-se para Haesbaert (2004, p. 90), “não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico”. Assim, a territorialidade torna-se o componente vivo que dá dinamicidade ao território no qual ela se insere.

Ao analisarmos territorialidade e processo produtivo, constatamos que processos, meios e produtos possuem complementaridades e reciprocidades. Haesbaert (2004, p. 281) comenta que Deleuze e Guattari falam de um “território como ato”, “o território é de fato um ato que afeta os meios e os ritmos, que os ‘territorializa’. O território é o produto da territorialização dos meios e dos ritmos”. “O território, assim, não é apenas ‘coisa’, conjunto de objetos, mas, sobretudo, ação, ritmo, movimento que se repete”. As ações, os ritmos e os movimentos ocorrem e se materializam num dado território, de formas não aleatórias, formando o que Santos (1999, p. 51). Chama de “sistemas de objetos e sistemas de ações”.

O território no qual se materializam os sistemas de objetos e sistemas de ações é chamado por Santos de espaço. Para Santos (1999, p. 50), o espaço é,

[...] como um conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam. [...] Fixos e Fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a Geografia.

Existem diferenças teórico-metodológicas entre as concepções de espaço de

Milton Santos e as atuais concepções de território, para Santos (1999, p. 51) “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos sistemas de ações, não considerado isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”, enquanto para Saquet (2007, p. 34) as relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território”, para Raffestin (1993, p. 53) “o campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações”, Saquet (2007, p. 34) completa que, “são essas relações que cristalizam o território e as territorialidades”, com seus sistemas, elementos e configurações.

Saquet (2007, p. 34) destaca que “o território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com uso de energia e informação, assumindo dessa maneira, um novo significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social”. Na produção do espaço geográfico com uso de fontes de poder como energia e informações, constroem-se um processo de circulação de fluxos que possibilitam abordagens transitivas entre a geografia econômica, política e cultural.

Para Gottmann (1952, p. 214) é “a circulação, que corresponde à força motriz da mudança, através de fluxos. A circulação permite assim organizar o espaço e é no curso destes processos que o espaço se diferencia”. Nesta linha de raciocínio Saquet (2007, p. 47) argumenta que,

[...] a circulação, especialmente através de estradas, é determinante na organização do espaço, definindo redes que interligam diferentes centros. E essas redes são fundamentais na formação e coesão do território. São atuantes, [...] na compartimentação políticas do espaço e na definição de territórios.

A territorialização dos meios e dos ritmos através dos fluxos que as redes estabelecem entre os elementos fixos de um dado território, caracterizando interações dentro deste mesmo território ou em diferentes lugares, fazem interações que podem ocorrer de formas simples ou complexas, levando em consideração as características estruturais ou funcionais postas para o processo de territorialização. Para Santos (1999, p. 56) “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. [...] a complexidade funcional de um objeto está relacionada com o repertório de funções que podem ser combinados no seu uso”. A criação, a complexidade e a inserção dos objetos técnicos, determinaram o ritmo do processo de territorialização e de definição das principais

características e áreas produtivas do território goiano.

O desenvolvimento das áreas produtivas, territorializadas no Sudoeste goiano, nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, ocorreram após a disponibilização de máquinas, equipamentos, técnicas e tecnologias que servem ao sistema que comanda ao processo de desenvolvimento e modernização das atividades produtivas, e não aos homens que também são participantes deste processo. Para Santos (1999, p. 173),

A intencionalidade dos objetos fez um sociólogo como Maffesoli (1989) exclamar um dia: “os objetos não mais nos obedecem”. No passado, os objetos obedeciam a nós no lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos os objetos não mais obedecem a nós, mas sugerem o papel a desempenhar, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil. Mas não raro é, também, simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes.

A territorialidade e o processo produtivo não resultam apenas da intencionalidade dos objetos, mas dos sistemas de ações que comandam os objetos através de redes de investimentos tecnológicos, programados para gerarem resultados práticos que transcendem a vontade humana e principalmente suas individualidades. As redes atuam segundo Haesbaert (2004, p. 291), “no sentido de sua comparabilidade, mas também de diferenças de natureza, de níveis de reflexão distintos: a rede é um dos modos de organização presente em todo território que, enquanto espaço social, pode ou não estar centralizado neste modo de estruturação”, por não serem todas estruturantes e direcionadas para fazer investimentos no setor produtivo, algumas redes são estruturadas para drenarem recursos tanto do setor produtivo como das riquezas naturais.

As ações contínuas do processo de territorialização produzem uma reciprocidade entre território e os diferentes tipos de objetos. Para Santos (1999, p. 175), “o objeto técnico se insere num sistema mais amplo, o sistema de objetos. [...] Cada objeto é, em si mesmo, um sistema, funcionando sistematicamente”. Estes objetos, conforme Santos podem ser um armazém ou uma rede de armazéns, uma rodovia ou uma rede rodoviária, ou ainda uma máquina (trator, colheitadeira, etc.,) ou um conjunto de máquinas necessárias para o processo produtivo numa propriedade ou território.

A partir da década de 1970, a territorialidade produtiva desenvolve-se com os avanços das ciências, das técnicas e da informação, processos que foram caracterizados no Brasil, segundo Santos (1999, p. 190), como “meio técnico-científico-informacional”. Para Santos “o terceiro período começa praticamente após a segunda guerra mundial e, sua afirmação, incluindo os países de terceiro mundo, vai realmente dar-se nos anos 70. [...] Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado”. A partir deste período os mercados locais não são mais os mesmos, foram transformados por novas demandas, pelas ciências e pelas técnicas em mercados com dinâmicas e exigências globais, com produtos e consumidores também globais.

Alteram-se não só os produtos e os consumidores, mas o tempo-produto-circulação-consumo, o espaço-produto-circulação-consumo. Para Santos (1999, p. 191), “quanto mais ‘tecnicamente’ contemporâneo são os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais. Agora, torna-se mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos”. Ou seja, eles dominam o espaço territorial para produzirem, estruturam uma eficiente logística para distribuir, disponibilizando o produto para consumo em escala global.

Santos (1999, p. 194) argumenta que, “agora, os atores hegemônicos, armados com uma informação adequada, servem-se de todas as redes e se utilizam de todos os territórios. Eles preferem o espaço reticular, mas sua influência alcança também os espaços banais mais escondidos”, tornando-se um mercado uno com escalas diferenciadas de acesso e de ações.

A nova territorialização do processo produtivo altera substancialmente as relações tempo e espaço, associando-se intimamente não só com a redução das distâncias reais, mas também as virtuais ao maximizar o processo produtivo, reduzindo-se também os espaços pelo aumento do volume produzido através da produtividade, reduz-se também o tempo de cultivos por produtos através da adoção de tecnologias que levam a precocidade, a diversificação de espécies e a introdução de novos ciclos de produção, com duas ou mais safras por ano ao territorializar novas tecnologias.

## 2.2. A transformação das relações de produção

A transformação das relações de produção ocorre primeiro na passagem da produção de subsistência para as lavouras monocultiveiras de arroz e milho, através da introdução do processo produtivo mecanizado e do trabalho assalariado, depois na passagem das lavouras arroteiras para pastagens cultivadas para a criação de gado, com redução na demanda de mão de obra e a eliminação do trabalho não qualificado. Com a substituição das lavouras pela pecuária, para Borges (2000, p. 103) “em vários municípios, boa parte dos lavradores havia sido expulsa da terra pela ‘refuncionalização’ das atividades primárias que transformou a ‘terra de trabalho’ em ‘terra de gado’”.

Outras transformações ocorreram a partir dos cultivos de soja com plena mecanização do processo produtivo e a eliminação do trabalho braçal, com adoção de modernas tecnologias e produtos essencialmente comerciais, alterando a estrutura de classe da população que rompe a estrutura familiar e rural de produção, para o uso intensivo da mão de obra urbana e assalariada.

Mesmo que Borges (2000, p. 104), tenha entendido que “o Sudoeste goiano talvez tenha sido a exceção nesse processo de ‘refuncionalização’ do espaço agrário, que resultou no avanço da pecuária sobre as lavouras”, ocorre também no Sudoeste goiano esta refuncionalização, não só pela pecuária sobre lavouras arroteiras, mas também por lavouras de soja. As novas áreas incorporadas ao processo produtivo através das lavouras de arroz (figura 08) tinham duração média de três cultivos ou três anos, a partir deste período as terras passavam a servir às lavouras de soja ou às pastagens cultivadas para a pecuária extensiva de corte.

Esta refuncionalização não ocorre intercalando a inserção de áreas novas, mas mantendo sempre as mesmas sequências de áreas recém-desmatadas – cultivos de arroz – cultivos de soja ou pastagens e recentemente lavouras canavieiras, tal fato ocorre segundo Borges (2000, p. 104), essencialmente a partir da “implantação de estradas de rodagem na região e a proximidade dos mercados do Triângulo mineiro estimularam o crescimento e a melhoria do rebanho bovino concomitante à expansão da fronteira agrícola e à mecanização das lavouras de exportação”.

A partir dos primeiros anos deste século XXI, as transformações no processo

produtivo continuam, as lavouras de soja e as pastagens cultivadas cedem lugar para as lavouras canavieiras.

**Figura 08** – Fazenda Bandeiras – área preparada com desmatamento mecanizado para lavoura de subsistência



Foto: SANTOS, G. C. dos. 1985.

Vários são os fatores que participaram efetivamente da integração das áreas produtivas rurais aos grandes mercados comerciais, industriais, de serviços e de consumo do País. O campo por si só não chega aos mercados e os mercados por sua vez não intercambiavam com o distante campo, que se mantém isolado e pouco produtivo até final da década de 1960. Mas, dentre os vários fatores podemos destacar o papel político desempenhado pelo Estado na integração das atividades produtivas rurais e os grandes mercados.

Para Estevam, (2004, p. 149)

A industrialização da agricultura com o apoio do Estado decorreu de um processo de acumulação capitalista – a nível mundial - propulsionado a partir da segunda metade do século. Na década de 50 o movimento expandiu-se pelo mundo inteiro e ostentou “força irrefreável” na remoção de obstáculos, substituindo “velhas forças” produtivas da agricultura por “novas forças” produtivas do tipo industrial. As atividades do campo passam a ser balizadas por caracteres inerentes a um processo industrial de produção, ou seja, espírito de inovação, cálculo econômico, divisão tecnológica do trabalho, elevado capital técnico por trabalhador, produção em massa e alta produtividade do Trabalho. Não foi propriamente a agricultura que se industrializou, mas a indústria que industrializou a agricultura.

Outro fator de grande importância nesse processo de integração, para

Estevam, (2004, p. 150),

[...] foi a participação das empresas multinacionais no processo, tanto no controle da tecnologia quanto na criação de um 'modelo' de crescimento para países subdesenvolvidos. [...] Com a instalação de fábricas de tratores, máquinas, implementos agrícolas mais avançados, fertilizantes e produtos químicos, as indústrias supridoras e as indústrias processadoras passaram a controlar, pelos dois lados, a atividade agropecuária.

A transformação das estradas boiadeiras municipais em estradas de rodagem possibilitando melhorar o sistema de transporte intramunicipal, foi estruturado por iniciativas do poder público municipal impulsionado por comerciantes de máquinas, implementos e insumos agrícolas, introduzindo os processos de produção e cultivos mecanizados na agricultura (figura 06), ampliando a circulação bens de consumo e de produção entre a cidade e suas áreas produtivas.

Até início da década de 1960, o Município de Quirinópolis não oferecia condições econômicas, políticas e estruturais para efetiva inserção de áreas produtivas no processo de produção para atender aos grandes mercados nacionais, principalmente aos mercados paulista e mineiro. Tais condições foram caracterizadas a partir da construção da malha rodoviária que partia de Brasília para interligá-la aos estados brasileiros. Para Santos, (2001, p. 45),

A construção de Brasília foi um passo importante, pois a rede de estradas, indispensável à afirmação do Estado sobre o conjunto do território, também era imprescindível para a expansão do consumo do que era produzido internamente. Aliás, a própria construção de Brasília teria sido impossível se a indústria já não houvesse desenvolvido em São Paulo. [...]. O traçado dessas estradas obedecia às novas exigências da indústria e do comércio, e assim acabou por reforçar a posição de São Paulo como centro produtor e, ao mesmo tempo, de distribuição primária.

A interação das áreas produtivas rurais aos mercados ocorre por demandas geradas nos próprios mercados. Os espaços físicos naturais ao serem incorporados ao processo produtivo são geralmente passivos a receber ações humanas planejadas e voltadas para demandas técnicas e de mercados que a eles são incorporadas, tornando estes espaços em áreas produtivas e absorvedoras de produtos industrializados e específicos para atender as demandas exigidas das atividades rurais, tornando-se conseqüentemente produtoras de matérias primas

diversas, destinadas a atender as especificidades do setor industrial e posteriormente comercial.

A fase ou estágio de transição da agricultura de subsistência para a produção agrícola comercial no Município de Quirinópolis, nos anos finais da década de 1950 e iniciais da de 1960 não possibilitou a transformação técnica do processo de produção, mas a expansão das experiências produtivas acumuladas nas atividades de subsistência, porém inovadas com adoção de práticas monocultiveiras nos cultivos do arroz, milho ou feijão, mantendo-se de um modo geral os mesmos produtos, mas com uso do trabalho braçal remunerado em grande escala.

Para os pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, (1977, p. 197).

Somente após a II Guerra Mundial, e, especialmente, a partir do final da década de 50 e início da de 60 é que as partes setentrionais dos Estados de Goiás e Mato Grosso viram-se atingidas por um processo mais efetivo de povoamento, fruto não só da ampliação da fronteira econômica do País como, também, de medidas oficiais motivadas por preocupações de natureza política e estratégica.

As preocupações de natureza política e estratégica que motivaram a construção da malha rodoviária federal a partir de São Paulo, formando grandes eixos de circulação de mercadorias, bens e serviços com os Estados de Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal, foram impulsionadoras para o desenvolvimento da malha rodoviária estadual e das estradas municipais, que possibilitaram transformar os territórios do Sul e Sudoeste goiano em áreas produtivas e dinâmicas, inseridas no processo de desenvolvimento dos mercados e atividades produtivas nacionais.

Conforme relata o IBGE (1977, p. 200) sobre o sistema rodoviário goiano “As rodovias que constituem os principais eixos de circulação no Centro Oeste são aquelas que procedem do Sudeste, especialmente do Estado de São Paulo, para onde converge a maior parte da produção”. As motivações políticas para a construção desta malha rodoviária durante aos anos da década de 1960, foram maiores que as motivações econômicas e sociais, naquele período havia apenas grandes perspectivas de investimentos e de rápido desenvolvimento.

As rodovias federais formam eixos rodoviários que são “de importância fundamental, pois, além de constituírem a base em que se apoia o sistema rodoviário do Centro Oeste como, também, as vias através das quais ele realiza sua

transformação inter-regional” IBGE, (1977, p. 200).

No decorrer da década de 1960, a agricultura brasileira tem para Lucena (2000, p. 01) “como principal papel abastecer os centros urbanos e gerar divisas para financiar as importações necessárias à industrialização por substituição de importações”. Mas para Lucena (2000, p. 02) outra “grande preocupação era de que agricultura produzisse alimentos para suprir o setor urbano em crescimento acelerado e, assim, viabilizar o desenvolvimento industrial”, fatos que ocorreram.

### 2.3. Processo migratório e mudanças político-sociais nos Municípios de Quirinópolis e Gouvelândia.

A ocupação do Sudoeste goiano e, especificamente onde localizam hoje estes municípios, ocorreu após à aproximadamente um século de ocupação e exploração da região Centro Oeste, através do ciclo da mineração. Com o declínio desta atividade econômica na Província de Goiás, o governo provincial passa a incentivar a partir de 1830, o desenvolvimento da agricultura e da pecuária para revigorar a economia e abastecer as novas áreas de consumo, criadas pela expansão das lavouras cafeeiras no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Nesse período chega ao Sudoeste goiano os primeiros habitantes para povoar e explorar as riquezas naturais, processo que foi facilitado pelas condições físicas e naturais amplamente favoráveis às atividades agrícolas e a pecuária extensiva, surgindo as primeiras fazendas, que permaneceram por mais de dois séculos nas atividades de subsistências. Para Teixeira Neto, (2010, p. 19),

Em Goiás, qualquer abordagem histórica que se faça do território e de questões a ele inerentes – a terra e os homens, para resumir – começa com o ouro – e tudo o que ele criou de fato e de sonhos – mas não termina com ele, pois, criar boi e plantar roças constituíram em atividades permanentes que deram continuidade ao processo histórico, social e econômico”.

As mudanças políticas e econômicas que ocorreram no País após o fim do segundo Império e as primeiras décadas da República, não alteraram o caráter familiar e de subsistência que predominavam nas atividades agropastoris e o baixo índice de crescimento populacional. Do primeiro processo migratório realizado pelo governo provincial até o período mudanças políticas do Estado Novo no governo de

Getúlio Vargas, foram aproximadamente cento e dez anos que o Sudoeste goiano permaneceu como espaço marginal ao processo de desenvolvimento econômico que ocorreu no Sul e Sudeste do País.

Estando fora dos grandes projetos de desenvolvimento do País, este território permaneceu até meados da década de 1950, como parte do grande vazio demográfico que ainda permanecia no Sudoeste goiano, com predominância de relações de produção eminentemente pré-capitalistas ou tradicionais.

As seguidas crises que atingiram a economia brasileira durante o período da cafeicultura, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, provocaram intenso êxodo rural das áreas cafeicultoras para as cidades próximas às lavouras, ampliando a população urbana e conseqüentemente os mercados consumidores de carne e de cereais básicos, abrindo novas perspectivas para o crescimento das atividades agropecuárias situadas próximas aos núcleos populacionais do Oeste brasileiro. Era para Oliveira (2009, p. 228) “o Brasil integrando o sertão ao litoral, através da Marcha para o Oeste. Era a possibilidade de modernização de Goiás, que poderia sair do ‘adormecimento’ e tornar-se o ‘coração do Brasil’”.

As migrações ocorridas antes do período denominado de Estado Novo foram predominantemente por decisão e capacidade empreendedora e individual das famílias que adentravam “sertão à dentro” praticando o êxodo do tipo rural-rural, alimentadas conforme Velho, (1979, p. 151) pela “população excedente” oriundas das áreas de grandes lavouras da região Sudeste, principalmente do Estado de São Paulo e Minas Gerais. Esses migrantes, apesar de formarem contingentes numericamente pouco excessivos, foram importantes no desencadeamento das principais mudanças econômicas e políticas do Sudoeste Goiano, possibilitando o aparecimento de forças políticas locais que alcançaram expressão estadual e reconhecimento nacional.

A partir do processo migratório organizado e incentivado por diretrizes políticas do Estado Novo, facilitou-se o processo de povoamento, de implantação e de extensão das atividades agrícolas tradicionais em áreas de solos mais férteis, com cultivos realizados através de práticas extensivas e itinerantes, sem infraestrutura e utilização de tecnologias modernas ou melhoradas e com poucos incentivos governamentais. Esse processo, no entanto, impulsionou o crescimento populacional de municípios e cidades antigas como Rio Verde, Jataí e Mineiros, além de provocar o crescimento de Quirinópolis que permaneceu distrito de Rio

Verde até 22 de janeiro de 1944.

A fase inicial de desenvolvimento das atividades agrícolas, principalmente as lavouras comerciais, ocorreu a partir do final da década de 1950 com a chegada de grandes fluxos migratórios, que possibilitaram o crescimento das atividades agrícolas em grande escala, através do uso do trabalho braçal nos desmatamentos e cultivos, antecedendo a instalação em 1969 da indústria de máquinas agrícolas no país. Borges (1999, p. 04), relata que,

No final dos anos 50, Goiás ocupava o quarto lugar na produção nacional de arroz, dispunha de 11,4% da área total cultivada com o cereal e produzia cerca de 10,8% do total do arroz do país, superado apenas pelos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Neste período, parte dessa cultura já era praticada em terrenos arados em algumas áreas do sudoeste e mato grosso goiano.

Nesta abordagem sobre as atividades produtivas do Sudoeste goiano, aparecem diferenças políticas e sociais marcantes, plantar a pequena roça eram práticas comuns entre pequenos, médios e grandes proprietários, parceiros, arrendatários e meeiros, mas criar gado era uma atividade elitista, que mesmo explorando pastagens naturais e precárias estruturas de manuseio dos rebanhos, era uma atividade comercial desenvolvida pelos possuidores ou proprietários de grandes fazendas. Goiás, para Teixeira Neto (2010, p. 20), “tem a roça e o boi como símbolos mais que emblemáticos, não podia ser diferente, porque, por duzentos anos, o campo goiano e suas fazendas multifuncionais sustentaram tudo”.

As diferentes relações políticas e sociais que marcaram o processo produtivo por mais de duzentos anos, envolvendo as práticas da roça e da criação de gado comum entre pequenos, médios e grandes proprietários, parceiros, arrendatários e meeiros, continha em si, segundo Teixeira Neto, (2010, p. 30), “as diferentes formas de relações sociais e de trabalho – da ‘camaradagem ao coronelismo’, passando pelos ‘parceiros, agregados e arrendatários’ – que, de certo modo, perduram até hoje no campo, nada mais eram que formas veladas de escravidão”. Estas relações de trabalho “escravo ou forçado” eram muito comuns no seio da produção familiar, gerado pela submissão excessiva aos desígnios paternos, tornar-se maior de idade ou obter a maioria era uma verdadeira alforria, o trabalho era atividade comunal, mas a posse dos bens produzidos era específica da autoridade paterna ou tutorial.

O processo migratório para o Sudoeste goiano e principalmente nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, ocorrido após o fim do segundo Império

brasileiro, passou três fases muito distintas; a primeira e mais longa fase corresponde a todo processo migratório ocorrido a partir do fim do século XIX até a década de 1950, sofre pequenas mudanças em suas características econômicas com a implantação política do Estado Novo, porém, para Oliveira (2009, p. 228) “Assiste-se, então, a partir de 1930 - com a política de integração do governo Vargas – à ocupação do território Goiano como uma prioridade nacional, inserida num projeto que, no âmbito regional, buscava articular as regiões produtivas do Estado de Goiás, principalmente as regiões sul e sudoeste”.

Para Oliveira (2009, p. 228) “Essas transformações que tiveram como objetivo principal inserir, de fato, o território goiano na economia capitalista e, conseqüentemente, tornar o Cerrado produtivo e lucrativo, alteraram de forma significativa a configuração socioespacial do território goiano”, permanecendo o processo de posse da terra sendo majoritariamente composto por migrantes compradores ou posseiros de vastas áreas. A forma de aquisição de terras era pouco relevante, os preços para compra eram irrisórios e os custos mais elevados ficavam por conta da montagem de uma infraestrutura mínima para sua exploração produtiva.

A segunda fase ocorre a partir do final da década de 1950 e início da década de 1960, tem duração aproximada de 15 anos e representou o período de mais intensa migração de mão de obra para a lavoura no Sudoeste goiano. Esta fase do processo migratório possibilitou a plena expansão das monoculturas de arroz, milho, algodão, contemplando a grande demanda de mão de obra nestes cultivos. Conforme Santos, (1995, p. 88), a composição dos fluxos migratórios para o Sudoeste goiano em 1970,

[...] eram 54,40% procedentes da Região Sudeste, sendo que os estados de Minas Gerais e Espírito Santo contribuíram com 36,58%, São Paulo com 15,10% e o Rio de Janeiro com apenas 2,72%. A Região Nordeste aparece em seguida com 41,22%, nos quais os estados da Bahia com 13,81%, Piauí com 13,03% e os demais estados desta Região com 14,38%. As demais Regiões contribuíram com apenas 4,38% do fluxo migratório total.

Dadas às condições estruturais, conjunturais e políticas existentes, dentre os migrantes desta fase pouquíssimos são os registros de trabalhadores que se tornaram proprietários de terras, por compra. Para Teixeira Neto, (2010, p. 24), havia “facilidades de acesso à propriedade da terra apenas para pessoas abastadas,

preconceitos contra os “roceiros”, precariedade da infraestrutura, sobretudo dos caminhos, ausência de mercado e de moeda circulante”, além do processo remuneratório da mão de obra assalariada que não permitia a formação de reservas ou poupança para aquisição de terras por parte da classe trabalhadora, por mais que a terra fosse quase de graça para alguns, para outros o acesso através da compra era quase impossível pela desvalorização do trabalho braçal.

A terceira fase do processo migratório para o Sudoeste goiano e Quirinópolis ocorre a partir do final da década de 1960, com características muito distintas das fases anteriores, por fazer uma progressiva substituição de goianos e mineiros por paulistas, paranaenses e gaúchos como proprietários das fazendas que tornaram produtivas a partir deste período. Para Teixeira Neto, (2010, p. 29),

Viu-se com a modernização acelerada da agricultura, ou em consequência do desmantelamento sistemático da pequena agricultura familiar pelos governos militares após 1964, que tudo voltava a ser como antes. As estatísticas mostram que, de 1970 para cá, por exemplo, o número de pequenas propriedades familiares, voltadas essencialmente para uma economia tipicamente camponesa, diminuiu, dando lugar às grandes fazendas de gado ou às empresas rurais que produzem grãos de exportação.

Entretanto, a década de 1960 tornou-se de singular importância para a formação das estruturas sociais, comerciais e de prestação de serviços nas cidades já existentes no Sul goiano, dando-lhes condições de ser a base espacial para as transformações capitalistas das atividades produtivas. Essas transformações ocorreram no mesmo ritmo em que ocorria a efetivação das diretrizes de povoamento (ocupação) de áreas improdutivas e de produção, iniciadas pelo programa Rumo ao Oeste através da expansão e da transformação das atividades agrícolas e do trabalho braçal, por força e ações do processo de industrialização do país, no decorrer da década de 1970.

O crescimento e desenvolvimento técnico dos cultivos passam por uma grande transformação com a introdução do processo de mecanização de todo processo produtivo, com o uso das máquinas (trator) de esteiras no desmatamento e, tratores de pneus nos plantios e cultivos, acelerando o crescimento das lavouras. Nesse período tem-se também o surgimento de vários núcleos urbanos, posteriormente elevados à condição de municípios, atestado pelo crescimento e urbanização da população que ocorreu a partir do final da década de 1960, (ver

tabela 02 p. 26).

A inserção da Região Centro-Oeste, em especial do sudoeste goiano no processo de desenvolvimento da economia nacional através da expansão da fronteira agrícola paulista, para Ajara (1989, p. 123),

[...] conferiu à mesma o papel de absorvedora de excedentes demográfico, com vistas ao direcionismo alternativo dos fluxos migratórios interregionais – na tentativa de reorientá-los para áreas pouco povoadas [...] tal processo iniciou-se com a construção de Brasília que ao deslocar expressivos contingentes migratórios para a região, deflagrou uma rápida e significativa expansão da base demográfica regional.

O processo de desenvolvimento desencadeado através de diretrizes do Plano de Metas submete a partir dos anos de 1960, a modernização das atividades agrícolas a uma dependência permanente do setor industrial e de modernas tecnologias, onde máquinas e insumos químicos são disseminados através de políticas governamentais de incentivo a expansão das atividades agrícolas, excluindo o trabalho braçal e os produtos que não encaixam no novo processo produtivo, Santos (2001, p. 252) afirma que,

A existência de um Projeto Nacional mediante a instalação de uma política de desenvolvimento e, mais tarde, a construção de Brasília com suas interligações com o resto do território, juntamente com o Plano de Metas e as legislações destinadas a suprimir entraves ao intercâmbio entre Estados, tiveram um papel importante na criação de uma certa unidade nacional, devida à superposição entre unificação do território e unificação do mercado.

A instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (Lei nº 4.829/65, Regulamentado pela Lei 58.380/66) que tinha como objetivo fortalecer o setor produtivo rural, facilitando o desenvolvimento do processo produtivo com a inserção dos pequenos e médios produtores descapitalizados ao processo produtivo, através dos Créditos custeios, Créditos investimentos e Créditos comercialização. Com o crédito custeio esta classe de produtores até então excluídas do processo produtivo, passaram a comprar fertilizantes, sementes, herbicidas, fungicidas e mantinham o consumo e manutenção das máquinas agrícolas e implementos.

Com os créditos investimentos que mesmo sendo seletivos, tornou-se possível adquirir máquinas e implementos novos, construir e ampliar benfeitorias rurais como casas residenciais, currais, cercas e galpões, fazer novos

desmatamentos para a ampliação das lavouras e até mesmo a incorporação de novas áreas. Conforme o Manual de Crédito Rural (MCR), os créditos destinados à Investimentos priorizavam a modernização do capital produtivo ao viabilizar a “modernização da agricultura, por meio da renovação do parque de máquinas, da correção dos solos, da renovação de pastagens, da construção de armazéns nas propriedades e da melhoria tecnológica para as culturas amparadas por programas específicos”.

Já a parcela de créditos para comercialização destinava-se a cobrir despesas remanescentes do cultivo e colheita, tornando-se uma espécie de título ao portador entregue aos produtores após a venda de seus produtos. Para Lucena (2000, p. 02),

Nos anos 60, a política agrícola continuou a expansão do sistema de transporte e implantou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, que se tornou um instrumento relevante da modernização agrícola. O crédito rural tem sido considerado como um dos principais instrumentos de que dispõe o Estado para incentivar a produção agrícola. O crédito pode ser utilizado para custeio (compra de insumos), investimento (compra de máquinas, bovinos, reflorestamento, etc.) e comercialização (descontos de promissórias, duplicatas rurais e transporte de produtos).

Os principais fatores que determinaram a quantidade e o tamanho das novas áreas a serem desmatadas e incorporadas ao processo produtivo foram a disponibilidade e a quantidade de recursos disponibilizados através do crédito rural ao produtor. A disponibilização de créditos aos produtores foi determinante para transformar grande número de pequenas lavouras de subsistência em áreas produtivas de alto padrão tecnológico que tornaram muito representativas a partir do início da década de 1970.

Muitas outras áreas novas foram incorporadas através de compras, regularização de posse de terras, arrendamentos, parcerias ou comodatos, que passaram a integrar as grandes lavouras monocultiveiras comerciais, dispondo-se das melhores tecnologias do período. Este processo de concentração ou composição das grandes áreas produtivas teve, para Teixeira Neto, (2010, p. 27),

O favorecimento das leis ao caráter concentrador da terra e da propriedade nas mãos de poucos privilegiados, essas fazendas eram mais uma estrutura oligárquica, como a dos grandes engenhos e a dos grandes cafezais dos barões do século XIX, que uma propriedade rural voltada essencialmente para o abastecimento regular das cidades próximas. Em Goiás, primeiro veio a sociedade

urbana que o ouro criou; depois, surgiu a sociedade de raízes rurais, cujo símbolo inconfundível foram as fazendas tradicionais que se instalaram por toda parte do território.

A disponibilização de créditos custeio e investimentos aos produtores rurais priorizavam a modernização do capital produtivo através das atividades e dos produtos agrícolas, e foram determinantes para transformar grande número de pequenas propriedades com lavouras de subsistência em um pequeno número de grandes áreas produtivas de alto padrão tecnológico, tornaram-se socialmente excludentes, mas política e economicamente muito representativas a partir do início da década de 1970. Para Teixeira Neto (2010, p. 31-32),

[...] com o aporte da revolução científica e tecnológica, a revolução no campo se processou, sobretudo, quanto às “técnicas agrícolas”, à “produtividade”, ao “transporte e armazenamento”, à “biotecnologia” e, tão importante como estes últimos, ao “gerenciamento”, que, em outras palavras, quer dizer “competitividade”. Porém, não obstante esses aportes, a agricultura permaneceu no mesmo lugar quanto às relações de produção e consumo. Ela pouco mudou, ou influenciou, os gestos e os hábitos no comercializar com mais justiça o que a modernidade aperfeiçoou no produzir. Essa é uma das faces da moeda. A outra é o anacronismo da estrutura fundiária, que em vez de facilitar o acesso à terra a quem realmente dela necessita para trabalhar, a concentra nas mãos de verdadeiros oligopólios. É clássica no Brasil, principalmente em territórios de vocação agrícola, como Goiás, a forma como as propriedades rurais se constituem em se tratando de quantidade e de áreas dos estabelecimentos: apesar de ser a menos numerosa, a grande propriedade – por oposição às de tamanho pequeno ou médio – ocupa geralmente mais da metade da área rural total do território.

Nos períodos de crises mais intensas na produção agrícola, não se colocava em discussão o caráter social do processo produtivo e seus instrumentos de ação, tampouco os resultados perversos, pois os investimentos tinham características essencialmente políticas e econômicas. Para Teixeira Neto, (2010, p. 30) “Perverso é o mercado, ou melhor, o capitalismo, porque, ao desconsiderar o valor do trabalho que está contido na mercadoria que o trabalhador e produtor rural produzem, ele vilipendia os custos e os preços de produção para especular e duplicar os ganhos”.

A intensidade das crises, a ausência de créditos e o uso de mão de obra na produção agrícola eram progressivos, sendo mais intensos a partir dos menores para os maiores produtores, enquanto as facilidades em obter investimento e as oportunidades de mercados seguiam uma progressão inversa.

### 3. AS TRANSFORMAÇÕES DA ESTRUTURA PRODUTIVA, 1970-2010

A expansão capitalista que ocorreu nessa área a partir do final da década de 1960 e início da de 1970, foi seletiva e excludente, mudando a estrutura política e econômica existente, principalmente as mais tradicionais ou as pouco consolidadas. No entanto, Santos (1985, p. 45) afirma que “a expansão do chamado capital técnico-científico leva à expulsão de um grande número de residentes tradicionais e à chegada de mão de obra de outras áreas. Na medida em que as exigências da produção são outras”.

Porém, como é característico, para Santos (1985, p. 34) “a consequência de uma modernização é gerar um efeito de especialização, isto é, uma possibilidade de dominação” sobre as estruturas produtivas até então existentes. Para Graziano Neto (1985, p. 26), “Normalmente quando se fala em modernização da agricultura pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas agrícolas tradicionalmente utilizadas por técnicas ‘modernas’”, não se atendo a extensão de todas as relações e atores envolvidos no processo.

As transformações estruturais não ocorrem apenas por transformações no processo produtivo ou por força da legislação vigente, Graziano Neto (1985, p. 26) entende que, “quando se pretende avaliar o processo de modernização, procura-se analisar apenas a evolução dos índices de utilização das máquinas e dos vários insumos agropecuários”.

Porém, quando se implanta o processo produtivo mecanizado com equipamentos modernos, cria-se a falsa expectativa de modernização, mas para Graziano Neto (1985, p. 26) ela “significa muito mais que isso. Ao mesmo tempo em que vai ocorrendo aquele processo técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção”.

O Município de Quirinópolis entra na primeira metade da década de 1970, num processo de intensa modernização das atividades agrícolas, introduzidas

através de programas e campanhas governamentais de aumento da produção e de produtividade, de mudanças de hábitos e práticas produtivas, mudando também, segundo Teixeira Neto (2010,p. 28) “a característica camponesa da economia de Goiás que, a partir da ocupação pioneira das regiões de boa fertilidade natural dos solos, durou até o advento do ‘milagre econômico’ dos anos 1970”. Os incentivos fiscais e creditícios governamentais visavam com a utilização de tecnologias modernas em máquinas e implementos agrícolas, obter altos índices de produção e acelerar a urbanização mantendo baixa a densidade demográfica regional no meio rural.

Para Teixeira Neto (2010, p. 37) “a revolução no campo quase tudo modificou e transformou nesses últimos 50 anos e a paisagem natural praticamente desapareceu”, transformando-se numa paisagem que apresenta características predominantemente econômicas. Ainda segundo Teixeira Neto (2010, p. 37) “Essa paisagem nova é fruto de um processo histórico de ocupação e povoamento do espaço que, lento no início, se acelerou na última metade do século que terminou”.

A fase migratória economicamente mais significativa para o desenvolvimento regional foi desencadeada a partir do início da década de 1970, acentuando-se no final da década e início dos anos de 1980. Com o desencadear do processo migratório interregional para as áreas agrícolas e posteriormente com êxodo rural da população trabalhadora e não proprietária ou que desfez da pequena propriedade para migrar para a cidade, ocorreu um alto índice de urbanização da população municipal, principalmente a partir do final da década de 1970. Para Sorj (1986, p. 69),

A inserção da agricultura dentro do modelo de desenvolvimento orientado pelo grande capital monopolista, que se afirma nesse período, se dará dentro das coordenadas gerais de expansão da produção agrícola para o mercado interno e externo, a fim de permitir a manutenção de baixos custos na reprodução da força de trabalho urbano e de aumentar o montante de divisa para que se mantenham as importações de insumos e maquinarias necessários para a expansão do parque industrial.

A partir da oferta de investimentos por parte do Governo federal, através do Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste - Polocentro, ampliam-se as estruturas de armazenamentos, transportes, energia, máquinas e implementos, ofertas de insumos e assistência técnica para as lavouras monoculturas, tem-se uma rápida mudança no processo de produção e nos principais produtos cultivados, que Teixeira Neto (2010, p. 39) dimensiona e chama de “espetacular transformação

social e econômica da atividade rural verificada no nosso principal bioma – o cerrado – não tem paralelo em nenhuma outra região do País”.

Todos os produtos com cultivos que demandavam grande quantidade de mão de obra e forte dependência das condições climáticas tiveram grande redução de cultivos, tanto em áreas como em volume produzidos.

Ocorre associada às inovações tecnológicas uma rápida seletividade no processo produtivo, tanto pela capacidade de adoção como de assimilação das novas tecnologias, ocorrendo também uma seletividade por dimensão da propriedade ou unidade produtiva. Para Oliveira (2007, p. 149), “os camponeses e também para os chamados de agricultores familiares só há um lugar submisso neste projeto: integrarem-se às cadeias produtivas do agronegócio, tornarem-se empreendedores, fazendo de sua produção agropecuária um ‘agronegocinho’” ou aceitam a exclusão do processo produtivo regional.

Ter participação ativa nos processos de transformação das atividades produtivas e nos Projetos governamentais de intervenção na agricultura não é uma opção dada aos pequenos e médios produtores rurais, é uma situação criada pelo grande capital, representado pelas grandes indústrias. Para Teixeira Neto (2010, p. 31), “as grandes indústrias de transformação de produtos agrícolas, os grandes monopólios, precisam de seus ‘satélites’ – a pequena e média propriedade – para se abastecer de matérias primas e para suprir o mercado interno em produtos de primeira necessidade”.

Os pequenos e médios produtores rurais tornam-se mais facilmente alinháveis ao grande capital por não serem partes constituintes deste, mas por permanecerem na sua órbita externa ou periferia poderão ser descartados também por necessidade de valorização do próprio capital, em situações que se assemelham a própria lei de ofertas e demandas.

### 3.1. A mecanização nas lavouras de arroz, milho e pastagens.

A mecanização foi o início de um grande processo que não aconteceu por si só ou de forma isolada, mas dentro das mudanças que já estavam ocorrendo na economia agrícola brasileira e mundial (figura 09). A mecanização como parte prática e inicial da modernização das atividades agrícolas, teve antecipada a prática da aração dos solos em função da oferta de máquinas e equipamentos agrícolas, que

foram subutilizados pelos produtores rurais até que o apoio tecnológico chegasse ao campo.

**Figura 09** – Aração de pastagem degradada, fase inicial da mecanização agrícola.



Fonte: <https://picasaweb.google.com/TratoresAntigos/FotosAntigas#slideshow/5225503147628089698>  
Seleção: SANTOS, G. C. dos. 2010.

Para os pequenos e médios produtores rurais que praticavam essencialmente a produção de subsistência, e por estarem mais distantes das modernas tecnologias, a aração acontecia inicialmente como uma atividade facilitadora na preparação do solo ao completar a “limpeza” para o cultivo, incorporando ao solo os remanescentes da vegetação. A aração ao ocorrer sem nenhum apoio tecnológico tornava-se mais uma ação a ser incorporada nas práticas facilitadoras do processo de cultivos, e o trator sendo para estes apenas mais um instrumento de tração para o trabalho.

Para os produtores que participaram da fase inicial desse processo, a mecanização não representava o início de grandes transformações, era vista apenas como um facilitador que possibilitava ampliar o processo agrícola através da expansão das lavouras e pastagens cultivadas. A mecanização permaneceu por mais de uma década sendo praticada como complemento ao trabalho braçal nas lavouras de subsistência, mantendo baixo padrão tecnológico e limitada capacidade de expansão.

Durante a década de 1970 grandes programas, projetos e empresas foram criados para dar suporte ao Programa Revolução Verde, implantado no Brasil na década de 1960 com um novo modelo para o desenvolvimento agrícola, entre os mais relevantes aparece o Programa de Desenvolvimento do Cerrado - POLOCENTRO - Criado através do Decreto 75.320 de 29/01/1975, que teve como

objetivo a ocupação de forma racional e ordenada das áreas centrais do Brasil, provocando acentuada expansão das lavouras de arroz, milho, soja e posteriormente pastagens cultivadas, levando segundo Teixeira Neto (2010, p. 39), “a agricultura e a pecuária goiana se inserirem, a partir dos anos 1970, no mercado nacional e internacional não mais como meras fornecedoras de produtos básicos – arroz, feijão e carne, mas como alimentadoras de uma nova concepção de agricultura – a agroindústria”.

A efetiva ação dos programas de desenvolvimento da agricultura produziu segundo Matos e Salazar Pessoa (2009, p. 04) “O desencadeamento do novo modelo de produção, baseado nos princípios da Revolução Verde, teve como essência a articulação cada vez mais forte entre indústria e a agricultura”. Para as autoras supracitadas “essa relação/dependência foi possível graças, sobretudo, a dois fatores: a agricultura passou a utilizar meios mais artificiais (insumos, máquinas, pesticidas) e banir os naturais (fertilizantes oriundos de esterco de animais, insumos preparados com ervas)”.

O POLOCENTRO tornou-se o maior programa governamental brasileiro de intervenção no cerrado, abrangendo os processos de mecanização e utilização intensiva de corretivos do solo, assistência técnica e pesquisa agropecuária, transportes e armazenagens, eletrificação e crédito rural. Para Lucena e Souza (2001, p. 181),

Entre 1953 e 1966, os empréstimos do Banco do Brasil para a aquisição de máquinas agrícolas, sobretudo tratores de fabricação nacional, mais do que quadruplicaram em termos reais; e, entre 1960 e 1966, esses empréstimos mais do que triplicaram. A política agrícola brasileira, nos anos de 1950, baseou-se na melhoria da infraestrutura de comercialização, principalmente através de investimentos públicos em transporte e armazenamento e na modernização em larga escala. Nos anos 60, a política agrícola continuou a expansão do sistema de transporte e implantou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, que se tornou um instrumento relevante da modernização agrícola. O crédito rural tem sido considerado como um dos principais instrumentos de que dispõe o Estado para incentivar a produção agrícola.

O crédito rural foi para Lucena e Souza (2001, p. 181), “o responsável pelo desenvolvimento do setor agrícola, o que pode ser explicado pelos substanciais subsídios ao crédito rural. Até 1975, os empréstimos eram a juro zero, com três anos de carência e cinco anos para pagar”. A implantação do Sistema de Crédito Rural com generosos subsídios não garantiu a distribuição equitativa destes benefícios

contemplando as solicitações cadastradas pelos pequenos e médios produtores rurais. Para Estevam (2004, p. 158), Outro fator que não permitia o pleno atendimento de todas as solicitações de crédito, ocorreu “devido à sua exigência de padrão operacional e tecnológico, não contemplou significativamente pequenos produtores”.

O limitado volume de créditos disponíveis, os subsídios, a falta de regulamentação e de fiscalização tornavam possíveis às carteiras agrícolas dos bancos agenciadores destes créditos, optarem por concedê-los prioritariamente para as solicitações de maiores valores, reduzindo o número de contratos e conseqüentemente eliminando as solicitações de menores valores feitas por pequenos e parte dos médios produtores, por indisponibilidade de créditos. Mesmo com o volume de Crédito sendo insuficiente para atender toda demanda do setor produtivo agrícola, para Lucena e Souza (2001, p. 182) com o “crédito subsidiado, a agricultura cresceu aproximadamente 66% na década de 1970. Isso também foi explicada pela abertura de novos mercados externos, como pelo crescimento da demanda internacional e do crescimento do próprio mercado interno”.

O Programa de crédito rural age como suprimento de recursos financeiros para aplicação nas diversas etapas da produção, ou seja, do desmatamento à colheita, era disponibilizado para os produtores rurais que estavam em condições restritivas estabelecidas por iniciativas governamentais, segundo Estevam (2004, p. 158) a partir de “Projetos de viabilidade econômica e financeira, o volume de recursos necessários, as garantias demandadas, a formação de estoques de capital e os padrões técnicos requeridos não estavam ao alcance do pequeno produtor; deste modo, o crédito rural esteve concentrado no âmbito da grande propriedade”, tornando os recursos creditícios insuficientes para garantir toda a demanda por investimentos, não atendendo de forma ampla nem ao número de produtores pleiteantes aos créditos e nem a totalidade dos recursos demandados para o pleno atendimento às atividades contempladas e desenvolvidas.

Os programas governamentais tinham na agricultura uma forma de repasse indireto de créditos para outros setores da economia, atendendo a funções estritamente econômicas do capital, como afirma Ribeiro e Mendonça (2002, s/n),

As políticas agrícolas, principalmente o crédito rural, beneficiaram mais o setor industrial do que o setor agropecuário, propriamente dito. O financiamento dos grandes produtores e dos produtos de exportação aqueceu as indústrias de máquinas e outros bens de

produção, sustentando, dessa forma, o desenvolvimento do setor industrial.

Com a disponibilidade do Crédito agrícola, o desenvolvimento do processo de mecanização agrícola ficou condicionado aos avanços tecnológicos da indústria nacional e a disponibilização de máquinas e equipamentos agrícolas para o mercado brasileiro. A indústria não conseguia produzir para atender toda demanda nacional priorizando as áreas produtivas das regiões Sul e Sudeste do País, que absorviam as máquinas e implementos maiores e mais eficientes, condicionando as novas áreas agrícolas do Centro Oeste a uma longa espera para obtenção destes instrumentos, ou seja, havia disponibilidade de créditos, mas não de equipamentos a pronta entrega no mercado, condicionando os pequenos produtores a uma espera de até dois anos.

A rizicultura foi a atividade de cultivos que melhor desempenhou a transição das atividades de subsistência para as lavouras monocultуреiras comerciais, por possibilitar a associação de práticas produtivas tradicionais e modernizadas. Consorciando-se o trabalho braçal e familiar com a utilização de altas tecnologias através de equipamentos modernos, tornando os cultivos de arroz na atividade produtiva de maior viabilidade comercial daquele período.

Para Borges (1999, p. 03), “O arroz foi o primeiro produto agrícola goiano exportado em escala considerável. Praticada de forma tradicional pela população sertaneja, como atividade de subsistência, a orizicultura encontrou condições favoráveis para se desenvolver como lavoura comercial,” garantindo aos produtores regionais uma participação efetiva nos mercados, pela grande aceitação do arroz. O cultivo do arroz como produto comercialmente de grande aceitação (tabela 05), abre o processo de cultivos comerciais tornando-se referência para a ampliação das lavouras mecanizadas, não só pela aceitação do mercado, mas por suas características de cultivos, colheita e transporte.

**Tabela 05** – Produtos, área plantada (ha) e produção agrícola (t) em Quirinópolis, 1970 - 2001.

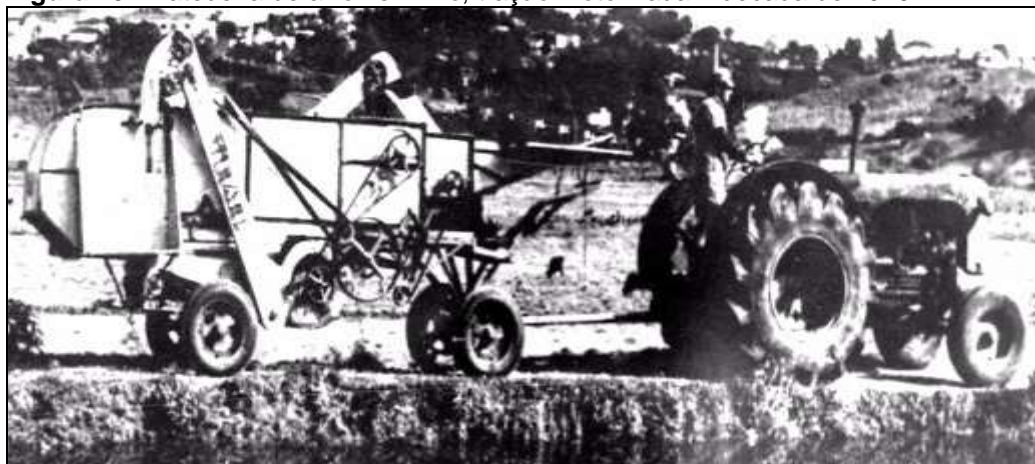
Período	Produto – Área (há) e Produção (ton)							
	Arroz		Milho		Feijão		Soja	
	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção
1970	30.565	25.614	17.940	23.683	1.165	182	11.502	1.277
1980	18.917	14.822	22.909	55.327	16	6	15.965	32.466
1990	520	1.100	14.900	51.700	-	-	12.450	27.390
2001	1.200	2.640	8.400	45.200	300	672	28.000	70.000

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE), 1970, 1980, 1990. Agência Rural, 2001.  
Organizador: SANTOS, Gilberto C. dos. 2010.

Enquanto o milho como segundo produto na escala de importância produtiva e comercial, passava por grandes restrições comerciais na forma de espigas. Os cultivos de milho só foram implantados comercialmente com o processo de colheita semi-mecanizada que possibilitou a ampliação comercial deste produto em grãos para os mercados urbanos e industriais, porém, foi tardio em relação à comercialização de produtos como arroz e feijão. A colheita manual do milho não possibilitava a sua disponibilização na forma de grãos para o mercado, face às dificuldades da “debulha dos grãos” e em “palha” sua comercialização se restringia ao consumo rural local.

A comercialização do milho em grãos ou a granel ocorre a partir do final da década de 1960, com a introdução no mercado agrícola das batedeiras mecânicas de cereais (figuras 10 e 11) tracionadas a partir do uso do trator, mas mantendo o trabalho braçal na apanha ou quebra e na formação dos montes de milho para o beneficiamento e a ensacagem.

**Figura 10** - Batedeira de arroz e milho, tração motorizada – década de 1970.

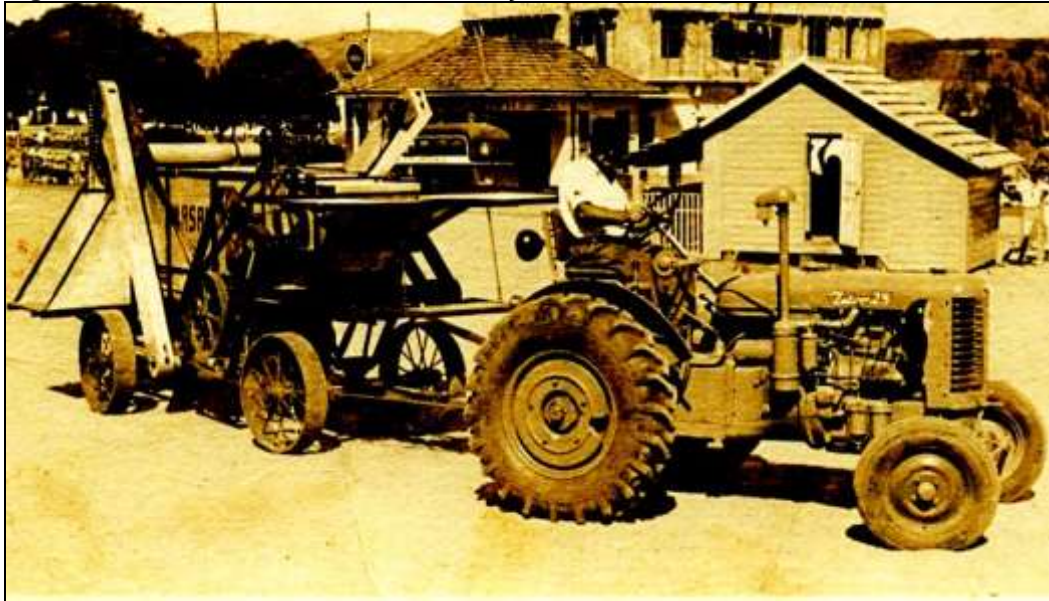


Fonte: [http://1.bp.blogspot.com/f3Ns4PuHu\\_M/Sw5Xmhp-UKI/AAAAAAAAE78/c8jvoqFZMqU/s1600/09183.jpg](http://1.bp.blogspot.com/f3Ns4PuHu_M/Sw5Xmhp-UKI/AAAAAAAAE78/c8jvoqFZMqU/s1600/09183.jpg)  
Seleção: SANTOS, G. C. dos. 2011

O pleno desenvolvimento das atividades produtivas rurais nos Municípios de Quirinópolis (hoje também Gouvelândia) ocorre há aproximadamente uma década após o início do processo de mecanização e conseqüentemente da modernização agrícola. A modernização ocorre segundo Nogueira (2001, p. 80/81), “simultânea ao desenvolvimento de uma tendência mundial de uso intensivo de insumos industriais poupadores de terra e trabalho nos processos produtivos desse setor, que ficou conhecida como revolução verde”. Por mais de uma década os pequenos e médios produtores resistem à modernização, mantendo o uso de práticas tradicionais no

processo de cultivo e comercialização das safras.

**Figura 11** - Batedeira de arroz e milho, tração motorizada – anos 1960.



Fonte: [http://4.bp.blogspot.com/f3Ns4PuHu\\_M/Sw5Xfr5d\\_il/AAAAAAAAE70/IRjC9joB3O8/s1600/09119.jpg](http://4.bp.blogspot.com/f3Ns4PuHu_M/Sw5Xfr5d_il/AAAAAAAAE70/IRjC9joB3O8/s1600/09119.jpg)  
Seleção: SANTOS, G. C. dos. 2011

O cultivo de arroz expande-se rapidamente pelas terras mecanizadas, onde consorciavam a mecanização de baixo padrão tecnológico com o trabalho braçal, por ser um produto de fácil adaptação aos vários tipos de solos. O arroz torna-se a referência dos cultivos e colheita mecanizados (figura 12) e da incorporação de novas áreas ao processo produtivo que antecedia a formação de pastagens.

**Figura 12** - Colheitadeira de arroz, milho e soja, utilizada a partir da década de 1970.



Fonte: [http://2.bp.blogspot.com/f3Ns4PuHu\\_M/Svi4ChuJf9I/AAAAAAAAAFa8/J3Lfr4vmtGk/s320/img502.jpg](http://2.bp.blogspot.com/f3Ns4PuHu_M/Svi4ChuJf9I/AAAAAAAAAFa8/J3Lfr4vmtGk/s320/img502.jpg)  
Seleção: SANTOS, G. C. dos. 2011

A grande prioridade das maiores propriedades era a formação de pastagens para a pecuária de corte, portanto no decorrer da década de 1960 até metade da década de 1970, as maiores lavouras de arroz não eram cultivadas por agricultores, mas por pecuaristas atuando na formação de pastagens, com o apoio de pequenos e médios produtores. Após o desmatamento as áreas passavam por um período de preparação dos solos para posteriormente serem transformadas em pastagens cultivadas. Para Borges (1999, p. 09/10),

O sudoeste goiano talvez tenha sido a exceção nesse processo de “refuncionalização” do espaço agrário, que resultou no avanço da pecuária sobre as lavouras. A implantação de estradas de rodagem na região e a proximidade dos mercados do Triângulo Mineiro estimularam o crescimento e a melhoria do rebanho bovino concomitante à expansão da atividade agrícola e à mecanização das lavouras de exportação. A maior integração capitalista da economia regional, a partir dos anos 50, resultou no aumento da área cultivada e no uso intensivo do solo, assim como na melhoria da qualidade das áreas de pastagem. As culturas temporárias, praticadas pelo arrendatário e meeiro ou posseiro, foram o principal meio utilizado pelo fazendeiro para desbravar e “amansar” as terras de mata, as quais eram depois ocupadas pela pecuária extensiva. Esta prática era, inclusive, a forma de reduzir custos de produção das pastagens. É discutível, entretanto, a afirmação de que havia mais financiamentos destinados à agricultura que à pecuária, mesmo porque se fosse verdade, o fenômeno da “pecuarização das lavouras” não teria ocorrido de forma tão intensa em algumas regiões. A “pecuarização da lavoura” tinha como justificativas: a) ser a lavoura, a de arroz especialmente, uma cultura de desbravamento utilizada para contribuir com o processo de limpeza do terreno recentemente desbravado; b) haver mais financiamento destinado à agricultura que à pecuária. Disso se pode concluir que a chamada “pecuarização da lavoura” é uma decisão econômica de redução de custos de mão-de-obra, em especial, de eliminação de risco, dada à variação de preços e à insegurança quanto aos preços mínimos dos produtos agrícolas.

A transformação de áreas de vegetação de Cerrado em pastagens passa pelos cultivos de arroz e milho nos três ou quatro primeiros anos, como forma de eliminar a brota da vegetação arbórea e arbustos nativos através da eliminação das raízes que permaneciam no solo após o desmatamento. Este processo era aplicado em todas as fazendas que tinha como principal fonte de receitas a criação de gado, Camadas por Estevam (2004, p. 61) de “Fazenda de gado”, predominando em todos os Municípios em estudo, como forma de garantir melhor rendimento e reduzir custos com limpeza da pastagem.

Conforme Estevam (2004, p. 61) “a fazenda de gado - lidava tanto com a

pecuária extensiva quanto com a agricultura de subsistência, atividades que constituíram um genuíno complexo produtivo”. Ainda, para Estevam (2004, p. 63), “A fazenda de gado foi a organização produtiva básica que surgiu no bojo do processo de ocupação. Não houve limites definidos e em geral o fazendeiro não possuía o título legal de propriedade”. Para a fazenda, o uso inicial dos solos com cultivos temporários visavam além da eliminação das espécies vegetais nas futuras pastagens, a exploração da fertilidade natural dos solos e a produção de cereais a baixo custo.

Nos anos iniciais da década de 1970, predominava a baixa oferta de créditos agrícolas, grande seletividade na distribuição dos recursos disponíveis, geralmente com distribuição iniciando a partir dos maiores produtores por possuírem maior articulação política e capacidade hipotecária, fato é que dificilmente os poucos recursos disponibilizados pelos agentes financeiros ou financiadores chegavam aos pequenos e médios produtores.

Fatores como; altos custos tecnológicos, exigências hipotecárias, a pouca disponibilização de máquinas e implementos agrícolas e de ofertas de créditos, impediam o acesso por parte dos pequenos e médios produtores rurais a benefícios concedidos a outros produtores, fazendo com eles permanecessem dedicando ao cultivo de cereais por maior período, ou seja, permaneciam produzindo cereais através da rotação de áreas ou da lavoura itinerante. Estas categorias permaneciam no cultivo de cereais básicos por não terem acesso a alternativas econômicas e produtivas.

As áreas transformadas em pastagens, principalmente por pequenos proprietários ou produtores rurais destinavam-se a subsistência familiar, ocupando áreas pequenas para o pastoreio de animais de tração, transporte e produção de leite em pequena escala, sendo economicamente insignificantes para os mercados regional e nacional. Tais pastagens permaneciam com as mesmas características técnicas e produtivas por períodos médios iguais ou superiores a quinze (15) anos.

A utilização de áreas agrícolas por pequenos e médios produtores rurais por mais de três ou quatro anos, demandavam volumes de investimentos em tecnologias produtivas que estavam fora de suas capacidades produtivas com recursos próprios, e a escassez nas ofertas de créditos oficiais tornavam a formação de pastagens de baixo padrão tecnológico, uma das poucas alternativas viáveis para tais categorias de proprietários e produtores, naquele período. Conforme Ribeiro,

(2002, 5), “No Brasil em 1970, os estabelecimentos agrícolas com áreas até 10 hectares representavam 51,1 por cento do total dos estabelecimentos, destes apenas 5,0 por cento obtiveram financiamentos oficiais, correspondendo a 5,5 por cento do valor total dos recursos disponíveis para os investimentos”.

Os investimentos oficiais no desenvolvimento das atividades agrícolas sempre foram escassos e discriminatórios, demonstrando claramente a opção de que mercado é para aqueles que podem competir, porém, para estes os créditos são disponibilizados numa clara ação política e classista, marginalizando os demais segmentos produtivos rurais. Fatos estes relatados por Borges (1999, p. 10) “faltava crédito ao agricultor, notadamente ao pequeno produtor. Em 1952, do total dos empréstimos bancários destinados aos setores produtivos da economia goiana, 43% foram para a pecuária e apenas 5,2% para a agricultura”.

A maior expansão das lavouras e principalmente das pastagens cultivadas ocorrem a partir do final da década de 1960, através das grandes propriedades, que usufruíam da maior parte dos créditos agrícolas disponibilizados e do processo de industrialização da agricultura. Porém, para Estevam (2004, p. 150) “os latifúndios modernizaram-se, consumindo equipamentos e insumos das multinacionais, mas parte substancial das valhas estruturas continuou intocada. A ‘modernização’ não foi além da absorção de mudanças de caráter tecnológico e organizacional”, sendo incompetente para avançar sobre as velhas estruturas políticas e econômicas com características culturais e/ou arcaicas que dominavam a produção familiar e de subsistência.

Porém, a partir da segunda metade da década de 1970, a extensão rural através de ações intensivas junto à produção familiar e de subsistência, foi segundo Miziara (2007, p. 672), “pelos dados levantados e pelas entrevistas realizadas, foi possível constatar que durante o período de 1975-1999 a Emater (GO) foi à instituição que promoveu a inserção do produtor familiar no processo de modernização da agricultura”. A extensão rural, atuando paralelamente ao processo de modernização realizado pelas multinacionais e pela força do crédito rural através das instituições financeiras privadas, foi para Miziara (2007, p. 672) “o ponto de acesso entre o conhecimento científico dos órgãos de pesquisa e o meio rural, principalmente o produtor familiar”, que representavam o lócus das velhas estruturas.

No processo de modernização das atividades produtivas agrícolas, o Estado

atua em duas frentes, primeiro financiando a modernização através das ações do grande capital, representado pelas empresas multinacionais em ações diretas nos latifúndios, e, segundo possibilitando a incorporação dos pequenos e médios produtores rurais neste processo através de empresas estatais de extensão rural, conforme foi relatado acima Miziara (2007, p. 672) e segue por Estevam (2004, p. 152),

[...] no processo de industrialização da agricultura houve um movimento de reconcentração fundiária no interior do País e a atuação estatal foi eficaz no atendimento de necessidades dos capitais da grande empresa monopolista; as políticas do crédito rural beneficiaram as ditas culturas modernas de grande base tecnológica – modificando para cima a margem de rentabilidade desses produtos – e suprindo interesses dos grandes proprietários rurais.

Com a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, e a implantação da indústria de máquinas agrícolas no Brasil (1959), o crédito rural tornou-se o principal instrumento de apoio à modernização agrícola, principalmente a partir da década de 1970, foi conforme afirma Lucena (2000, p. 02),

Com a institucionalização do Crédito Rural, desenvolveu-se a agricultura comercial, gerando crescimento do PIB, ingresso de divisas, redução do déficit comercial e abastecimento interno. Ao longo de toda década de 1970 as taxas nominais de juro do crédito rural ficaram abaixo da taxa de inflação. Nesse período, o crédito rural foi o responsável pelo desenvolvimento do setor agrícola, o que pode ser explicado pelos substanciais subsídios ao crédito rural. Até 1975, os empréstimos eram a juro zero, com 3 anos de carência e 5 anos para pagar. A fase de declínio do crédito rural iniciou dezembro de 1979, aumentando as taxas de juro, que se tornaram mais altas do que a taxa de inflação, reduzindo a demanda de crédito.

Com apoio do crédito rural, a modernização da agricultura ocorre nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia com introdução das culturas de soja, milho e algodão, sendo a soja como principal produto comercial e de cultivos estáveis, reestabelecendo a categoria dos agricultores permanentes. Fato que não se caracterizou com os cultivos de arroz, por ser uma cultura praticada com rotatividade de terras, atuando como principal atividade de cultivo na preparação de novas áreas para a formação de pastagens cultivadas.

O crédito rural foi também um processo extremamente segregador do processo produtivo no Sudoeste goiano, devido às exigências de padrão técnico e operacional, provocou discriminação massiva dos já socialmente discriminados

pequeno produtores. Mas, financiando os grandes produtores, segundo Estevam (2004, p. 159) “a participação do crédito no produto interno bruto da agricultura do Centro Oeste ostentou curva fortemente ascendente: em 1969 era de 23,4% e em 1976 já atingia 94,7%”. Com o bom desempenho das atividades extensionistas e o apelo das organizações sociais em prol dos pequenos e médios produtores, os estímulos financeiros estatais ao setor produtivo agropecuário foram flexibilizados e estendidos, com maior abrangência contemplou todo o setor.

Para Estevam (2004, p. 159) se “não fosse o peso da intervenção estatal dificilmente se projetaria com tamanha rapidez o processo capitalista de ocupação da fronteira. Neste sentido, o Estado brasileiro caracterizou-se como o principal veículo de generalização das relações capitalistas no campo”. O grande agricultor, agora capitalizado, suas relações sociais no campo já não são mais as mesmas, vê na pequena propriedade a possibilidade de expansão de suas fronteiras produtivas, e no pequeno produtor a reserva de mão de obra a ser disponibilizada a curto e médio prazo.

No processo de formação de pastagens cultivadas, os grandes agricultores utilizavam a lavoura mecanizada por um período de três a quatro anos em áreas de desmatamentos recentes, como forma de eliminar a presença da brota da vegetação arbórea e arbustiva, através da eliminação das raízes que permaneciam no solo após o desmatamento. Esse processo ocorreu também, segundo Borges (2000, p. 105), em função da,

[...] existência de mais financiamento destinado à agricultura que à pecuária (fato citado por Campos 1985, p. 35, para o autor é discutível). Assim, pode-se concluir que a chamada ‘pecuarização da lavoura’ é uma decisão econômica de redução de custos de mão-de-obra, em especial, de eliminação de riscos, diante da variação e insegurança quanto aos preços mínimos dos produtos agrícolas.

A grande expansão das áreas de pastagens cultivadas, também ocorreu pela incorporação de áreas de desmatamentos antigos e com solos já degradados pelo uso agrícola sem adoção de recursos tecnológicos. Grande parte destes solos foi desmatada e explorada por pequenos produtores rurais, que, sem mecanização e sem a adoção de fertilizantes químicos, tornavam-se impossibilitados de serem explorados pelos cultivos de cereais ou como pastagens. Estes solos são facilmente incorporados às novas áreas agrícolas e de pastagens em grande escala pelos grandes produtores ou pecuaristas, que possuem grande capacidade de uso de

mecanização e de adoção de fertilizantes químicos.

Grande parte destes solos foi incorporada à pequena agricultura familiar através da cessão temporária de uso agrícola, para parceiros, agregados, meeiros e outros, ou seja, era cedido pelos proprietários de terras o quinhão para ser desmatado manualmente, com garantia de uso para lavoura familiar ou de subsistência por um período de três ou quatro anos, com o compromisso de ser devolvido ao proprietário com pastagem formada. Este processo de desmatamento foi relatado por Borges (2000, p. 105),

[...] é verdade que as culturas temporárias, praticadas pelo arrendatário, meeiro ou posseiro, foram o principal meio utilizado para desbravar as terras de matas, as quais eram depois ocupadas pela pecuária extensiva. Esta prática foi, inclusive, uma das formas de reduzir custos de produção das pastagens nas fazendas de gado.

Esta prática de desmatamento ocorria principalmente nas áreas de matas onde o solo tinha maior fertilidade natural, e, não ofereciam boas condições de pastagem natural, pela baixa densidade de gramíneas (capim). Para Borges (1999, p. 10), “o avanço das pastagens sobre as lavouras foi uma prática adotada, sobretudo, nas zonas de solo exaurido pela atividade agrícola tradicional,” por reduzir custos com desmatamentos e com a demanda de serviços na preparação das novas pastagens (figura 13).

**Figura 13** – Criação de gado de corte, Município de Quirinópolis.



Foto: Santos. G. C. dos. 2009

Outros fatores que tiveram grande influência na transformação de áreas de lavouras em pastagens durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, foram segundo Borges (2000, p. 114),

As condições naturais e a estrutura agrária tradicional favoreciam o desenvolvimento da pecuária como “carro-chefe” da economia regional. Mesmo com os baixos índices de produtividade dos rebanhos e as constantes oscilações no preço do boi, a economia pastoril manteve-se como principal atividade de exportação do Estado. Os baixos investimentos e as relações de trabalho não capitalistas reduziam os custos de produção nas fazendas e garantia uma renda relativamente alta no setor, o que viabilizava o processo produtivo e mantinha a pecuária como atividade mercantil inserida na dinâmica da economia de mercado.

As novas áreas produtivas foram preparadas a partir do final da década de 1970, para atender as novas demandas tecnológicas geradas pelos mercados, não havendo mais “espaços” para as atividades de subsistências tanto na agricultura como na pecuária, atingindo um estágio desenvolvimento que não possibilitava mais a permanência dos produtores “tradicionais”, principalmente dos pequenos e descapitalizados que não aderissem ao sistema de crédito e as novas tecnologias de mercado.

As mudanças foram extremamente rápidas e profundas, não permitindo que maior parte dos produtores “tradicionais” absorvessem as mudanças tecnológicas, sendo gradativamente substituídos por produtores já inseridos nas modernas tecnologias, e, os que foram sutilmente excluídos, migraram para outras regiões onde o processo agrícola ainda permitia as atividades de baixo padrão tecnológico, ou tornaram-se trabalhadores assalariados nas atividades urbanas. Segundo Brizolla e Vieira (2000, p. 2/3),

Este processo conduziu a adaptação da agricultura às necessidades do desenvolvimento econômico, permitindo que as relações sociais capitalistas adentrassem rumo ao setor agrícola brasileiro, o que resultou no desenvolvimento e sedimentação das relações capitalistas no campo por meio da instauração de suas relações técnicas e sociais de produção, ocupando novas áreas agricultáveis, aumentando a produção e atendendo às necessidades do mercado interno e, principalmente, externo. Dessa forma parece claro que o investimento de capitais na agricultura brasileira a partir da década de 1960 atendia a uma exigência do setor urbano-industrial brasileiro, que, por sua vez, respondia à demanda internacional de produtos agrícolas e agro-industriais.

Para os autores Chaveiro, Calaça e Rezende (2009, p. 118), “o processo de inserção de capital no território goiano criou uma estrutura que foi compatível com o capitalismo moderno: gerar rentabilidade sobre o território com apoio da ciência e da tecnologia, não se importando em gerar trabalho – e emprego”. Neste processo, as

grandes mudanças que ocorreram nas atividades agrícolas quirinopolinas, fizeram parte de mudanças que ocorrem tanto na economia goiana como na economia nacional, resultando em transformações profundas no perfil populacional de Quirinópolis, Gouvelândia e Paranaiguara, semelhantemente como ocorreu no Sudoeste goiano e em Goiás a partir da década de 1970, conforme (tabela 5 p. 69) a população que era essencialmente rural até início da década de 1970, termina esta década sendo predominantemente urbana.

### 3.2. O agronegócio integra o campo aos multimercados

O desenvolvimento do agronegócio no Sudoeste goiano, especialmente nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia a partir da década de 1970, altera substancialmente todo processo produtivo. Por ser o agronegócio ou agribusiness um conjunto de relações, de formas de gestão, controle e promoção capitalista da produção comercial e agroindustrial dos produtos agrícolas, é também um processo que visa essencialmente à maximização do lucro através de investimentos no processo produtivo agropecuário. Para Cleps Jr (2010, p. 44) “o termo agribusiness tem ainda o uso frequentemente relacionado ao sistema global de produção, o qual tem servido para moldar as decisões estratégicas dos grupos de interesses”.

Dentre as proposições conceituais mais recentes para caracterizar o processo agrícola brasileiro, desenvolvido no Sudoeste goiano a partir da década de 1970, Jank, citado por Oliveira (2007, p. 149), define que, “o agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final,” levando os produtores a se integrarem á um alto padrão tecnológico.

Para Oliveira (2007, p. 147), “o monocultivo de exportação até então chamado de agribusiness, ganhou sua expressão na língua portuguesa: o agronegócio. Como sempre lembra Carlos Walter PORTO-GONÇALVES, tratava-se de substituir e diferenciar a agri-cultura do agro-negócio”, a agri-cultura atividade desenvolvida pela produção familiar e camponesa e o agro-negócio pelos grandes produtores e empresas agrícolas. Ainda, segundo Oliveira (2007, p. 147), “por outras palavras, tratava-se de distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade, e, a atividade econômica da produção de commodities (mercadorias) para o mercado mundial”.

Aparte das definições teórico-conceituais do processo produtivo agrícola, para Oliveira (2007, p. 147), “definia-se assim, na prática da produção econômica, uma distinção importante entre a agricultura tipicamente capitalista e a agricultura camponesa.” Tal distinção tornou-se muito nítida no decorrer da década de 1970 em dois aspectos; primeiro pela capacidade técnica de produção e os tipos de cultivos que demandavam culturas de produtos essencialmente comerciais como a soja, e, por outro lado era também visível a persistência no cultivo de gêneros básicos com baixo padrão tecnológico. Essa persistência não se caracterizava por simples decisão do produtor, mas demonstrava sua incapacidade de fazer investimentos com recursos próprios e de captar investimentos através dos créditos disponíveis no mercado.

Para os produtores individuais ou grupos que exercem algum tipo poder e de interesse sobre o processo produtivo agrícola, o crédito ao produtor, as tecnologias modernas e toda a infraestrutura disponibilizada servem para potencializar as margens de lucros e assegurar pleno domínio sobre as relações e meios de produção, distribuição e consumo. Assim, conforme Cleps Jr (2010, p. 44),

Para alguns estudiosos, o termo, por vezes, denota muito mais uma instituição que um sistema. Assim, a transformação em grande parte da economia agrícola em sistema de produção de agribusiness tem sido associada ao grande crescimento dos focos institucionais específicos de poder que variam em níveis de análise sobre o processo de controle de elementos subordinados ao sistema.

As ações do agronegócio não são todas contraditórias com as demandas reivindicadas pelos movimentos sociais, organizações de pequenos produtores, cooperativas e outros segmentos afins, pois, conforme Fabrini (2010, p. 62),

O agronegócio reivindica também do governo à pesquisa científica e tecnológica, com apoio a projetos desenvolvidos nas universidades brasileiras e institutos de pesquisas. Reclamam ainda investimentos na educação rural [...] para formar profissionais [...] que desempenhem com maior competência as tarefas, que a agricultura “moderna e produtiva” do agronegócio exige. A capacitação de um corpo técnico-científico capaz de elaborar balanços dos ciclos de vida das cadeias produtivas, avaliação do potencial de diferentes produtos alternativos, [...], desenvolvimento de tecnologias que permitam aproveitar os resíduos e subprodutos de cadeias agroindustriais, também são demandas do agronegócio.

O agronegócio integra o campo aos multimercados porque leva o campo a

produzir o que é demandado pelos grandes mercados, subjugando-o a demandas que são produzidas pelos próprios mercados, sendo portanto uma integração forçada pelas demandas de reprodução ampliada do capital no campo, ou seja o campo produz o que o mercado quer e nas condições que à ele são impostas.

A integração entre os setores que compõem o agronegócio brasileiro têm, a indústria e o comércio de máquinas, equipamentos, insumos e assistências tecnológicas que antecedem os cultivos, a terra e os produtores como processo-meio e por fim os sistemas de transportes, industrialização e distribuição dos produtos e seus derivados. Neste processo não há, portanto, choque de interesses pois o produtor esta entre duas grandes forças que comandam o mesmo processo, uma força no sentido input e a outra no sentido output, que garantem uma reprodução ampliada do lucro através da produção no campo, porém, o produtor rural ainda é importante neste processo, mesmo sem poder de decisão, porque à ele cabe a tarefa de transformar insumos, máquinas e investimentos em produto e disponibilizá-los ao mercado.

O produtor e o proprietário possuem em comum a posse da terra, mas diferem quanto ao tipo de posse, valor, percentual e origem do lucro. O produtor obtém seus lucros conforme os investimentos realizados através do processo de produção e as bases ou referências contratuais que lhe dá a concessão da terra, enquanto o proprietário obtém seu lucro na forma como ele faz a concessão, na valorização patrimonial, produtiva e/ou especulativa da terra.

Porém, o capitalista no campo não tem relação patrimonial ou especulativa com a terra, ele vislumbra a sua capacidade de investimentos e a consequente transformação de áreas de terras brutas em fazendas equipadas e de alta produtividade, tornando se um produtor transitório que não tem seu objetivo no produto da lavoura, mas na valorização produtiva da propriedade para o mercado de terras agrícolas, sendo, portanto, proprietário e produtor num curto período, apenas numa fase da transição. Conforme Fabrini (2010, p. 64),

[...] verifica-se que a acumulação capitalista do agronegócio não esta pautada exclusivamente nas relações mercadológicas empresariais (produção de mercadorias), mas também na exploração da mais-valia (renda da terra). É possível verificar uma acumulação capitalista de renda derivada da propriedade da terra, o que faz surgir à classe de proprietários fundiários e não somente a classe dos capitalistas no campo.

Porém, a grande força do agronegócio brasileiro não está no campo e no processo produtivo agrícola, está nos mercados onde se definem o que fazer no campo e como ele corresponderá às demandas políticas, econômicas, técnicas e sociais, sendo, portanto, urbano o grande lócus de reprodução capitalista do agronegócio através do planejamento, da gestão e das atividades finalísticas e ao campo as atividades meio – a produção.

Dominar o processo de modernização das atividades produtivas regionais e municipais evidenciou o caráter seletivo do processo de produção desenvolvido pelo agronegócio através das lavouras de milho (figura 14), e das lavouras de soja (figura 15), caracterizando forma de distribuição dos investimentos de capitais que alteraram a composição do processo produtivo, pela distribuição e destinação dos produtos, pela disponibilização e facilidades de acessos às tecnologias mais modernas e pela valorização e demandas promovidas pelos mercados nacional e internacional, a partir da década de 1970.

**Figura 14** - Agronegócio - Lavoura de milho, Município de Quirinópolis.



Foto: Santos, G. C. dos. 2009.

As políticas governamentais foram determinantes no processo de distribuição dos investimentos e nos resultados obtidos pelas atividades agrícolas, mas representou também graves problemas nos processos cadastrais e de repasses dos recursos creditícios aos pequenos e médios produtores rurais que não tinham acesso às informações atualizadas, conforme aponta Ribeiro, Mendonça e Hespanhol (2002, p. 05),

As políticas governamentais, especialmente o sistema de fornecimento de crédito e financiamento à produção agrícola privilegiaram os produtos destinados à exportação e as grandes propriedades onde poderiam ser aplicadas as inovações tecnológicas. Diante disso, percebe-se que houve uma marginalização das culturas para consumo interno e dos produtores que desenvolviam suas atividades em pequenas propriedades. A 'modernização da agricultura' foi se revelando concentradora e seletiva

**Figura 15** - Agronegócio - Colheita mecanizada de soja.



Fonte: [www.goiasinterior.com.br/campo3.html](http://www.goiasinterior.com.br/campo3.html)

Autor: não identificado

Seleção: SANTOS, G. C. dos. 2011

A modernização que o agronegócio desenvolveu em Goiás e no Sudoeste goiano, com características seletivas e excludentes, no contexto de mercados também celetista e instável, levaram os produtores de arroz e feijão com cultivos nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia a não adaptarem-se às características da modernização implantada nas atividades agrícolas a partir da década de 1970, levando-os a aderirem a novos cultivos como o milho, algodão e a soja, tornando-se dependentes de recursos do sistema financeiro para realizarem investimentos tecnológicos nos cultivos, transportes, armazenamentos.

Em Goiás, o processo de modernização tornou-se excludente porque visava primeiro a estruturação do capital agrícola através do sistema de compra, armazenamento e indústrias de beneficiamento dos produtos "in natura" pós-safra. Este processo e suas respectivas ações, segundo Ribeiro, Mendonça e Espanhol (2002, p. 4), "beneficiaram mais o setor industrial do que o setor agropecuário,

propriamente dito. O financiamento dos grandes produtores e dos produtos de exportação aqueceu as indústrias de máquinas e outros bens de produção, sustentando, dessa forma, o desenvolvimento do setor industrial”.

Outros fatores que dificultaram a permanência dos produtores de produtos básicos como arroz, feijão e milho no processo de cultivo por longos períodos, foram; a pequena capacidade de suporte financeiro para transporem as flutuações de preços e demandas destes produtos nos mercados regionais e nacionais e, ainda a incipiência de garantias de preços mínimos, custos e capacidade de estocagens que dificultavam para que os produtores de gêneros básicos permanecessem de posse de seus produtos a espera maior valorização nos mercados. No entanto, Oliveira (2007, p. 149) diz que “na realidade o agronegócio nada mais é do que a reprodução do passado. Aliás, desde o ano de 1500, eles dizem que irão desenvolver o Brasil através da exportação de mercadorias da agropecuária”.

A consolidação do processo de modernização das atividades produtivas e comerciais ocorreu a partir da década de 1980, período que registra a supremacia das culturas comerciais da soja e do milho e a extinção das culturas comerciais de arroz e do feijão. A substituição das culturas de arroz e feijão, já tradicionais no Sudoeste goiano, ocorreu conforme Ribeiro, Mendonça e Hespanhol (2002, p. 8), porque “a incorporação da soja na pauta de produção foi a principal responsável pela reestruturação da produção agrícola e a redefinição das relações de produção, bem como das relações de trabalho no campo”.

Para Bezerra e Cleps (2004, p. 44), “a consolidação desse processo ocorreu na década de 1980, e, ao mesmo tempo, o reconhecimento do potencial agroindustrial do Centro-Oeste, sendo que, a região passou a responder por 40% da produção nacional de grãos”. Com destaques para a soja e o milho que tiveram rápida adaptação aos solos do Cerrado, a partir do cultivo de variedades melhoradas e apresentadas pela Embrapa. Porém, ainda conforme Bezerra e Cleps (2004, p. 44), só “no final da década de 1980, o quadro começa a modificar-se, pois foram implantadas as primeiras agroindústrias na região, que tinham como principal objetivo o aumento da competitividade”.

No decorrer da década de 1980, desenvolve-se as atividades cooperativistas, associadas ao empreendedorismo agroindustrial, com ênfase na produção de produtos lácteos, rações e atividades comerciais varejistas. O setor cooperativo desenvolveu-se também nas áreas de armazenagens, eletrificação rural, transportes

e, principalmente na intermediação comercial para colocar no mercado grande quantidade de produtos agrícolas como soja, milho e algodão, com a obtenção de valores diferenciados, e na alocação de investimentos com juros subsidiados para o cultivo de produtos de alto valor agregado de mercado, naquele período.

O setor cooperativo agrícola tinha nas décadas de 1980 e 1990 opção pela grande produção, por produtos que se tornaram líderes de mercado, com a participação decisiva deste setor, na década de 1980, segundo Bezerra e Cleps (2004, p. 45), “ocorreu a maior concentração de investimentos na cadeia de soja, buscando um aumento na capacidade produtiva, principalmente no segmento carnes-óleos-rações. A região Centro-Oeste tornou-se, assim, nos anos 1980, num polo de atração de capitais do Centro-Sul,” e a participação do setor cooperativo contribuiu para fazer girar as atividades do agronegócio essencialmente em torno da reprodução do capital agrícola, marginalizando a função social das atividades produtivas rurais, não permitindo a participação de pequenos produtores, pequenos arrendatários e parceiros não produção comercial de alta tecnologia.

O pleno desenvolvimento das atividades do agronegócio que levaram a substituição dos cultivos de arroz e feijão por cultivos da soja, substituindo assim atividades que demandavam, pelas características predominantemente de baixo padrão tecnológico, o uso de grandes contingentes de trabalhadores braçais, por cultivos que eliminaram o trabalho braçal e não qualificado, liberando ou excluindo grande quantidade de mão de obra das atividades rurais, principalmente de trabalhadores residentes no meio rural, para absorver mão de obra qualificada, assalariada, sazonal e residente nas áreas urbanas. Mas, Ribeiro, Mendonça e Hespanhol (2002, p. 07), argumentam que,

Os investimentos no incremento tecnológico pressupunha, também, a adoção de uma mão-de-obra que potencializasse o uso das tecnologias de produção. Dessa forma as técnicas modernas aplicadas à produção agrícola conduziram a uma sazonalidade do trabalho não especializado, fazendo com que o antigo trabalhador rural passasse a desenvolver atividades, esporadicamente, tanto no campo como na cidade.

Os reflexos da substituição do trabalho braçal por processos de mecanização com alta tecnologia não produz inicialmente grandes ampliações nas áreas produtivas, mas mudam substancialmente além do processo de produção, os produtos e as relações de mercado. Enquanto a produção de arroz era destinada a

atender as demandas básicas de alimentos nos mercados locais e regionais, a produção de soja era introduzida e incentivada a partir do início da década de 1970, para atender o setor agroindustrial do mercado nacional e demandas geradas pelas exportações para os mercados internacionais, tendo características sócio produtivas e de mercados totalmente distinta dos cultivos de arroz e feijão.

As relações entre o uso de trabalho braçal e o processo de mecanização das atividades produtivas agrícolas, conforme demonstra os dados da (tabela 06), a produção de arroz represente o ápice do trabalho braçal e a transição plena para os processos essencialmente mecanizados nos cultivos de soja e milho. O cultivo de arroz tem expansão em área cultivada e volume de produção proporcional à absorção do trabalho manual e aração do solo, a partir da década de 1970 ocorre grande redução nas áreas de cultivos de arroz, no volume da produção e na demanda de mão de obra.

**Tabela 06** - Área ocupada (ha), produção agrícola (t) em Quirinópolis, 1950 – 2001.

Período	Produto – Área (ha) e Produção (ton)							
	Arroz		Milho		Feijão		Soja	
	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção
1950	9.326	9.368	4.276	11.317	2.804	852	-	-
1960	18.598	28.432	6.278	8.301	5.372	2.652	-	-
1970	30.565	25.614	17.940	23.683	1.165	182	1.502	1.277
1980	18.917	14.822	22.909	55.327	16	6	15.965	32.466
1990	520	1.100	14.900	51.700	-	-	12.450	27.390
2001	1.200	2.640	8.400	45.200	300	672	28.000	70.000

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE), 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2001.

Organização: SANTOS. G. C. dos. 2009.

Na produção de milho ocorre uma relação área-produção-mão de obra semelhante ao processo ocorrido na produção de arroz, ampliando suas áreas de cultivos com o uso do trabalho braçal, associando-se a aração do solo a partir do final da década de 1960, chegando ao seu ápice a partir da década de 1980 com uso de alta tecnologia no processo produtivo. A partir das décadas de 1970 e 1980, arroz e milho respectivamente passam a perder áreas para os cultivos de soja e pastagens cultivadas, porém o milho diferentemente do arroz mantém o volume de produção mesmo com drástica redução nas áreas de cultivos, enquanto a produção de arroz não apresenta relevância comercial a partir de 2006.

Conforme dados apresentados na tabela 02 (pág. 37), a década de 1970 representou o período de duas grandes transições; a primeira das lavouras cultivadas com arroz para as lavouras de soja e a segunda do uso intensivo do trabalho braçal para a alta mecanização do processo produtivo. A produção de arroz

ocupava no início da década áreas de 30.565 ha e produção de 25.614 toneladas, mas durante esta década as lavouras de arroz entraram em pleno declínio, chegando ao final desta década ocupando apenas 18.917 ha, com redução de 38,11% nas áreas cultivadas. A produção cai de 25.614 para 14.822 toneladas, apresentando redução de 42,13% no volume total produzido.

A produção de soja segue crescimento proporcionalmente inverso ao cultivo de arroz, começa seu ciclo produtivo em 1970 ocupando área de 1.502 ha, chega a 1980 com área de 15.965 ha, registrando crescimento de 1.062,91% no mesmo período. O expressivo crescimento nas áreas ocupadas por lavouras de soja e o aumento da produtividade elevaram o volume da produção de 1.277 para 32.466 toneladas, um crescimento de 2.442,36% em dez anos. O grande crescimento do volume e da qualidade da produção de soja nestes primeiros dez anos, resultou devido à implantação e uso de alto e específico padrão tecnológico para este cultivo, levando a classe produtora a deixar as antigas experiências com cultivos de arroz, feijão e algodão.

Fatores como construção de estradas, melhorias nos meios de transportes, variações climáticas e políticas de créditos agrícolas mais seletivas, principalmente quanto a produtos mais sensíveis quanto às variações climáticas e à produtores de pequena capacidade hipotecária e de absorção de tecnologias modernas, levaram à redução gradativa das áreas de lavouras, que eram de 61.172 ha em 1970, para apenas 27.870 ha em 1990, com redução de 54,44%. As áreas já desmatadas foram sendo progressivamente ocupadas por lavouras de soja e pastagens cultivadas, impulsionadas pela pecuária de corte que permanece com baixa lucratividade e com preços e demandas estáveis no mercado nacional.

As mudanças políticas, técnicas e administrativas possibilitaram introduzir no processo produtivo novas culturas comerciais, porém, a política de aumento nas produtividades agrícolas foram iniciadas e executadas a partir da década de 1970 e consolidadas na década de 1980, através de investimentos em tecnologias e equipamentos modernos, resultantes de programas de créditos oficiais como Polocentro – Prodecer II e Sistema Nacional de Crédito Rural, que destinaram recursos e tecnologias para transformar o sistema produtivo agrícola brasileiro e do Sudoeste goiano, para atender as grandes demandas dos mercados nacional e internacional. Para Thomaz Júnior (2002, p. 6),

É a partir dos anos 80 que no Brasil se manifestaram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, mas é a partir do início da década seguinte que atingiu nova amplitude e profundidade, momento em que as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico em todo o circuito produtivo dos diversos setores econômicos. No entanto, guardando traço de semelhança em relação à busca da competitividade do capital e a adoção de novos padrões organizacionais e tecnológicos compatíveis.

Para Lucena e Souza (2001, p. 03) “o desenvolvimento de infraestruturas e tecnologias promovidas pelo Polocentro permitiu o aumento da produtividade média das áreas de Cerrado acima da produtividade média nacional. O Polocentro foi o principal programa de ação regional do II PND (1975-79)”, representando também o desenvolvimento de relações de produção plenamente capitalistas, reduzindo a importância da produção tradicionalmente feita por grupos familiares, parcerias, meeiros e pequenos arrendatários.

A partir da década de 1970, as áreas como o Sudoeste goiano, onde os cultivos tradicionais de arroz, feijão, algodão e milho, foram proporcionalmente sendo transferidas para os cultivos de soja, e, parte destas áreas permaneceu sendo transformadas em pastagens cultivadas. Este processo de substituição permaneceu ativo até a plena extinção da produção comercial de arroz de sequeiro, do algodão e do feijão nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia.

A ampliação das áreas de cultivo com soja permanece acelerada no decorrer das décadas de 1980 e 1990, mesmo com políticas restritivas de créditos ao produtor, conforme destaca Lucena e Souza (2001, p. 03),

Em 1981, o Governo introduziu novas mudanças na política agrícola. A principal foi a adoção de limites ao crédito para custeio, que passaram a refletir apenas parte dos custos variáveis; a cobertura do seguro rural foi reduzida para apenas 80% do valor financiado [...] Com as restrições da oferta de crédito rural, a política de garantia de preços mínimos (PGPM) tornou-se uma poderosa alavanca para a expansão e desenvolvimento da agricultura brasileira.

As políticas restritivas de créditos foram decisivas no processo de seleção dos cultivos no Sudoeste goiano, principalmente nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, que se localizam na microrregião Quirinópolis, que apresenta restrições climáticas registrando os mais baixos índices pluviométricos do Sul goiano, forçando opções por cultivos de produtos mais resistentes as variações climáticas e grande aceitação nos mercados consumidores. Aos produtores rurais

que conseguiram permanecer na atividade de ofício não havia outras opções de escolhas, tiveram que optar pelas possibilidades de mercados, mesmo não sendo naquele período os produtos mais lucrativos e socialmente mais viáveis, por serem altamente excludentes do trabalho braçal e exigirem alto padrão tecnológico no processo de cultivo e, conseqüentemente, alto custo de produção, como eram os casos da soja e do milho no decorrer das décadas de 1980 e 1990.

Outros fatores que levaram à redução das áreas cultivadas com arroz e feijão, além das grandes variações climáticas foram os altos custos de produção, com trabalho assalariado quando comparados os custos-produtividade, disponibilidade de mão de obra nos momentos de pico da produção e colheita, dificuldades de transportes, secagem e armazenamentos. Estes fatores restritivos levaram a grande redução no volume da produção e conseqüentemente resultando também no endividamento da classe produtora, que se tornaram literalmente dependentes da produção, da produtividade, do mercado, dos incentivos creditícios, das tecnologias que ainda não eram disponibilizadas para pequenos produtores descapitalizados, que dependiam de tais fatores para a sua sobrevivência no processo produtivo.

Dadas às circunstâncias climáticas e de financiamentos ocorridas nestas décadas, os cultivos de soja evoluem em ritmos acelerados, se tornando no principal cultivo agrícola regional, a evolução das áreas de cultivos ocorre através da reocupação de áreas de pastagens degradadas, nas áreas remanescentes de cultivos de arroz, em áreas que cultivavam milho e em áreas novas ou recém-incorporadas ao processo produtivo.

A agricultura brasileira e o setor produtivo que a partir da década de 1950, se desenvolveram numa permanente superação de obstáculos políticos, culturais climáticos, tecnológicos, financeiros e creditícios, de grandes oscilações de mercados, de baixa qualificação profissional da mão de obra e de gestão do processo produtivo. Enfrentaram, na década de 1970, os desafios da incorporação no processo produtivo de alto padrão de modernas tecnologias e a seletividades de produtos para os mercados agroindustriais, a seletividade do crédito rural e as exigências hipotecárias, já nas décadas de 1980 e 1990, a agricultura regional enfrenta novos problemas, conforme são apresentados por Lucena e Souza (2001, p. 07),

[...] nos anos de 1980, quando todos os problemas enfrentados pelo setor agrícola eram resolvidos pelas políticas de crédito e de preços

mínimos. Na década de 1990, houve uma reformulação da política agrícola, que contribuiu com o desenvolvimento econômico da agricultura. Introduziu-se a equivalência-produto para os empréstimos e o uso de um sistema alternativo e complementar à equivalência-produto.

Com os benefícios de créditos e seguros parciais implantados pelo governo através de mudanças na política agrícola em 1981, as garantias de preços mínimos tornaram-se paliativas e ineficazes, porque levaram os produtores a reduzirem também os investimentos em fertilizantes, herbicidas, qualidade das sementes, demandas de mão de obra e de tecnologias no processo de cultivos, levando a uma consequente redução no volume produzido. A política de preços mínimos tornou-se eficaz apenas para garantir o pagamento da parte financiada dos custos de produção. Isto é fato explícito na forma de recebimento dos produtos no setor de armazenagem e nas formas de pagamentos realizados ao produtor.

A política de equivalência-produto tem efeitos mais positivos para a classe produtora rural, mesmo não alterando as condições de produção mantém-se uma equivalência de preços entre produto e custos básicos com insumos e máquinas agrícolas, fundamentais ao processo produtivo. A política de equivalência tornou-se importante para o produtor num período de altos índices inflacionários, segundo o IBGE, a inflação no período 1990-1994 chegou à média anual de 764%. Nestes poucos ciclos produtivos o produtor foi beneficiado por manter a valorização do produto semelhante aos custos de produção, porque tradicionalmente os insumos, máquinas e equipamentos, valorizavam mais que o produto agrícola, principalmente no período imediatamente após a safra.

A partir de 1990 até início deste século, as políticas de investimentos na agricultura possibilitaram um crescimento de 35,36% nas áreas cultivadas, o cultivo da soja voltar a crescer, obtendo em 2001, 64,64% das áreas cultivada nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia. Mas, o processo de crescimento das áreas cultivadas por médios e grandes produtores ocorre pela incorporação de áreas de pequenas propriedades produtivas ou improdutivas, com o uso de alta tecnologia traz grandes transtornos populacionais para os municípios ao não absorver a mão de obra residente nestas propriedades, gerando um alto índice de desempregados rurais não qualificados para as demandas de serviços no meio urbano, gerando uma mão de obra abundante que faz qualquer atividade que não exija qualificação por qualquer preço (salário), e que nada exigem pela necessidade da sobrevivência, o

que para Ribeiro, Mendonça e Hespanhol (2002, p. 05),

[...] com olhar mais amplo sobre os resultados da modernização das atividades agrícolas permite ver além da geração de divisas a partir do aumento das exportações. Traz à luz da análise outras faces desta moeda. Neste contexto a maneira como os pequenos produtores e proprietários foram sendo excluídos do processo de produção do campo brasileiro e a conseqüente expropriação e proletarização deste trabalhador é um fenômeno que não pode ser desconsiderado, tampouco minimizado.

O desenvolvimento do agronegócio através do crédito rural, da política de garantias de preço mínimo e da equivalência-produto, acelerou o processo de modernização através da absorção de padrão de alta tecnologia na agricultura, desencadeando processo seletivo que tornou os cultivos da soja e em seguida do milho as grandes expressões de mercados e produção nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia.

Os cultivos de soja e milho nestes municípios deixaram de serem simples cultivos para representarem as commodities do agronegócio, conforme consta nas Diretrizes Estratégicas do Fundo Setorial de Agronegócio do Ministério da Ciência e Tecnologia, (2002, p. 23), “as transformações nos últimos 20 anos prenunciam a constituição de um padrão produtivo e tecnológico extremamente dinâmico para a agricultura que deixa de ser vista como setor primário e ganha o conceito de agronegócio, com enfoque sistêmico e inserida na cadeia produtiva”.

O cultivo das commodities soja e milho possibilitou a plena modernização do processo produtivo nas áreas onde já existiram vegetações de florestas e cerrados, nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, a força do agronegócio fez com que este processo ocorresse sem a preocupação em atender a estudos de viabilidades ou inviabilidades técnicas e produtivas, sem planejamentos econômicos e ambientais, ou seja, apenas pela vontade de ocupar novas áreas e incorporá-las ao processo produtivo.

A política do desconhecimento proposital das leis ambientais e de suas exigências legais levou à ocupação de áreas de preservação permanentes (APPs) e a desobediência quanto à manutenção das áreas de reservas legais, que hoje nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia não chegam a 3,0%. Os setores representativos do agronegócio através da Associação de produtores de cana e do Sindicato Rural propõem manter pelo menos 2,0% das reservas legais dentro do Município e as demais áreas extrapropriedade e extramunicipal.

As tentativas feitas por órgãos públicos e entidades ambientalistas de fazerem cumprir as exigências legais sobre a manutenção das reservas naturais, tornam-se quase inúteis, porque as exigências legais surgem após décadas de desmatamentos autorizados indiscriminadamente sem ressalvas, não regulamentando os cultivos e nenhuma forma de controle público sobre o uso dos recursos naturais agrícolas. Conforme Mendonça e Thomaz Júnior (2004, p. 99),

A ocupação racional e indiscriminada das áreas de Cerrado reforçou o poder político e econômico das elites conservadoras, a partir das empresas rurais, do Estado e das transnacionais impulsionadas pela agroindustrialização, estimulada pela reestruturação produtiva do capital mundializado. Isso significa perceber que há um movimento do valor em nível geral que se auto expande, sendo que o ápice desse processo é o capital financeiro, hegemônico a partir dos anos 1970.

A decisão de fazer a ocupação indiscriminada das áreas passíveis de serem agregadas ao processo produtivo ficava a mercê da capacidade de aquisição de terras e máquinas por parte de produtores e empresas rurais, tanto para o desmatamento quanto para o tipo de cultivos que propunham fazer estes produtores. No período de 1980 a 2005 a soja representou a grande expressão de poder do setor produtivo rural – do agronegócio, tornando-se durante décadas pelo olhar dos grandes produtores “uma classe elitizada” que possuíam as “chaves das riquezas do campo”, expressão dos próprios sojicultores ou apenas cultivadores de soja, que ecoavam numa nítida discriminação dos pequenos produtores rurais, que ficavam à margem deste processo.

O agronegócio a partir da plena implantação do processo produtivo de alta tecnologia passou a ter grande participação na economia nacional, conforme dados divulgados pelo IBGE referentes a 2004, o agronegócio participou com 34% do PIB e sendo responsável por 37% dos empregos gerados no mercado brasileiro. O reflexo dessa expressiva participação do agronegócio no PIB brasileiro está no saldo total do comércio exterior de 2004 que chegou, segundo o IBGE a 34 bilhões de reais, ou seja, a 93% das exportações brasileiras naquele ano, acumulando no período de 2000 a 2005 um crescimento médio anual de 21%.

Para André Nasser (2010), diretor do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Ícone), foi a partir das pesquisas da Embrapa que “o aumento da produtividade teve um papel fundamental no crescimento da produção agrícola brasileira. Entre 1990 e 2009, a área plantada de grãos no País subiu 1,7%

ao ano, mas a produção cresceu 4,7%” também ao ano, mudando a lógica da balança comercial brasileira que durante séculos apresentou pequenos períodos de equilíbrio, tendo uma constante luta para reduzir o déficit comercial externo, porém, a partir do final do século XX (ano 2000) e início do século XXI (2001), a balança comercial brasileira busca ampliar o superávit gerado pelas exportações de produtos agrícolas do agronegócio brasileiro, conforme dados registrados na (tabela 07) e evolução no (gráfico 01).

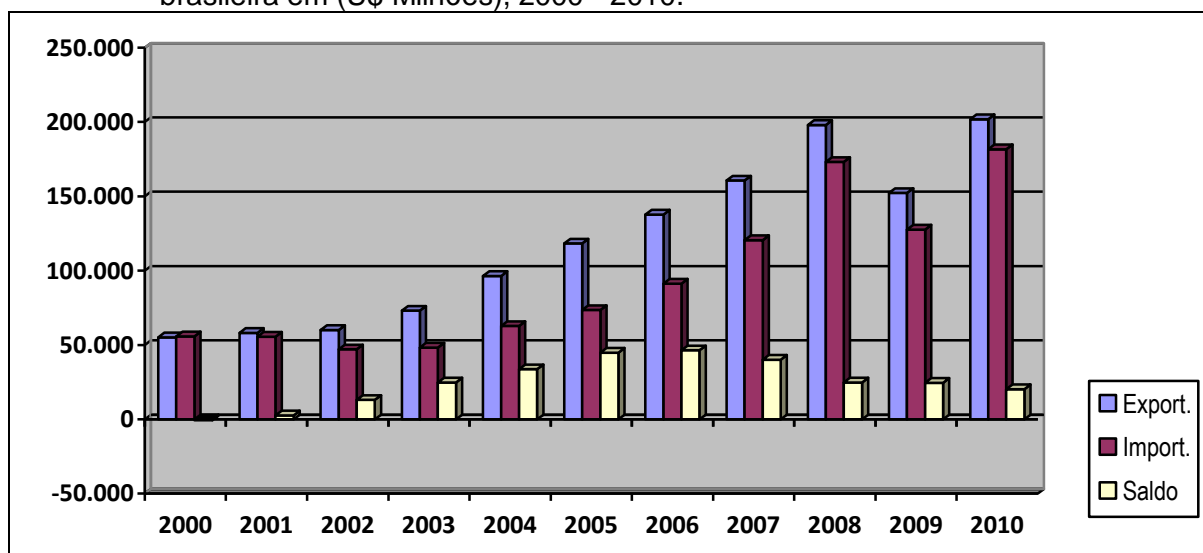
**Tabela 07** – Valores da Balança Comercial brasileira em (US\$ milhões), 2000 - 2010.

Atividades	Períodos										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exportação	55.086	58.223	60.141	73.084	96.475	118.309	137.807	160.649	197.953	152.252	201.916
Importação	55.783	55.581	47.048	48.283	62.779	73.545	91.350	120.610	173.148	127.637	181.638
Saldo	- 697	2.642	13.093	24.801	33.696	44.764	46.457	40.039	24.805	24.615	20.278

Fonte: Base de dados do Portal Brasil, Banco Central do Brasil, Ministério do Desenvolvimento, Siscomex e Fundação Getúlio Vargas.

Organizador: Santos, G. C. dos. 2011

**Gráfico 01** - Evolução das Exportações, Importações e Saldos da Balança Comercial brasileira em (US\$ Milhões), 2000 - 2010.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Siscomex e Fundação Getúlio Vargas.

Organizador: Santos, G. C. dos. 2011.

No entanto, as crises de abastecimentos ocorridas nos mercados internacionais estão contribuindo para o aumento das exportações de produtos agrícolas brasileiros, garantindo estabilidade no mercado interno brasileiro e uma acentuada valorização do Real frente ao Dólar principalmente a partir de 2006, condição que facilitou amplamente as importações de produtos e bens de consumo pela população, reduzindo significativamente o saldo da balança comercial, que

permanece positivo. No período 2001-2010 as exportações brasileiras cresceram 346,797%, enquanto as importações cresceram no mesmo período 326,798%, realçando dois momentos distintos na balança comercial, 2001 – 2006 com dólar forte e 2007 a 2010 com o real forte ou valorizado frente ao dólar americano.

O cultivo de gêneros básicos e com menor relevância comercial, voltados essencialmente para abastecer os mercados local e regional, passam a terem períodos amplamente favoráveis com relação às variações de preços nos mercados, mas a população rural dos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia composta por pequenos produtores já não estão no campo para produzir. Para Ribeiro, Mendonça e Espanhol (2002, p. 08), “monocultora de soja, fez com que o Estado de Goiás se despontasse no cenário econômico nacional e internacional como um grande celeiro de grãos, porém alijaram os pequenos produtores e proprietários, marginalizando-os no processo produtivo e reduziu, significativamente, o emprego rural”, só permanece no campo o pequeno produtor familiar de leite, não havendo mais espaço produtivo para manutenção de parceiros e meeiros, sendo extremamente restrita a contratação do trabalho assalariado por esta categoria de produtor, que ainda se mantem no campo.

A pequena produção familiar de leite assume o papel de manter a renda familiar, que era composta pela produção agrícola de arroz, feijão, milho e hortifrutigranjeiros. Com o apoio da Cooperativa Agrovale, da associação de produtores de leite e empresas públicas de assistência técnica, conforme é apresentado por Abramovay (1999, p. 14) “o crédito agrícola formal chega a estas famílias, não só a resposta em termos de produção é imediata, como também - mesmo nos produtos convencionais - é nítida a elevação da renda”. A elevação da renda familiar foi um grande estímulo para a manutenção destas famílias no meio rural, sendo também um dos fatores que contribuem diretamente para elevar a capacidade de resistência ao êxodo rural.

As pequenas propriedades enfrentam reais dificuldades para remunerar a família trabalhadora, além da pequena capacidade de produção e de captação de recursos e investimentos, ela enfrentou até recentemente outro grande problema, segundo Abramovay (1999, p. 15), “os agricultores eram profissionais da produção, mas não da venda - da qual se encarregavam grandes organizações, como as cooperativas e as agências públicas”. As organizações cooperativas de créditos, de transportes, de eletrificação rural, de leite e de insumos agrícolas e supermercados,

além das preocupações sociais e políticas com os sócios cooperados, apresentavam também preocupações com o consumidor fiel, compartilhavam com empresas ou agência públicas para oferecerem suporte técnico e financeiro aos pequenos produtores rurais, para mantê-los fixos ao campo ampliando suas capacidades de produção e de compras, como ocorreu na última década com o programa “tanque cheio” em Quirinópolis.

Para elevar a capacidade de resistência ao êxodo rural e reduzir o número de trabalhadores rurais desempregados na cidade, os agentes financeiros públicos comandados pelo banco do Brasil, criam linhas de créditos especiais (Pronaf), com o propósito de resgatar a classe de pequenos produtores rurais que não possuem acesso ao Sistema Nacional de Crédito Rural tutelado pelos grandes bancos privados. Para Abramovay (2005, p. 58),

O Pronaf afirma não apenas as necessidades sociais, mas, e ao mesmo tempo, a viabilidade econômica de unidades produtivas cujo tamanho esteja ao alcance da capacidade de trabalho de uma família. Para um país de tradição latifundiária e escravista, formado por radicais formas de dissociação entre trabalho e propriedade, e trabalho e conhecimento, afirmar a consistência econômica da unidade entre esses termos que a História separou não é trivial. [...] A novidade do Pronaf estava em sua intenção explícita de propiciar aumento da geração de renda dos agricultores por meio de seu acesso ao crédito bancário.

A partir de 2004, com a implantação do sistema sucroalcooleiro nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, a condição dos pequenos produtores que permaneceram nas atividades rurais não mudou, mesmo obtendo crédito bancário em condições especiais, as demandas de investimentos e os rigores dos mercados do agronegócio, tornam inviável a participação e permanência de pequenas propriedades no processo produtivo, por não conseguirem produzir volume de produtos suficientes para cobrir os custos de produção e gerar renda suficiente para a manutenção familiar.

No processo produtivo ocorrem períodos de grandes retrações na produção em função das demandas por atualização na capacidade técnica, administrativa, infraestrutural e de gestão, estas demandas são criadas por mecanismos de produção e mercados que geram diferenciais de produtividade e de competitividade. Quando as demandas por atualização não são correspondidas geram períodos de instabilidades ou crises no processo produtivo e na economia regional, afetando

principalmente os pequenos produtores, porque participam deste processo sendo literalmente dependentes dos mercados que, por vez, não correspondem as suas expectativas, por serem os produtos da agricultura moderna ou do agronegócio voltados para as demandas do mercado internacional. Os mercados apresentam as demandas e o agronegócio produz o que tem e atende as expectativas de comércio, para Lucena e Souza (2001, p. 13), “Isso implica na necessidade de melhoria da infraestrutura (transportes, telecomunicações, energia), novas pesquisas para o melhoramento da produção e da produtividade (novas variedades, novos métodos de cultivo, produtos mais resistentes às pragas) e estímulos à irrigação”.

As culturas de soja e de milho representaram por aproximadamente três décadas as principais atividades produtivas do agronegócio no Sudoeste goiano, representou também o processo de cultivo que absorveu o mais alto padrão tecnológico em cultivos agrícolas regionais antes da introdução das lavouras canavieiras, foram através dos cultivos de soja e milho que eliminaram o trabalho braçal e as práticas não capitalistas do campo nesta região, conseguiu mobilizar a classe produtiva e potencializar as atividades produtivas e comerciais de produtos agropecuários. Porém, para Thomaz Júnior (2002, p. 6), “nesse percurso, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitalista, mais desastrosas e cruéis são as consequências para o trabalho, para a classe-que-vive-do-trabalho”. Porém, para Abramovay (1999, p. 15),

O importante é que mesmo nos mercados convencionais de produtos agrícolas, há um espaço significativo a ser ocupado pela agricultura familiar cujo desempenho, entretanto, vai depender [...] de sua capacidade de organização local e pressão sobre as instituições públicas e privadas para mudar a matriz de sua inserção social.

A partir deste período ocorre uma intensa profissionalização do processo produtivo, apoiada por diretrizes do setor público que dissemina o processo de inovações tecnológicas, tornando-o mais excludente, celetista e ativo na segregação social no campo, mas produzindo resultados positivos tanto em volume de produção como em produtividade, alterando as relações de trabalho e de gestão, assim como as relações cidade - campo. Para o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia – CT Agronegócio (2002, p. 20),

A inovação voltada para a competitividade é um fator de diferenciação que abrirá as portas para o futuro, surgindo como uma das melhores alternativas para viabilizar a expansão do agronegócio.

Assim sendo, a inovação e a produção de bens e produtos de alto valor agregado representarão requisitos para participação e sobrevivência das empresas nas relações econômicas internacionais.

O processo de modernização das atividades agrícolas brasileiras, e principalmente do Sudoeste goiano, foi implantado a partir de políticas agrícolas disseminadoras de alto padrão tecnológico, direcionadas para grandes propriedades. As grandes propriedades como impulsionadoras desse modelo de modernização do processo produtivo e das inovações tecnológicas, produz como consequência uma drástica redução na absorção de mão de obra, gerando alto índice de desemprego nas pequenas propriedades onde parte considerável desta mão de obra é originária.

Nas pequenas propriedades a partir da década de 1980, onde ainda predominavam o trabalho familiar era característica a sazonalidade no processo produtivo e na demanda de trabalho, gerando nestas propriedades um grande excedente de mão de obra por serem famílias geralmente numericamente grandes. Estas propriedades ao não absorverem toda mão de obra disponível, o excedente tornava-se empregados nas grandes propriedades fronteiriças e a pequenas distâncias ou ainda praticavam o êxodo rural. Enquanto para Mendonça (2004, p. 103),

O surgimento de novas formas de gestão, novos segmentos profissionais, novos trabalhadores e a desterritorialização de milhares de famílias do campo não pode ser tratado como algo corriqueiro, pois esses elementos possibilitaram novos conteúdos à mobilidade do capital, com implicações profundas na relação capital-trabalho, que precisam ser investigados à luz das mudanças nas relações sociais de produção, mas, fundamentalmente, com prioridade nas novas formas de trabalho e seus desdobramentos para as ações políticas dos trabalhadores.

Outros fatores comuns que levaram a expropriação da mão de obra não qualificada no campo foram; a concentração fundiária e a intensificação do processo tecnológico agrícola. Ribeiro, Mendonça e Hespanhol (2002, p. 08) dizem que “nas lavouras de soja a concentração fundiária resultante do processo de mecanização das atividades agrícolas, bem como da utilização intensiva de tecnologias químicas e biológicas, poupam trabalho, refletindo na organização das relações de trabalho e da utilização de trabalho humano no campo”.

A expansão e modernização das lavouras de soja e milho nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, não resolveram os principais problemas apresentados

por produtores rurais, mas representou para o comércio de produtos agrícolas a oportunidade de ampliar seus horizontes comerciais e de serviços, tornando-se capitalizados e resistentes às sazonalidades do setor. Para os produtores foram criadas duas situações distintas; a primeira foi composta por um pequeno grupo de produtores que conseguiram absorver o alto padrão tecnológico dos produtos exportáveis e dominaram o processo produtivo.

A segunda situação, também foi dividida em dois grupos distintos de pequenos produtores; um pequeno grupo composto por 10 a 15% destes conseguiram manter-se na produção de leite, implantado um bom padrão tecnológico na melhoria genética e no manuseio dos rebanhos, na ordenha e na conservação do produto, com apoio do Programa tanque cheio da Cooperativa Agrovale Ltda. Porém, de 85 a 90% dos pequenos produtores foram alijados do processo produtivo enquanto produtores, sendo juntamente com meeiros, parceiros e arrendatários, foram empurrados para o assalariamento rural e principalmente urbano, conforme Ribeiro, Mendonça e Hespanhol (2002, p. 09), do ponto de vista social a sojicultura provocou “consequências bastante negativas em virtude de ter resultado num intenso processo de concentração fundiária e de ter provocado a expulsão da zona rural de um grande número de produtores rurais tanto pequenos proprietários como parceiros, meeiros, agregados, etc.”.

A concentração fundiária nestes municípios após a expansão das lavouras comerciais de soja e milho ocorreu por ação de dois fatores; o primeiro favorecido pela valorização comercial das terras agricultáveis que levaram pequenos, médios e grandes proprietários a venda espontânea de suas propriedades, para aquisição de áreas maiores em regiões comercialmente menos valorizadas do País, e, segundo pela perda da capacidade de produzir renda compatível com as despesas familiares, forçando-os a venda das propriedades.

As pequenas propriedades atuavam num processo de ajuda mútua, compondo informalmente um associativismo, compartilhando atividades e aquisições para manterem suas capacidades produtivas. As principais atividades de cultivos do agronegócio no Sudoeste goiano para os mercados internacionais como soja, milho e cana são economicamente inviáveis pelo alto custo do pacote tecnológico. Nas pequenas propriedades não existem outras opções para a manutenção da renda familiar, além da produção e do trabalho familiar, exceto nas atividades de alto valor agregado como hortifrutigranjeiros e produção de leite que podem manter o trabalho

assalariado como complemento de mão de obra. Nos processos de arrendamentos para atividades do agronegócio, pelos valores pagos em 2010, são necessários 22,5 ha para gerar um (01) salário mínimo mensal de renda familiar.

Modernizaram-se as lavouras, ampliou a produção através da incorporação de novas áreas ao processo produtivo, ocorreu uma grande melhoria na produtividade, mas a capacidade de investimentos e de gestão dos processos produtivos não empresariais continua sendo precários e dependentes de órgãos e empresas assistenciais, a mercê de ofertantes de créditos e das vulnerabilidades dos mercados compradores de produtos agrícolas. Para Abramovay (1999, p. 01),

O acesso à terra é uma das condições básicas para esta alteração: mas ele só faz sentido, se for acompanhado do acesso a um conjunto de condições que alterem o ambiente institucional local e regional e permitam a revelação dos potenciais com que cada território pode participar do processo de desenvolvimento. Isso não depende apenas da iniciativa e da transferência de recursos por parte do Estado, mas fundamentalmente da mobilização das próprias forças sociais interessadas na valorização do meio rural.

As mudanças no sistema de produção, com a implantação de lavouras comerciais direcionadas pelo agronegócio, principalmente a partir da década de 1980, faz com que toda a economia municipal passe por grandes transformações, aumentando as exigências de qualificação e desempenho da mão de obra, tanto nas atividades rurais como nas atividades urbanas. Conforme Ribeiro, Mendonça e Hespanhol (2002, p. 05),

As relações sociais de produção a partir da “modernização da agricultura” foram alteradas. Novas categorias, como os administradores das fazendas (lavouras), os operadores de máquinas, entraram em cena enquanto os trabalhadores tradicionais, entendidos aqui como os antigos agregados, meeiros, parceiros, foram excluídos e, completamente, anulados do cenário rural que vinha se desenhando. A exigência do novo modelo agrícola por mão-de-obra qualificada não aproveitava este trabalhador que era dotado de experiência e conhecimento empírico, porém que desconhecia a técnica.

As novas relações sociais e de produção produziram alterações profundas na composição populacional do Município de Quirinópolis, a partir do final da década de 1960 e durante as décadas de 1970 e 1980, ocorrendo uma acentuada urbanização forçada pelas mudanças técnicas e políticas na produção agrícola. Estas mudanças representaram para os pequenos produtores e arrendatários grandes dificuldades na

adequação aos requisitos exigidos para obtenção e utilização dos financiamentos disponibilizados junto aos agentes institucionais de crédito rural, fatos estes que inviabilizavam a permanência destes produtores no mercado produtivo. As alternativas que lhes restavam, segundo Ribeiro, Mendonça e Espanhol (2002, p. 06) citando Sorj (1986), era “recorrer ao proprietário, comerciantes e/ou atravessadores, para suprirem suas necessidades de custeio da produção e obrigando-o ao pagamento de taxas de juro extorsivos”.

O processo de modernização das atividades produtivas rurais passa inquestionavelmente pelos interesses da elite econômica regional e brasileira, planejado e executado a partir de modelo homogeneizador das atividades e da paisagem, articulado para usar a mão de obra barata dos pequenos proprietários, meeiros, parceiros e arrendatários para preparar o solo e torná-lo produtivo e, posteriormente transferi-lo a elite econômica e política para servi-los no processo produtivo do agronegócio em grande escala de produção. Permanece em posse das pequenas propriedades solos situados em áreas que apresentam elementos restritivos para as lavouras de alto padrão tecnológico. O uso social da terra não é e nunca foi preocupação nem do capital e nem das elites que o manuseia. Portanto, para Abramovay (1999, p. 02),

O desenvolvimento rural não acontecerá espontaneamente como resultado da dinâmica das forças de mercado. Mas na elaboração das políticas capazes de promovê-lo é necessário, antes de tudo, que se transformem as expectativas que as elites brasileiras têm a respeito de seu meio rural, cujo esvaziamento social, cultural e demográfico é visto quase sempre como o corolário do próprio desenvolvimento. As funções positivas que o meio rural pode desempenhar para a sociedade brasileira fundamentam-se, primeiramente, no processo - tímido, mas real - de descentralização do crescimento econômico e no fortalecimento das cidades médias.

O controle das mudanças técnicas na produção e, principalmente na oferta de créditos e de assistência técnica para atender as demandas dos pequenos produtores rurais, não passam de estratégias das elites econômicas e políticas para esvaziar o campo, controlando o processo produtivo rural e as atividades urbanas correlatas, neste “sutil processo” não apenas proprietários, mas todas as pessoas que mantinham algum tipo de vínculo com a terra deveriam deixá-la. A concretização do “projeto político produtivo e econômico chamado de modernização a partir da década de 1970” caracterizou-se também pelos altos índices de desemprego no

campo forçando a ocorrência do êxodo rural e conseqüentemente de grandes mudanças no quadro populacional de Quirinópolis, alcançando os três maiores objetivos da produção capitalista regional; multiplicar a produção, esvaziar o campo para o domínio das grandes propriedades e a criação de uma grande massa de consumo urbano, conforme Tabela 08.

**Tabela 08** - Quirinópolis, População e participação (%) no setor urbano e rural de 1950-2010.

Ano	População			Participação %	
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1950	18.387	2.604	15.783	14,16	85,84
1960	25.644	3.239	22.405	12,63	87,37
1970	37.917	12.758	25.159	33,60	66,40
1980	36.243	22.745	13.498	62,80	37,20
1990	34.276	26.656	7.620	77,80	22,20
2000	36.512	30.822	5.690	84,40	15,60
2007	38.064	33.746	4.318	88,70	11,30
2010	43.220	38.513	4.707	89,10	10,90

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2007 e 2010.

Organizador: SANTOS, G. C. dos. 2011

Até a década de 1950, a população residente no território quirinopolino era composta por troncos familiares com grande número de pessoas, sendo 85,84% residentes no meio rural, e 14,16% da população era urbana. A população urbana resultava de parte das famílias que não se identificavam com a vida rural ou desenvolviam atividades comerciais, assistenciais ou educativas ou por pessoas que migraram para a região nas décadas anteriores, período que antecede a emancipação política de Quirinópolis.

A população quirinopolina a partir dos últimos anos da década de 1960 quando acentua o processo migratório, tem no conjunto das atividades rurais o trabalho braçal, a grande oferta e os baixos preços das terras do Cerrado, tidas como de baixa fertilidade natural, tornaram-se um grande atrativo para a migração de produtores rurais, principalmente das regiões Sudeste e Sul do Brasil. Este período foi marcado, conforme Ribeiro, Mendonça e Hespanhol (2002, p. 02), “do ponto de vista econômico, pela macro política de conjugação da urbanização e industrialização, bem como pela integração e subordinação da economia ao mercado internacional”.

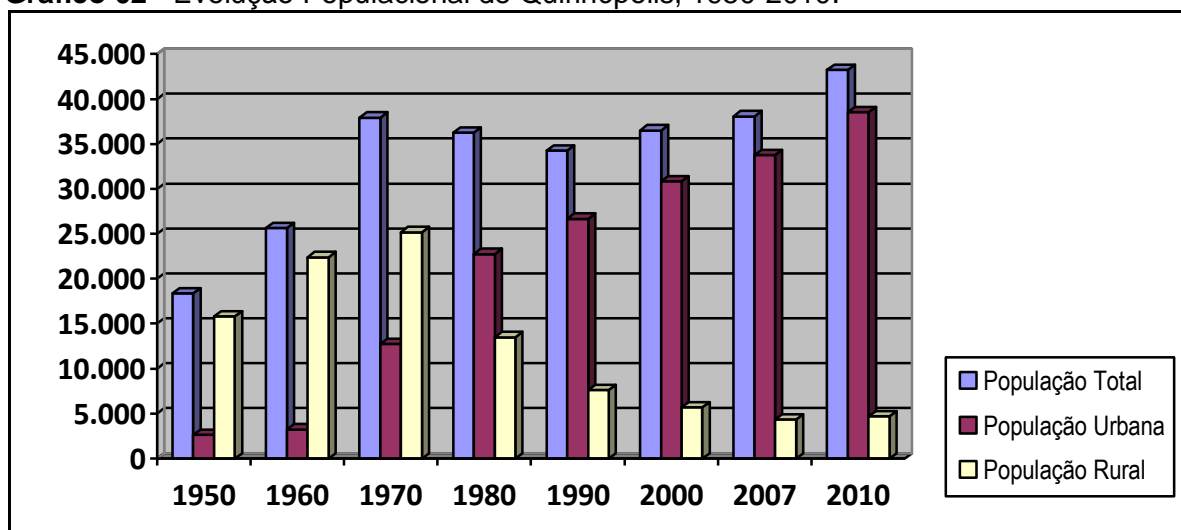
A década de 1960 representou o início do grande desenvolvimento das atividades produtivas agrícolas e também o mais alto índice de uso do trabalho braçal nas lavouras cultivadas no Município, quando o índice de população rural (IBGE) chega a 87,37 % da população quirinopolina. Nos últimos anos da década de

60, inicia-se o êxodo rural com os grandes investimentos no processo de mecanização das atividades agrícolas, começando os ciclos de mudanças na composição das rendas familiares, empresariais e das economias municipais.

A partir da década de 1970 as atividades produtivas do agronegócio, através dos cultivos de arroz, milho e a introdução dos cultivos de soja e em menor escala a cultura do algodão, impulsionaram as lavouras comerciais com a intensificação da mecanização com o uso de tecnologias modernas, acentuando-se o processo de substituição do trabalho braçal familiar em todas as atividades agrícolas. Com a utilização das tecnologias modernas, ocorreu a absorção do trabalho assalariado com o uso de mão de obra qualificada em funções estratégicas, fato que continuará ocorrendo junto ou paralelo ao desenvolvimento tecnológico, porque segundo Oliveira (2007, p. 37) “a compra dessa força de trabalho é a compra de uma mercadoria especial, pois é a única capaz de criar outras mercadorias, ou seja, a única que cria mais valor do que aquele que ela própria contém”.

O fortalecimento da força de trabalho assalariado a partir da década de 1970 produziu um impacto positivo para o desenvolvimento das atividades econômicas comerciais e agroindustriais urbanas, estruturando fluxos de consumos que permitiram a estruturação de empresas comerciais e assistenciais que deram suporte para o desenvolvimento das atividades agrícolas modernas, estruturando também o mercado de empregos urbanos.

O desenvolvimento das atividades comerciais e a urbanização da população fortaleceram o mercado consumidor, ampliando as possibilidades de fortalecimento do agronegócio e das atividades agroindustriais urbanas. O período mais intenso de transformações na estrutura populacional durou aproximadamente quinze (15) anos, compreendendo os anos finais da década de 1960 e início da década de 1980. Nesse período para o IBGE, a população urbana passa de 12,63% para 62,80%, mas a plena inversão de índices é registrada pelo censo de 2010, quando a população rural representa 10,90% e a população urbana chega aos 89,10%. Estes índices representam muito mais que as simples inversões numéricas de domicílios residenciais entre os setores rurais e urbanos (gráfico 02), por representar o pleno desenvolvimento tecnológico das atividades produtivas rurais do agronegócio e a substituição total da mão de obra não especializada nestas atividades agrícolas.

**Gráfico 02** - Evolução Populacional de Quirinópolis, 1950-2010.

Organizador: Santos. G. C. dos. 2011

A partir do início da década de 1970, começa a estruturar uma infraestrutura mínima na cidade de Quirinópolis, para oferecer e fortalecer a contrapartida logística necessária ao desenvolvimento das atividades agrícolas, superando o status de simples depositária de mão de obra desempregada e hospedeira da população rural nos finais de semana. A cidade de Quirinópolis passa a interagir com outros centros dinâmicos do País e a oferecer suporte tecnológico ao desenvolvimento das atividades agrícolas, fortalecendo a demanda de produtos industrializados através do comércio local. Conforme Abramovay, (1998, p. 4),

É importante salientar que o crescimento industrial e a ampliação das cidades médias não levam, necessariamente, à melhor distribuição da renda, nem sequer à redução do nível de pobreza urbana. O que torna ainda mais atual a ideia de que, no campo, existem oportunidades de geração de renda capazes de promover melhor integração das populações que aí vivem à dinâmica urbana do que sua simples migração em direção às cidades. Transformar esta possibilidade em realidade depende da capacidade que, não só o Estado, mas o conjunto das forças interessadas na valorização do meio rural terá de elaborar e executar projetos que reforcem e dinamizem as relações rural-urbanas.

Vê-se que, nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia há uma grande interação ou dependência entre as atividades urbanas e rurais.

#### 4. O SETOR SUCROALCOOLEIRO E A DINÂMICA TERRITORIAL

A implantação do sistema sucroalcooleiro acontece associada a grandes empreendimentos agrícolas e econômicos, num grande esforço político de promoção para o desenvolvimento do setor agrícola, do mercado de emprego e de ampliação do PIB municipal.

A introdução das lavouras de cana em áreas já ocupadas pelo agronegócio onde predominavam os cultivos de cereais, oleaginosas e pastagens, insere o setor sucroalcooleiro num processo de disputas territoriais entre produtos com melhores desempenhos de mercado, que dominavam o processo produtivo nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia até 2004. Atualmente os agrocombustíveis ou agroenergéticos tornaram-se uma grande alternativa energética para o mercado interno brasileiro e, conseqüentemente uma importante força motora nos mercados internacionais.

O desenvolvimento das agrobioenergias tem possibilitado a diversificação e o pleno desenvolvimento de pesquisas nas áreas de biotecnologias e biodiversidades, como forma de ampliar sua expansão, como também, de preservar espécies que tornarem-se ameaçadas pela expansão canavieira. Para Carvalho (2009, p. 01) “as inovações tecnológicas tanto em nível de oferta de matéria prima como na produção industrial de etanol têm sido resultado da associação entre a privatização da ciência e da tecnologia por grandes empresas transnacionais com as iniciativas e apoios governamentais e das agências multilaterais”.

As demandas por inovações tecnológicas para o pleno desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, mais recentemente denominado também de agroenergéticos ou agrobiocombustíveis, tem, pela sua importância o apoio institucional da Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro – RIDESA, que apresenta como resultado de suas pesquisas, cultivares que ocupam 58,0% das áreas plantadas no Brasil.

Mesmo sendo a pesquisa científica ainda muito restrita a poucos projetos de Universidades e Institutos, segundo Oliveira e Duarte (2004, p. 115), “o Brasil tem exemplos, com repercussão internacional, de desenvolvimento de biotecnologias

que geram riquezas por meio do adequado emprego de componentes da biodiversidade”.

A força das modernas tecnologias impulsiona nova dinâmica produtiva e territorial, gerando conflitos estruturais e ações políticas, econômicas e ambientais com a participação de capitais nacionais e internacionais. Porém, nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, o sistema sucroalcooleiro desenvolve-se com a participação de produtores rurais como parceiros integrados no processo de produção, garante relativa manutenção da renda aos produtores, reduzindo parte dos impactos políticos e sociais gerados por este processo.

A participação dos produtores rurais limita-se ao processo de produção de matéria prima e ao domínio das propriedades rurais, sendo outros os parceiros nos processos de industrialização e comercialização. As empresas são distintas (figuras 16 e 17), mas os grupos que controlam estas empresas fazem parte do mesmo troco familiar (Família Ometto), oriundos de Araras e Pradópolis, em São Paulo.

**Figuras 16 e 17** - Vista Panorâmica das Usinas São Francisco e Boa Vista, Quirinópolis – Goiás.



Fonte: SANTOS, G. C. dos. 2010.

As atividades agroindustriais modernas são grandes geradoras de investimentos, produzem transformações políticas e sociais por gerarem emprego e renda, alteram a dinâmica regional criando novas territorialidades, mas, estas empresas ou empreendimentos diferem entre si em pequenos detalhes, para não dizermos em aspectos secundários que são ocultos aos olhares externos. Todos buscam a homogeneização das atividades produtivas e a hegemonia do setor de energias alternativas, de produção e de mercados.

#### 4.1. A expansão das lavouras de cana em áreas de cultivos de cereais e pastagens.

A expansão das lavouras de cana ocorre primeiramente em áreas estrategicamente bem localizadas e em atividades produtivas, onde segundo Pires (2008, p. 88), “verifica-se que o principal vetor de expansão da modernização da agricultura [...] foi o uso e a difusão entre produtores rurais dos defensivos e fertilizantes”, de tratores e equipamentos modernos para os cultivos de soja e milho. Nesse processo foram priorizando-se a qualidade, a extensão e a declividade dos solos, os recursos hídricos disponíveis e a acessibilidade. Fatores que contribuíram para a expansão das áreas produtivas nas décadas anteriores, e que tornaram estes solos com características fundamentais para as avaliações prévias de custos-benefícios para a expansão das lavouras canavieiras, nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia. Para Pires (2008, p. 92),

Este movimento de substituição entre os principais produtos agrícolas tornou-se mais intenso com a expansão da fronteira agrícola a partir dos anos 80, quando houve um deslocamento de produtores, em particular dos estados de São Paulo, Minas Gerais e região Sul do País para Goiás em busca de novas oportunidades de negócios. Com isso, a cultura da soja, principal representante dos pacotes tecnológicos agrícolas, viu sua área colhida se incrementar e tornar-se a principal cultura do Estado desde o final dos anos 80.

A incorporação de novas áreas ao processo de expansão das lavouras canavieiras seguem a dinâmica de expansão do processo produtivo agroindustrial sucroalcooleiro ou agroenergético. As prioridades são direcionadas para solos já inseridos no processo produtivos e que ofereçam plenas condições ao uso de máquinas e equipamentos agrícolas de grande porte e de alto padrão tecnológico.

Os solos do Sudoeste goiano passaram por longos períodos em cultivos de soja, milho, arroz e algodão, com ações intensivas do processo de mecanização e de uso de fertilizantes químicos e defensivos, chegando a ser conforme Salazar Pessoa e Matos (2009, p. 07), “a principal região produtora do estado de Goiás. A produção de soja, milho e cana-de-açúcar da região Sudoeste representam aproximadamente 45% da produção total do estado, além do papel significativo na produção bovina”. Porém, ao longo dos anos os solos perdem toda capacidade de regeneração da cobertura vegetal nativa, apresentando uma homogeneização da fertilidade orgânica ainda contida nestes solos, estando, portanto, preparados para

receber a aplicação da fertilização química, de forma uniforme e adequada para a produção canavieira.

A expansão das lavouras canavieiras sobre áreas de pastagens degradadas, em pousio ou lavouras de cereais de baixa produtividade, tornando-se para o setor sucroalcooleiro uma alternativa de alta viabilidade política e econômica, porque reduz custos e tempo na preparação dos solos para o cultivo da cana, amenizando demandas de passivos ambientais, reduzindo a necessidade de integração de áreas que estão em pleno processo de cultivos de cereais básicos e de maior valor agregado, ou áreas novas oriundas de desmatamentos mais recentes.

A integração de áreas de pastagens degradadas tornou-se altamente viável para proprietários e produtores rurais, por terem suas áreas produtivas reintegradas ao processo produtivo, garantindo-lhes além da plena adequação topográfica e da correção na fertilidade dos solos para integrá-los ao processo produtivo, uma margem remunerativa acima das margens obtidas através do aluguel de pastagem de baixa capacidade de suporte para o pastoreio de rebanhos bovinos de corte ou leite.

A mobilidade de áreas produtivas entre os principais produtos cultivados no Sudoeste goiano, especificamente nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, foi muito intensa a partir do início da década de 1970 até final da década de 1990, (tabela 04 p. 75), entre os cultivos de arroz e feijão a partir da introdução da sojicultura. Conforme Mendonça e Hespanhol (2004, p. 101), “a soja é a principal atividade desenvolvida no Centro-Oeste, uma vez que impulsionaram outros cultivos, como o milho, mediante a necessidade de rotação de culturas, o que atraiu/atraciu a suinocultura e a avicultura”, sendo a partir do final da década de 1990 até 2005, produto com maior área de cultivo comercial do Sudoeste goiano, onde o Município de Quirinópolis está como referência nesta pesquisa, conforme dados apresentados na tabela 09.

A expansão ou redução de áreas de cultivos das principais commodities, conforme ocorreu nas últimas décadas no Sudoeste goiano, não é uma decisão dos produtores locais ou regionais, são mobilidades exigidas pelo próprio mercado. Para Mendonça e Hespanhol (2004, p. 102), “a flexibilidade, mobilidade espacial, passa a atender as demandas exigidas pelo mercado, assegurando eficiência, produtividade e condições de competitividade no mercado internacional”.

**Tabela 09** – Área ocupada (ha) no Município de Quirinópolis, 2000 – 2010.

Produtos	2000	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Arroz	1.200	700	2.000	1.000	200	150	300	150
Milho	8.400	6.500	8.200	7.000	6.000	4.500	4.500	3.500
Soja	28.000	50.000	37.000	25.000	10.000	20.000	21.000	20.000
Cana	0	0	0	5.000	9.000	25.000	38.400	43.200
Total	37.600	57.200	47.200	38.000	25.200	49.650	64.200	66.850
Pastagens	257.125			205.075				

<http://www.seplan.go.gov.br/sepim> - Estatísticas Municipais (Séries Históricas)

Organizador: Santos, G. C. dos. 2011.

A partir de 2006, ocorre redução progressiva nas áreas de cultivos de arroz irrigado e milho, porém, reduz-se significativamente toda a área produtiva no período 2005 a 2007 em função das áreas já disponibilizadas para o plantio de mudas de cana e, posteriormente a implantação das lavouras canavieiras. A partir de 2008 a lavoura canavieira expande em larga escala, ocupando áreas antes cultivadas com soja e principalmente áreas de pastagens degradadas.

A expansão das lavouras canavieiras ocorre segundo Antônio Carlos Borges (entrevistado em 05/01/2012),

Por falta de uma política agrícola sustentável aliada às intempéries climáticas que deixaram os produtores rurais e o comércio local enfraquecido. Criou-se um ambiente favorável para as indústrias sucroalcooleiras instalarem aqui suas plantas industriais. Com incentivos fiscais e farto financiamento através do BNDES, estas indústrias promoveram o desenvolvimento da cidade e valorização dos imóveis rurais e urbanos. Não se sabe ainda quais as consequências futuras da troca do cultivo de cereais e criação de gado pela cana, até porque monocultura e concentração de renda nunca foram e nem serão bom para a sustentabilidade e melhoria de vida dos cidadãos.

As lavouras de soja voltam a crescer a partir de 2008, reocupando áreas já inseridas no processo sojicultor a mais de duas décadas, apresentando uma forte resistência à expansão da lavoura canavieira. A soja foi para Mendonça e Hespanhol (2004, p. 110) “segundo as diretrizes da economia nacional, determinada pelas necessidades mercadológicas internacionais, a soja foi selecionada como a principal alavancadora das mudanças na política agrícola e uma das mais importantes geradoras de receitas de exportação da balança comercial brasileira, resultando numa atividade intensiva em capital e em tecnologia”, sendo, portanto, uma commodity estável nos mercados internacionais, atualmente.

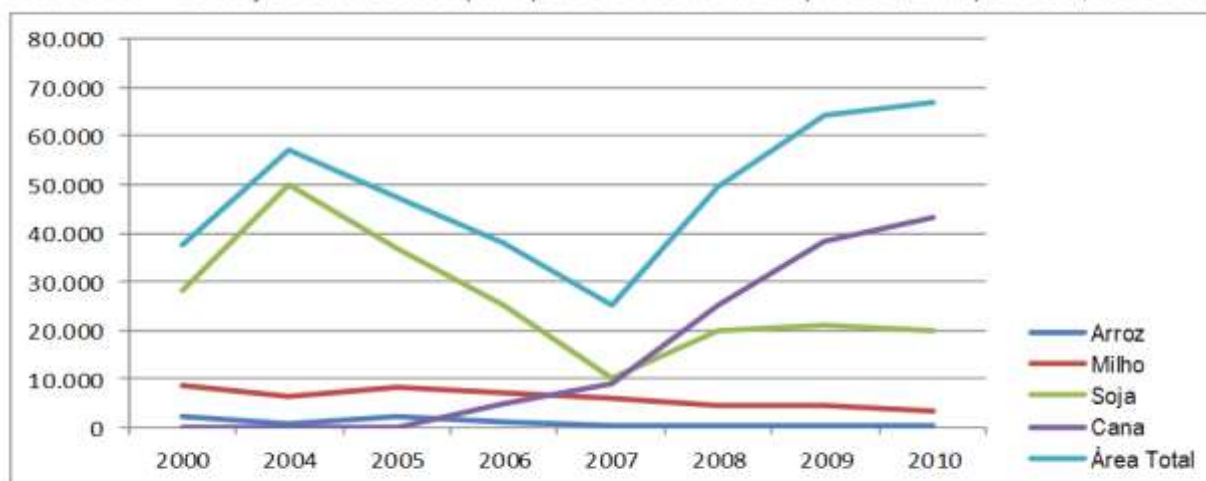
O pleno domínio das lavouras comerciais de alto padrão tecnológico na

produção de *commodities* como milho e soja têm evidenciado pelo alto índice de investimentos em tecnologias modernas por mais de trinta e cinco anos, a função desempenhada pelo capital agrícola na reprodução do capital industrial no Sudoeste goiano. A dinâmica das ações padronizadoras na reordenação espacial é evidente, conforme relata Mendonça e Hespanhol (2004, p. 110),

A modernização da agricultura evidencia a transição para a hegemonia do capital industrial (máquinas, insumos e implementos agrícolas) e financeiro (políticas creditícias), que se territorializa através das empresas rurais, propiciando um reordenamento espacial e alterando significativamente o conteúdo e a dinâmica das formas de uso do território, hegemônico, pelas empresas rurais.

Uma das características mais evidentes do processo de homogeneização das atividades produtivas e da nova dinâmica territorial rural, esta na quantidade de produtos priorizados, nas características dos cultivos e nas ações políticas e mercadológicas das agroindústrias. A evolução das áreas cultivadas conforme o gráfico 03 demonstra a inexistência da participação da agricultura familiar, ressalvando-se a minúscula participação da pequena propriedade produtiva comercial na produção de arroz, milho e soja.

**Gráfico 03 – Evolução de áreas dos principais cultivos no Município de Quirinópolis-GO, 2000-2010.**



Fonte: SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação - SEPLAN Governo de Goiás. Organizador: Santos, G. C. dos. 2011.

A evolução das áreas cultivadas no Município de Quirinópolis a partir da audiência pública realizada em 2004, representando também no município de Gouvelândia, os efeitos e as expectativas da implantação do setor sucroalcooleiro. No decorrer dos anos seguintes à audiência pública, parte das expectativas quanto à

posse e uso dos solos agrícolas através de parcerias e arrendamentos vão sendo lentamente confirmadas para as grandes propriedades, enquanto as áreas produtivas em cultivos entram em acelerado processo de declínio até 2007 (gráfico 03), permanecendo seletivas e excludentes quanto a localização, estrutura fundiária e a forma de inserção de novas áreas ao processo produtivo.

A partir de 2007, os maiores produtores rurais foram para os investimentos mais seguros e lucrativos, possibilitando ao setor sucroalcooleiro após a inserção por arrendamentos de pequenas e médias propriedades ao processo produtivo, apresentar altos índices de crescimento nas áreas cultivadas, enquanto pequenos e médios produtores que cultivam em áreas que apresentam restrições topográficas, de acesso ou estão localizadas fora do raio de ação das usinas, fazem o possível para obterem financiamentos para continuar produzindo soja por ser ainda uma boa alternativa ou vão para a produção familiar de leite. Nesse contexto, para Matos e Salazar Pessoa (2009, p. 10) “no espaço agrário do Cerrado goiano, a expansão da agricultura moderna, ocorre concomitante às lutas de pequenos produtores por créditos e infraestruturas, [...] reivindicam condições de permanência na terra”, por ser esta terra o local da moradia, do trabalho e das possibilidades de ter uma vida digna fora das periferias urbanas, do subemprego nas atividades urbanas ou da sazonalidade do trabalho assalariado nas atividades rurais.

A evolução da produção tem variações temporais semelhantes às variações nas áreas produtivas (tabela 10), permanecendo os cultivos de arroz irrigado e milho com produção em declínio forçado pela progressiva redução nas áreas cultivadas, mesmo com significativo crescimento na produtividade destes produtos.

**Tabela 10** – Produção (ton) agrícola do Município de Quirinópolis, 2000 – 2010.

Produtos	2000	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Arroz	2.640	1.400	1.600	2.000	400	375	750	360
Milho	45.200	39.000	44.480	34.300	35.400	31.500	24.750	25.200
Soja	70.000	80.550	66.600	50.000	25.000	58.400	56.700	60.000
Cana	0	0	0	600.000	765.000	2.400.00	3.072.000	3.715.000

Fonte: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin> - Estatísticas Municipais (Séries Históricas)

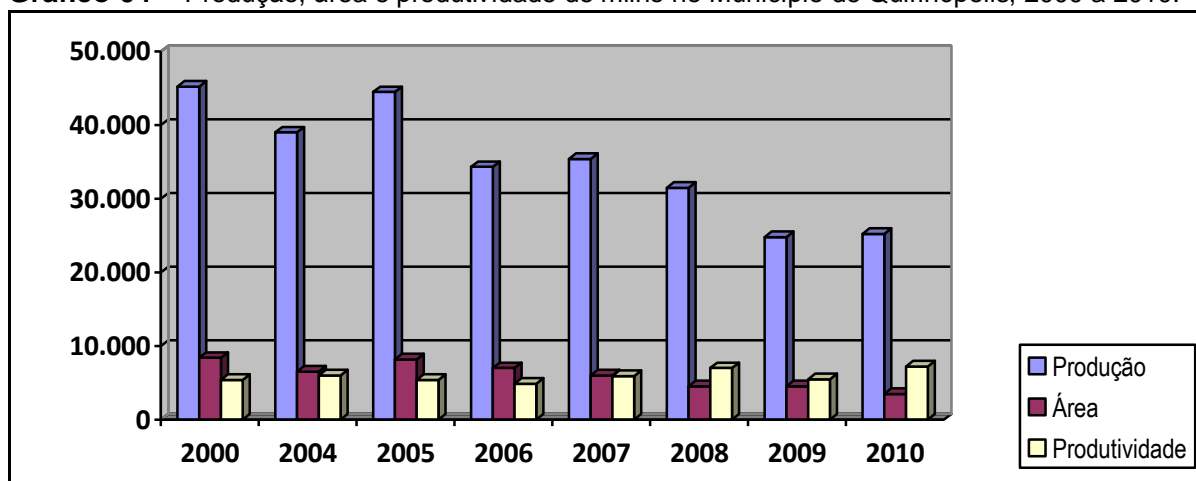
Organizador: SANTOS, G. C. dos. 2011.

A expansão das lavouras de soja e milho antes da implantação das lavouras canavieiras ocorreu por decisões espontâneas e individuais dos produtores, a partir de vagas expectativas de mercados futuros. A variação anual no volume de produção destes produtos como conforme apresentados na tabela 07, decorriam

simplesmente pela variação das áreas cultivadas, sem melhorias tecnológicas e de investimentos ficavam a mercê de outras possíveis alternativas. Sem participarem de formas organizativas do setor de agronegócios, seja uma associação, sindicato ou cooperativa, os produtores não praticavam no processo de produção agrícola as *Diretrizes Estratégicas do Fundo Setorial de Agronegócio do Ministério de Ciência e Tecnologia*, que estabeleciam como objetivos, CT - Agronegócio (2002, p. 23), “produzir mais, degradando menos e a custos competitivos; gerar capacidade de diferenciação de produtos e de mercados; enfrentar os novos requisitos competitivos de mercados interno e externo; e estar atualizado para atender aos novos padrões de consumo”.

O desempenho produtivo das lavouras de milho e soja, conforme os gráficos 04 e 05 esboça uma pequena reação de produtividade a partir de 2008, face ao pleno desenvolvimento do processo produtivo da cana de açúcar a partir de 2006 com a primeira usina em funcionamento e de 2008 com o funcionamento da segunda usina, que passaram a servirem como referência de inovações tecnológicas no processo produtivo regional. Porém, a redução nas áreas e na produção de milho e soja a partir de 2006, ocorreu principalmente em função da migração dos maiores produtores e das melhores terras para a produção de cana para o setor sucroalcooleiro.

**Gráfico 04** – Produção, área e produtividade de milho no Município de Quirinópolis, 2000 a 2010.

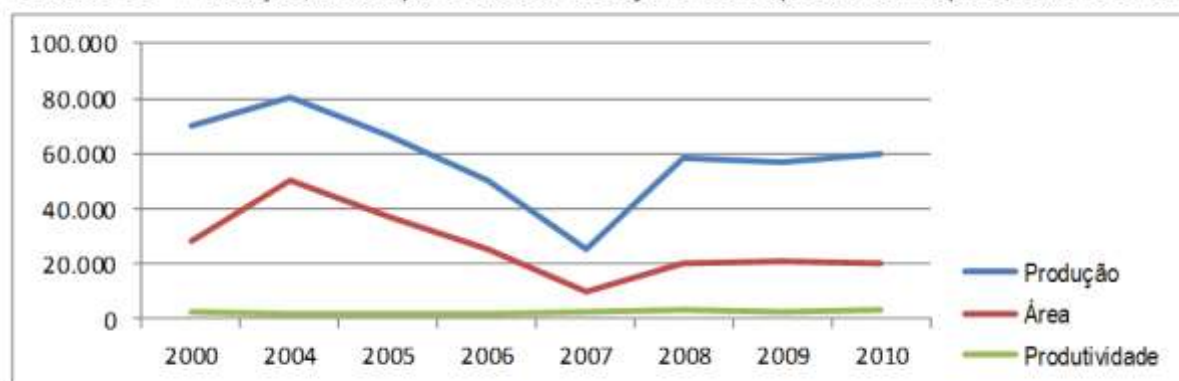


Fonte: SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação - SEPLAN Governo de Goiás. Organizador: Santos, G. C. dos. 2011.

Ainda, conforme Pires (2008, p. 98), “a cultura da soja vem substituindo várias culturas do sistema agrícola goiano, em particular, as culturas de arroz, milho e

feijão, as quais são responsáveis pelo abastecimento do mercado interno nacional e fazem parte da cesta básica do trabalhador”. O fato de estes cereais básicos serem parte da cesta básica da população goiana e brasileira de baixa renda garante uma grande margem de consumo, mas representa para Pires também “um relativo controle de preço” destes produtos ou subprodutos como é o caso do milho, em função do poder de compra dos segmentos populacionais que tem no valor da cesta básica suas referências de consumo alimentar.

**Gráfico 05** – Produção, área e produtividade de soja no Município de Quirinópolis, 2000 à 2010.



Fonte: SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação - SEPLAN Governo de Goiás. Organizador: Santos, G. C. dos. 2011.

O cultivo da cana é parte essencial dos grandes projetos agroindustriais sucroalcooleiros, tem dimensão política, econômica e estratégica de Estado, não só para atender as demandas de mercado interno, mas principalmente no jogo da geopolítica energética internacional. Estes projetos recebem grandes adesões dos setores políticos estatais e privados nacionais e internacionais, na adoção de altos padrões tecnológicos em todo o ciclo produtivo, fazendo deste cultivo mais resistente às variações climáticas e de preços, fatores que assolam a produção de cereais e de commodities que ainda utilizam baixo padrão tecnológico como o arroz, o milho e a soja.

A introdução e a expansão da lavoura canavieira foram facilitadas pelos grandes produtores rurais por representarem a possibilidade de planejar investimentos a médios e longos prazos com boa margem de lucros. Os produtores que participam das atividades sucroalcooleiras dividem-se em três grupos; o primeiro e maior grupo é composto por médios e grandes produtores, que veem no arrendamento das propriedades para a lavoura canavieira uma grande oportunidade para ampliarem, diversificar ou mudarem de atividades econômicas. Os

arrendamentos de terras e máquinas geram disponibilidades de recursos que lhes permitem fazer investimentos em outras atividades produtivas rurais ou urbanas.

O segundo grupo é composto por grandes produtores que fazem parcerias produtivas com o setor sucroalcooleiro, entram com terras e máquinas, fazem a supervisão do processo produtivo e recebem pela produção por toneladas brutas ou pelo teor e volume de sacarose produzida.

Para o terceiro grupo composto por pequenos proprietários e sítiantes a única opção que lhes restam é o arrendamento, principalmente para aquelas pequenas propriedades que ficam ilhadas entre propriedades maiores, que aderiram às atividades canavieiras. Porém, ocorrem duas situações distintas; a primeira com efeitos semelhantes ao processo de uma aposentadoria antecipada, atendendo parte numerosa desta categoria de produtores, que tem na propriedade da terra a manutenção de uma renda mínima que lhes garantem a sobrevivência sem o trabalho árduo e diário. Na segunda situação, os produtores qualificados e com muita experiência no uso e manuseio de máquinas e implementos agrícolas, permanecem nas atividades agrícolas assalariadas ou migram para as cidades, mantendo a renda da terra como um complemento salarial permanente.

A expansão das lavouras canavieiras ocorreu também pela incorporação de terras não utilizadas por cultivos agrícolas ou pastagens naturais, reservas legais ou áreas de preservação permanente, matas ou florestas, conforme a (tabela 11). Nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia existiam muitas áreas antropizadas com uso não declarado, que foram absorvidas juntamente com áreas em pousio ou em processo de rotação de terras nas atividades produtivas. As novas áreas utilizadas e a transformação de pastagens degradadas correspondem ao aumento das áreas em lavouras registradas pelos Censos agropecuários.

**Tabela 11** - Utilização declarada da terra (ha), no Município de Quirinópolis, 1950 - 2006.

Período	Área Utilizada	Lavouras Mecanizadas	Pastagem Natural	Pastagem Cultivada	Matas/ Florestas	Área P. P./ outros	Área Total
1950	170.350	16.406	153.944	*	*	*	576.480
1960	314.622	30.248	185.948	98.426	43.585	*	461.100
1970	296.341	55.308	113.963	127.070	30.928	*	461.100
1980	395.958	57.807	65.866	272.285	21.761	43.381	461.100
1990	296.348	37.870	12.052	246.426	21.098	61.224	378.670
2001	298.827	41.702	*	257.125	20.355	59.488	378.670
2006	337.362	105.854	*	231.508	17.327	23.981	378.670

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE), 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2001 e 2006.

Organização: SANTOS. G. C. dos. 2011.

\* Não há registro de dados.

Porém, no Município de Quirinópolis não há mais registros de pastagens naturais e, as áreas de Matas ou floresta que representam de forma geral as reservas legais, foram conforme IBGE, registrados em 2006 apenas 4,5%, enquanto exige-se legalmente 20,0%. Hoje, por exigências legais ocorrem pequenos acréscimos nas reservas com áreas reflorestadas ou em processos de regeneração.

A ampliação das áreas de lavouras nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia a partir de 2007 tem na lavoura canavieira a expressão dos grandes investimentos capitalistas no campo, que Michelotto (2009, p. 10) trabalha “como um fenômeno de remodelação do espaço agrícola, que se torna então mais complexo. Novos objetos fixos se incorporam ao território para atender às novas demandas do capital e dos complexos agroindustriais, ampliando a complexidade das relações neste espaço”.

A expansão das lavouras de cana sobre áreas já cultivadas vem provocando a desterritorialização de atividades produtivas já consolidadas, descaracterizando antigos processos de produção, principalmente de cereais, que não conseguem agregar novos valores ao processo produtivo. A territorialização de novas atividades produtivas, para Saquet (2003, p. 133) “produz possibilidade de inserção e de criação de novas forças mercantis ao processo de reprodução ampliada do capital; permite o acesso a específicas condições de trabalho e de consumo, de conhecimentos, de infraestruturas, etc.”.

As mudanças no processo produtivo agrícola nestes municípios não se limitaram às inovações tecnológicas, aprofundaram-se na substituição de atividades e eventos culturais, de técnicas tradicionais de cultivos, da força de trabalho familiar e braçal, de serviços assistenciais e de categorias de produtores. Produz-se um novo redimensionamento das prioridades municipais, dos investimentos e das atividades produtivas tanto rurais como urbanas, redirecionando as vocações e os investimentos para atividades produtivas prioritárias.

Os investimentos realizados com fins estritamente políticos e econômicos são canalizados por grandes grupos ou empresas e se limitam a atender essencialmente as grandes propriedades produtivas, provocando o distanciamento entre as classes produtivas na atividade agrícola. Raramente os grandes investimentos públicos são disponibilizados com características que possibilitem maior valorização social do processo de produção, ou seja, sendo menos excludente.

Para Abramovay, (1998, p. 14), “nos poucos casos em que o crédito agrícola formal chega a estas famílias, não só a resposta em termos de produção é imediata, como também - mesmo nos produtos convencionais - é nítida a elevação da renda”, mantendo uma convivência de classes não tão díspares no processo produtivo.

Os investimentos públicos no processo produtivo quando tem características sociais mantem, mesmo permeados por lavouras canavieiras, a sobrevivência da produção de cereais, hoje rotuladas como símbolo das atividades de pequenas e médias propriedades e da produção familiar. Quando estes investimentos ocorrem, conforme Abramovay (1998, p. 14), “a família consegue emancipar-se do círculo de dependência clientelista a que está ligada e, por aí, abre a via para inserir-se em mercados competitivos - mesmo que sejam nos produtos que vinham praticando até então”. Já para Michelotto (2009, p. 10), quando estes investimentos não ocorrem “subordina-se a natureza e as localidades aos interesses do capital, [...] acabam por perpetuar as antigas formas da concentração fundiária brasileira, como a monocultura e a grande propriedade voltadas para o mercado externo”.

O desenvolvimento das atuais atividades sucroalcooleiras também com expressão agroenergética, tem na sociedade a aquiescência por energia limpa através dos biocombustíveis e da eletricidade. Porém, para Michelotto (2009, p. 10), “a indústria da bioenergia já nasceu sob o signo da ampliação do capital e da apropriação da natureza, e que, da mesma forma, concorrem para a continuidade da expansão horizontal da fronteira agrícola,” da reprodução capitalista das técnicas e das práticas, conforme conveniência sistêmica.

A expansão do sistema sucroalcooleiro não é em si o fator de destruição das pequenas e médias propriedades produtivas, porque se desenvolve com capital direcionado para financiar sua expansão, o que não fará que a atividade sucroalcooleira ocupe todas as áreas produtivas e venha a ser a única atividade produtiva desenvolvida nesta região. O fator determinante para a manutenção de pequenas e médias atividades produtivas e com produtos diversos, é a disponibilização de capital público suficiente para financiar tais atividades.

Sudoeste goiano e especificamente nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia a agricultura desenvolveu-se mais intensamente a partir da década de 1990, impulsionada pelas lavouras de soja, que se constituiu na principal commodity agrícola desta região. O desenvolvimento da sojicultura mesmo com grandes variações de preços e demandas nos mercados nacional e internacional, produziu

uma relativa estabilidade no processo produtivo agroexportador destes municípios.

O desenvolvimento da sojicultura com produção e mercados estáveis, possibilitou aos produtores promoverem grandes ampliações nas áreas de cultivos, tornando-a como principal atividade agrícola nos municípios em estudo. O cultivo de soja ao tornar-se econômica e politicamente importante para as economias municipal, estadual e federal, elevou-se o status dos maiores produtores tornando-os envaidecidos, gerando na prática uma divisão no processo produtivo, que se caracterizou nos últimos anos como a classe dos sojicultores e os outros (plantadores de milho, arroz, pecuária de corte e pequenos produtores de leite).

A expansão da agricultura no Município de Quirinópolis na última década ocorreu nos cultivos de soja e milho, os principais produtos exportáveis, exceto pequenos produtores familiares de abacaxi. Para Brandão, Resende e Marques (2005, p. 01) “a expansão agrícola recente se caracterizou por um aumento muito rápido, de nada menos do que 22,8%, da área plantada com grãos, ao longo de apenas três anos agrícolas (2001/02, 2002/03 e 2003/04)”. Para ele, (id) “esta expansão recente de área se deu, sobretudo, na soja, que cresceu, somente nesses três anos agrícolas, 39,8% nas regiões Sul-Sudeste e nada menos que 66,1% na região Centro-Oeste”, neste mesmo período, no Município de Quirinópolis o crescimento foi de 78,6%, tabela 12.

**Tabela 12** – Área plantada (mil ha), variação (%) por região com soja, milho e arroz, 2000/1- 2003/4.

Produtos	Região	2000/1	2003/4	Varição (%)
Soja	Centro Oeste	5.760,0	9.568,0	66,1
	Sul/Sudeste	7.156,0	10.006,0	39,8
	Quirinópolis	28,0	50,0	78,6
	Outras	1.054,0	1.650,0	56,5
<b>Total</b>		<b>13.970,0</b>	<b>21.224,0</b>	<b>52,1</b>
Milho	Centro Oeste	1.206,0	758,0	- 37,2
	Sul/Sudeste	6.482,0	5.573,0	- 14,0
	Quirinópolis	8,4	6,5	- 22,6
	Outras	2.858,0	3.126,0	9,5
<b>Total</b>		<b>10.546,0</b>	<b>9.457,0</b>	<b>- 10,3</b>
Arroz	Centro Oeste	631,0	862,0	36,6
	Sul/Sudeste	1.326,0	1.392,0	4,9
	Quirinópolis	1,2	0,7	- 41,6
	Outras	1.292,0	1.394,0	7,8
<b>Total</b>		<b>3.249,0</b>	<b>3.598,0</b>	<b>10,7</b>

Fonte: CONAB e IBGE – Adaptado de Brandão, Resende e Marques (IPEA 2005 p. 10).  
Organizador: SANTOS, G. C. dos. 2011

As áreas em produção de soja no Município de Quirinópolis, a partir da safra de 2004/5 entram em pleno declínio, perde no período 2004 – 2010 60,0% de suas

áreas cultiváveis para as lavouras canavieiras, (ver tabela 06 p. 97). Já as áreas em cultivos de arroz sequeiro teve início na redução de áreas cultivadas no final da década de 1970, hoje as áreas com cultivos de arroz são todas irrigadas e em pequena escala. A redução nas áreas de cultivo de milho se iniciou a partir do final da década de 1980, e permanecem sendo reduzidas com a expansão das lavouras canavieira, nos dias atuais.

As políticas governamentais de incentivos a produção de energias alternativas como o biodiesel resultará em nova expansão das áreas agrícolas com soja, para Vianna, Wehrmann e Duarte (2005, p. 15),

No caso da produção do biodiesel, esta tendência não deve mudar uma vez que é no segmento da produção de óleo que repousa as melhores oportunidades de melhoria futura da competitividade do complexo soja. Como pode ser visto, o biodiesel de soja tem grande potencial e poderá ter sustentabilidade econômica, uma vez que ele pode abrir novos mercados para a agricultura tradicional. Entretanto, esse potencial não ameniza os efeitos sobre o meio ambiente que a produção de soja em larga escala representa, especialmente se ela for acompanhada de um aumento da área cultivada.

Com projeção para produção de biodiesel pela Usina Boa Vista (hoje Nova Fronteira) de Quirinópolis, em parceria com a Petrobrás e, uma significativa melhoria nos preços da soja no mercado internacional já produziram resultados positivos na ampliação das áreas cultivadas com a soja. Porém, o aumento da demanda na produção poderá levar a incorporação de novas áreas às atividades agrícolas, com impactos ambientais ainda maiores sobre os municípios produtores, sendo incorporadas principalmente áreas remanescentes na produção de cereais e pastagens de pequenas propriedades, que desenvolvem a produção familiar de cereais e de leite ou remanescentes florestais ainda existentes.

A retomada na ampliação das lavouras de soja certamente não ocorreu sobre áreas de lavouras de cana, mesmo sendo a principal matéria prima para a produção do biodiesel. A ampliação das lavouras de soja para Leite e Leal (2007, p. 20) “é uma opção ruim do ponto de vista do balanço energético, da ocupação de terras e da inclusão social, mas é a melhor do ponto de vista econômico e de disponibilidade, tendo, portanto, predominado sobre as alternativas de matéria-prima”.

Para Brandão, Resende e Marques (2005, p. 5),

O período 1998/2004 pode ser dividido, grosso modo, em dois

períodos, em função do papel relativo da taxa de câmbio e dos preços internacionais na formação do preço doméstico da soja: 1) 1998/2001, em que a taxa de câmbio meramente impediu uma queda dos preços domésticos, e 2) 2002/2004, em que a taxa de câmbio pode deixar de cumprir esse papel devido à alta dos preços internacionais da soja.

As variações nos preços da soja, principalmente a partir de 2001, demonstra que as variações na taxa de câmbio tornaram-se um grande atrativo para as exportações, mesmo com os preços relativamente baixos no mercado internacional se comparados com os preços praticados no mercado interno ou “doméstico”, as diferenças cambiais entre o dólar e o real tornavam as exportações atrativas até 2004. A partir da safra de 2004, a valorização da soja no mercado interno e a desvalorização cambial do dólar reduzem-se significativamente as diferenças e conseqüentemente as vantagens pró-mercado externo, tabela 13.

**Tabela 13** - variações Dólar/Real, ton. Chicago (US\$ e R\$) e ton. Mercado Interno (R\$), 2001 - 2011.

Balançaço	Período										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Soja											
Cotação/ dólar	2.454	2.871	2.882	3.047	2.367	2.175	1.899	1.601	1.997	1.764	1.567
Chicago ton (US\$)	171,71	184,88	231,13	320,01	254,72	216,56	303,15	543,74	443,84	348,55	500,47
Chicago ton (R\$)	421,37	530,79	666,11	975,07	602,92	471,01	575,68	870,52	886,34	614,84	784,23
M. Interno ton (R\$)	353,02	472,47	599,09	731,04	550,27	459,81	516,46	837,16	830,16	569,43	713,04
Maringá-PR 60k	21,19	28,36	35,96	43,88	33,03	27,60	31,00	50,25	49,83	34,18	42,80

Fontes: [www.abiove.com.br/cotacoes\\_br\\_10.html](http://www.abiove.com.br/cotacoes_br_10.html)

Organizador: Santos, G. C. dos. 08/07/2011.

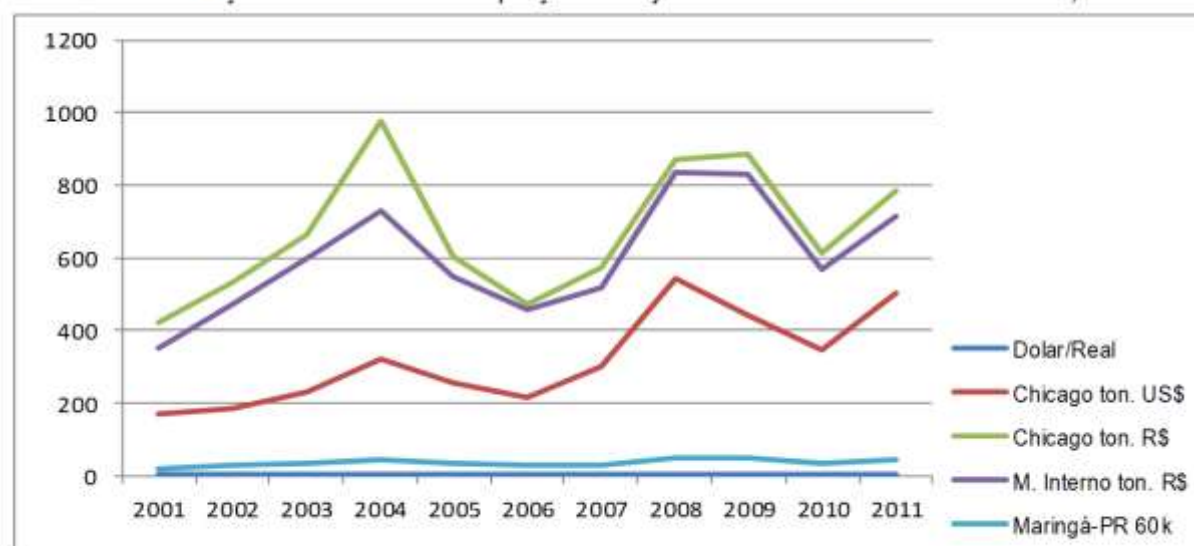
Observação: As cotações do dólar e preços da soja nos mercados interno e externo foram realizadas com referência ao dia 08 de julho de cada ano.

A partir da safra de 2008, a tonelada da soja tem grande valorização tanto no mercado interno como externo, volta a ser um cultivo com grandes oportunidades de mercado e de preços ao produtor. Porém, conforme o gráfico 06, as variações de preços da soja entre Chicago – USA (Mercado externo) e o mercado interno brasileiro, o mercado externo foi favorável ao produtor em 2004 e, com uma pequena margem em 2009 e atualmente (julho de 2011). Já para o Brasil a valorização desta *commodity* no mercado externo é sempre muito boa.

A estabilidade econômica brasileira a partir do início deste século, as variações cambiais e nos preços internacionais foram decisivos para a expansão da sojicultura na região Centro Oeste, sendo beneficiados ainda mais pelas quedas na produção norte-americana de soja nas safras 2002/3 e 2003/4. Porém, criou-se uma

falsa expectativa de explosão de mercado, conforme Oliveira (2007, p. 148), “prosperou enquanto duas crises haviam se abatido sobre a agricultura da soja norte-americana nas safras 2002/2003 e 2003/2004”, mas o fato é que beneficiou temporariamente as exportações brasileiras, principalmente de soja.

**Gráfico 06** - Variações Dólar/Real e nos preços da soja nos mercados Interno e Externo, 2001-2011



Fontes: [www.abiove.com.br/cotacoes\\_br\\_10.html](http://www.abiove.com.br/cotacoes_br_10.html)

Organizador: Santos, G. C. dos. 08/07/2011.

Dentro do contexto de incertezas no mercado de commodities agrícolas após 2004, Brandão (2005, p. 253) afirma que, “a conjuntura mundial de preços de soja mudou radicalmente a partir do ano agrícola 2003/2004, e a menos que ocorram quebras de safra nos principais países produtores – Argentina, Brasil e Estados Unidos – é provável que os preços da soja permaneçam baixos”, criando um grande desestímulo à exportação da soja em grãos nos anos seguintes. Mas, contrariando a afirmativa de Brandão, o mercado internacional volta a ser atraente a partir de 2008.

Para Oliveira (2006, p. 37), “a conjuntura produtiva do campo brasileiro nas últimas décadas deve ser compreendida a partir da lógica do processo da mundialização do capital, pois, é nessa lógica contraditória, que o agronegócio tem-se expandido no Brasil” ampliando as distâncias políticas, sociais e econômicas entre produtores de produtos de consumo local e de commodities que atendem as demandas do agronegócio.

Neste sentido, as relações de demandas de áreas produtivas entre lavouras de soja e cana, continuaram impulsionando o agronegócio, conforme Leite e Leal (2007, p. 06), “foi lançado oficialmente o Programa Nacional de Produção de

Biodiesel, regulamentado pela Lei nº- 11.097, de 2005. O programa estabeleceu a obrigatoriedade do uso de 2% de biodiesel misturado ao petrodiesel a partir de 2008 e de 5% a partir de 2013”, exigindo maior ampliação nas áreas de cultivos de soja e outras oleaginosas. O projeto Brasil das commodities agrícolas para o mercado internacional tem demonstrado grande empenho no processo produtivo agrícola, preocupando muito com as causas e não com suas consequências. Para Oliveira (2006, p. 37), “O Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. O agronegócio é sinônimo de produção para o mundo”.

Em entrevista ao Jornal o Estadão, em 07/03/2010, André Nasser – Diretor Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Ícone), disse que, “Graças às pesquisas da Embrapa, o aumento da produtividade teve um papel fundamental no crescimento da produção agrícola brasileira. Entre 1990 e 2009, a área plantada de grãos no País subiu 1,7% ao ano, mas a produção cresceu 4,7%”. Já, para o sócio-diretor da Agroconsult, André Pessoa, “no complexo soja (grão, farelo e óleo), as exportações mais do que quadruplicaram, saindo de US\$ 4,2 bilhões em 2000 para US\$ 17,2 bilhões em 2009”.

O agronegócio como atividade econômica de grande expressão de poder, impulsiona um grande distanciamento entre os objetivos econômicos do setor produtivo agrícola e as necessidades político-sociais brasileiras de redistribuição de renda e de segurança alimentar. Nesse universo dos grandes mercados, segundo Raffestin (1993, p. 177), “Os objetivos das organizações econômicas e os das organizações políticas são em parte contraditórios”, o fato é que as organizações econômicas produzem para os mercados compradores e não especificamente para atender as necessidades de consumo sejam elas locais ou globais.

Nesta perspectiva, na expansão mais recente do agronegócio sojicultor buscou-se, principalmente a partir da safra 2000/01, fazer a sojicultura tornar-se hegemônica no processo produtivo e os sojicultores no processo político e econômico dos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, suplantando atividades agrícolas tradicionais como a pequena produção familiar de cereais básicos; arroz, feijão, a produção de leite e até de milho, que ainda predomina entre pequenos e médios produtores rurais.

A pequena produção familiar não consegue inserir-se no sistema de produção de alto padrão tecnológico, nas últimas décadas permaneceu marginalizada pelas

estruturas de poder político e econômico do Estado. Porém, o setor produtivo permanece revitalizando com a inserção de novos atores produtivos externos, que são inseridos e buscam atender novas demandas políticas e econômicas. Neste processo, os “antigos ou pequenos” são alvejados não por suas lutas pela sobrevivência no processo produtivo, mas por serem pequenos e de pouca expressão econômica, por movimentar pequenos volumes de recursos, tornam-se esquecidos pelos agentes políticos públicos municipais e estaduais, e não amparados pelos novos e grandes atores. Estes fatos são visíveis porque, segundo Haesbaert (2004, p. 28) “a maioria dos autores recorre à leitura espacial ou geográfica, a fim de visualizar melhor não a emergência do novo, mas o desaparecimento do antigo”.

Os grandes contrastes ou contradições do processo produtivo rural ocorrem, principalmente quando relacionamos as efetivas demandas políticas e sociais de investimentos neste setor e, como os investimentos públicos e de empresas multinacionais tem alavancado a expansão das lavouras canavieiras sobre áreas de cultivos de soja, de milho, de pastagens degradadas, de pastagens produtivas de pequenas e médias propriedades rurais, com investimentos que chegaram, segundo informações do Banco do Brasil (2011), “foram liberados para a agricultura familiar na safra 2010/11, R\$ 8,8 bilhões de reais e para o agronegócio ou agricultura empresarial foram liberados na mesma safra R\$ 30,2 bilhões. Para a safra 2011/12, os valores são: agricultura familiar R\$ 10,5 bilhões e para o agronegócio R\$ 35,2 bilhões”.

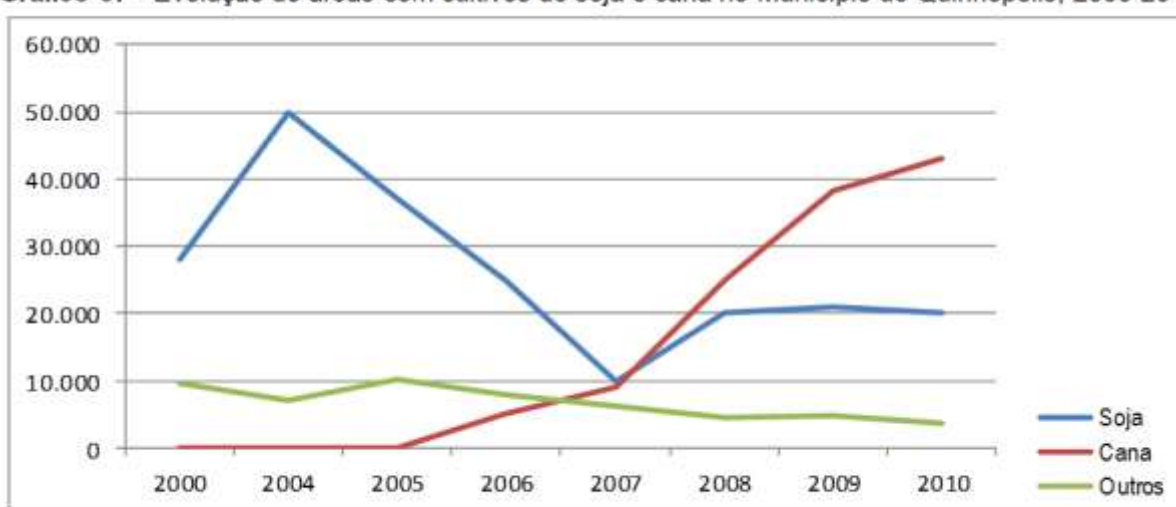
A partir de 2005, os municípios de Quirinópolis e Gouvelândia passaram a integrar as áreas produtoras de cana para as agroindustriais sucroalcooleiras ou agroenergéticas, iniciarem a produção dos biocombustíveis através de duas usinas. A primeira a se instalar foi a Usina São Francisco com projeto inicial para 40 mil ha e a segunda foi a Usina Boa Vista com área inicial de 92 mil ha.

A produção açucareira ainda é uma *commoditie* valorizada no mercado internacional, mas a partir da entrada em funcionamento das usinas sucroalcooleiras nestes Municípios, a produção de etanol passa a ter ampla prioridade sobre a açucareira, motivada por ações das políticas externas que colocam o País como líder mundial na exportação de etanol extraído da cana, contabilizando conforme informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2011), produção total de 10,517 bilhões de litros na safra 2000/01 e de 25,780 bilhões de

litros na safra 2010/11.

A partir do início deste século, conforme (tabela 04 p. 75) as atividades agrícolas no município de Quirinópolis, e de forma semelhante no município de Gouvelândia, foram polarizadas até 2004 entre as lavouras de soja e a pecuária extensiva. Conforme mostra o gráfico 07, a partir da safra 2000/01 as lavouras de soja tiveram grande ascensão até 2004 quando atinge sua maior área cultivada, entrando a partir deste período em forte declínio por força do processo de implantação das lavouras canavieiras.

**Gráfico 07 - Evolução de áreas com cultivos de soja e cana no Município de Quirinópolis, 2000-2010.**



Fonte: SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação - SEPLAN Governo de Goiás.  
Organizador: Santos, G. C. dos. 2011

Porém, a pecuária de corte como atividade extensiva não produz contribuições financeiras efetivas para as economias destes municípios, por ser quase todo o processo de comercialização de bezerros para cria e novilhos para recria e engorda realizado nos municípios onde reside o grande pecuarista, ou seja, o Município de Quirinópolis apenas empresta suas pastagens, pois os recursos que ficam nos cofres municipais são apenas de licenciamentos para o transporte dos rebanhos e os poucos empregos de mão de obra que permanece estável nas últimas três décadas.

A partir de 2005 com a implantação das lavouras canavieiras, os cultivos de soja e cana passam a dividir espaços produtivos, com pleno predomínio da cana a partir de 2008. Mas, são duas culturas que movimentam o mercado de emprego e as atividades econômicas municipais, participam ativamente da dinâmica territorial

fortalecendo as atividades comerciais varejistas, as atividades imobiliárias, setor de serviços técnicos e especializados.

A manutenção e expansão das lavouras canavieiras nestes municípios, esta consolidada pela estabilidade de mercado dos produtos; açúcar, etanol, energia e biodiesel. Para a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2009, p. 13), “nossas unidades de produção são do tipo mista, e capazes de produzir açúcar e álcool, elas têm a alternativa de combinar a produção de modo a maximizar sua receita. Esse procedimento está vinculado aos excelentes preços do açúcar no mercado internacional”.

Outros fatores que cooperam para esta estabilidade esta na diversificação de produtos oferecidos ao mercado. Conforme está no Plano Nacional de Agroenergia (2006, p. 34), “o mercado interno de biocombustíveis está consolidado para o etanol. O etanol é utilizado em mistura com a gasolina em até 25% de álcool anídrico. O etanol hidratado é consumido puro ou com qualquer percentual de mistura com a gasolina, nos carros com motor bicombustível”.

Dentro do processo de diversificação de produtos oriundos da cana está a produção de energia elétrica, o Biofom e a água doce industrial. Para Olivério (2008, p. 19), “o biofom é um biofertilizante organomineral feito a partir da mistura da cinza da caldeira, da torta de filtro, fuligem de chaminé e da vinhaça concentrada”. Ainda segundo Olivério (2008, p. 18) “Agora, a indústria dá mais um passo rumo a este novo conceito industrial e sustentável ao lançar a “Água de Cana” ou “Água Doce”, [...] ele garante que seria possível produzir 300 litros de água por tonelada de cana”.

O setor originalmente denominado sucroalcooleiro implantado no Município de Quirinópolis, com áreas de cultivos nos municípios de Gouvelândia e Paranaiguara, através das Usinas São Francisco e Boa Vista, ao diversificarem os produtos passam a demandar mais áreas para o cultivo da cana. Porém, dentre os novos produtos está a produção de biodiesel pela Empresa Nova Fronteira, formada pela Usina Boa Vista e Petrobrás, que juntas passarão a incentivar a produção de soja, de sorgo e de outras oleaginosas em menor escala.

As áreas plantadas com cana no Município de Quirinópolis em 2010, segundo IBGE, são de 43.200 ha, representando 12,80% das áreas cultiváveis do Município, dentro da média nacional. Para Castro e Dantas (2008, p. 03), “A área de plantação de cana de açúcar, a partir do qual se produz o etanol e que representa praticamente a totalidade do insumo utilizada na geração de bioeletricidade no Brasil, representa

apenas 10% da área agricultável explorada atualmente”.

A expansão das lavouras canavieiras nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia passou por algumas resistências pontuais; a primeira foi as questões ambientais que mascaravam os graves problemas ambientais já enfrentados pelo município, gerados pelos desmatamentos manuais desordenados e sem atender aos limites das reservas legais e APPs, que deixavam indivíduos arbóreos distribuídos no interior das pastagens cultivadas, dando a impressão de que havia cobertura vegetal nativa no interior das pastagens. A segunda grande resistência foi o amor por residências (lugar) e atividades tradicionais como a pecuária de corte e leiteira de baixo padrão tecnológico. E, por último, desconfianças com a efetiva implantação do sistema sucroalcooleiro e os reais benefícios para o produtor. Porém, a ampliação das lavouras canavieiras até atingir o limite sustentável das áreas cultiváveis, é apenas uma questão de tempo.

#### 4.2. Produção, renda e participação dos produtores rurais no sistema sucroalcooleiro.

Produzir é a arte daqueles que dedicam sua vida a agricultura, e o mérito está na superação dos grandes desafios que são colocados para os produtores; pelas variações climáticas, pelas inovações tecnológicas, pelos altos custos do processo de produção, pela disponibilidade, limites e acesso ao crédito, pelas varrições cambiais e de demandas da produção nos mercados nacional e internacional e, principalmente aumentar o volume produzido através da produtividade. A produção é resultado da dedicação e do saber associar conhecimentos, fazer investimentos em tecnologias e infraestruturas, dominar os recursos naturais para obter produtividade e consequentemente a renda da terra.

Na produção agrícola, para obter resultados positivos não existem fórmulas simples que possam ser compreendidas pelos produtores rurais, sem apoiar-se nas demandas externas colocadas pelo próprio mercado ao processo produtivo. Tais demandas como; ampliação de áreas cultivadas, qualidade e produtividade tiveram grande poder para definirem o sucesso das atividades produtivas nas últimas décadas. A introdução da sojicultura no Sudoeste goiano a partir da década de 1970, conforme Peixinho (2006, p. 27), “alterou a organização do espaço regional ao

estabelecer novas funções na organização da produção como: aumento na mecanização agrícola, redução da policultura e criação de infraestrutura para atender à produção”.

A organização do processo produtivo voltado a atender as novas demandas de produtos para exportações, principalmente para os mercados internacionais impõem uma seletividade interna entre categorias e condições de produtores. Para Peixinho (2006, p. 25), “O processo evolutivo dos sistemas agrícolas se dá a partir de uma dinâmica interna à própria organização da produção; ou seja, apesar das interações que se dão entre a forma de exploração e sua relação com o mercado, a dinâmica está centrada no próprio processo interno da propriedade”, sendo que as grandes propriedades implementam dinâmicas de mercado e as pequenas propriedades produzem voltadas para a dinâmica familiar ou da própria família.

Para Borges (2006, p. 84), “no caso específico do Sudoeste de Goiás, o cultivo da soja foi responsável por uma nova dinâmica e pelo surgimento de agroindústrias, fixos importantes na transformação do espaço regional”, que se desenvolve também no município de Quirinópolis e estende ao município de Gouvelândia ainda na predominância da cultura da soja e, hoje com a lavoura canavieira chega também ao município de Paranaiguara.

A produção de soja foi extremamente importante para o desenvolvimento da agricultura de alta tecnologia em todo o Sudoeste goiano, amaciaram os solos, mudou a mentalidade produtiva, rompeu obstáculos das culturas tradicionais, abriu espaços para novo padrão de renda no campo. O cultivo da soja, para Borges (2006, p. 85), “incrementou o uso de implementos, insumos agrícolas, tecnologia, conhecimento e práticas/técnicas inovadoras, destinadas ao aumento da produção e da produtividade. Também, funcionou como um agente articulador entre a produção moderna e a agroindústria”, o setor sucroalcooleiro entra num espaço produtivo já articulado, reorientando-o numa dimensão de relações produtivas e comerciais essencialmente profissionais e competitivas nos mercados nacional e internacional.

Quase todas as relações de produção e renda do processo produtivo agrícola extrapolam ao alcance dos produtores rurais, seja nos sistemas pecuária, sojicultor ou canavieiro. Produção e renda não são simétricas, a produção realiza-se com investimentos que fazem parte dos custos de produção, que é debitável no valor realizado com a venda, enquanto o lucro é o valor realizado com a venda menos os custos de produção, transporte, armazenamento, depreciações e outros eventuais.

Porém, nem todo acréscimo nos investimentos podem gerar maior produção, podem ser “*investimentos saturados*” (grifos do autor), que não resultam em maior produção, seja por ampliação de áreas cultivadas ou por maior produtividade.

A maior parte dos lucros decorre geralmente dos fatores que extrapolam ao alcance dos produtores, principalmente aumento na demanda e maior valorização comercial. Na parte das demandas de atividades efetivas que são realizáveis pelos produtores, está busca da qualidade e da produtividade que ocorrem segundo Peixinho (2006, p. 36) “ao incorporar inovações às suas estruturas produtivas, altera as escalas, intensifica suas relações de produção, cria novas funções, mudam-se as formas”, mantem-se a esperança, o propósito e os indicativos técnicos de uma boa produtividade, de realização de uma boa safra.

A produção como processo e a renda como resultados têm entre si o ciclo de duração dos cultivos temporários, que podem ser curtos ou anuais. Os cultivos de ciclos curtos são mais desafiantes e podem ser ou não mais lucrativos, porque dependem de condições climáticas mais estáveis e do período em que as variações ocorrem dentro do ciclo produtivo. Nos cultivos de ciclos anuais as variações climáticas são menos determinantes durante a realização do processo produtivo, porque permitem fazer correções ou ajustes no processo produtivo que passam por todas as variações climáticas anuais.

Para a efetiva realização de processos produtivos que possam garantir produtividade, renda e estabilidade de gestão ao produtor, faz-se necessário que no processo de inovações, conforme Raffestin (1993, p. 247), “a variável tecnológica tem um caráter multidimensional”, ainda sobre este mesmo aspecto há de se definir, segundo Raffestin (idem) “sobre a questão da escolha entre técnicas que implicam muito capitais, a exemplo das técnicas ocidentais muito sofisticadas, e aquelas que implicam muita mão de obra”. Outro fator importante nesse processo de escolha das técnicas está na eficiência, porte e custos dos equipamentos de alta tecnologia que tem relações diretas com tempo para realização e qualidade dos serviços, enquanto na escolha de outras técnicas não se tem a mesma eficiência em tempo e qualidade, mas os custos são proporcionais à demanda e bem distribuídos ao longo do processo de cultivo.

Produção, renda e estabilidade são desafios que fazem o êxito ou o fracasso do processo produtivo. Para Abramovay (1999, p. 17), “é neste sentido que o desenvolvimento rural passa pela construção de novos territórios, isto é, pela

capacidade que terão os atores econômicos locais de manejar e valorizar ativos específicos às regiões em que habitam”, ou constroem suas relações econômicas, políticas e sociais.

Os recursos oriundos da produção agrícola assim como da produção industrial, são transformados segundo Raffestin (1993, p. 251), em “armas políticas” a serviço dos atores hegemoneizantes que detém o controle da combinação capital industrial e agrícola no campo, através da expansão das agroindústrias tanto na conquista ou na ampliação de mercados. Como “armas políticas” todos os produtos tendem a se equipararem, seus poderes de ação e de dominação são resultantes do poder que exercem seus atores produtores no mercado.

A expressão de poder que gera grande distanciamento entre objetivos econômicos do setor produtivo agrícola e as necessidades político-sociais de redistribuição de renda se torna um grande inquietador político por agregar valores diferentes para o mesmo produto, em função da origem de sua produção ou dos atores que o produzem ou detém sua posse. O mesmo produto em posse de atores hegemônicos representa um instrumento de grande significado nas relações de poder e dominação, já em posse de atores hegemonizados torna-se instrumento de simples trocas, perde sua referência política e tem realce apenas na satisfação de necessidades fundamentais.

Para Raffestin (1993, p. 251),

Todos os recursos são ou podem ser instrumentos de poder. Se é verdade que certos recursos – conforme a sua capacidade de satisfazer as necessidades fundamentais – manifestam uma grande permanência no papel que podem desempenhar, eles não deixam de se ligar ao contexto socioeconômico e sócio-político quanto a sua significação como instrumento de poder. Não existem mais bens livres. Só há bens ‘políticos’, exatamente porque respondem a necessidades coletivas e ainda mais porque as necessidades não são exógenas, mas endógena aos sistemas técnico-econômicos. A partir daí, se é possível colocar em evidência os recursos que hoje são objetos de tensas relações de poder, não é mais possível dizer quais recursos determinarão as lutas e os conflitos dentro de dez ou vinte anos.

A criação de novas demandas e de novos produtos da aos atores que dominam os setores produtivos um novo impulso, porque as atividades agrícolas produzem e não apenas transforma produtos para agregar valores. Haesbaert (2004, p. 21), citando ou parafraseando Marx e Engels diz que, “a burguesia não

pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, das relações de produção e, com isso, todas as relações sociais”.

As ações políticas, técnicas e econômicas que resultam em investimentos e tomadas de decisões, para Raffestin (1993, p. 152), “revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder” onde “o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações” que produzem um novo reordenamento espacial e produtivo, ou seja, novas dinâmicas.

A introdução de nova força produtiva em áreas onde o processo de produção já está estruturado alteram-se as relações já existentes, principalmente quando a nova força tem poder hegemoneizante como são as lavouras canavieiras. Estas alterações ocorrem segundo Haesbaert (2004, p. 89), “Toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais” criando uma nova ordenação ou hierarquia que permanece conflituosa porque o próprio processo de mediação é também político e conflituoso.

Numa abordagem marxista Deleuze (1992, p. 6) “descreve o capitalismo como um fantástico sistema de fabricação de grandes riquezas e de grande sofrimento” que separa o produtivo do improdutivo ou aqueles que são inseridos na produção com altas tecnologias e os que permanecem marginalizados. Num sistema de grandes contrastes o que é mais interessante segundo Deleuze (1992, p. 212), “é a análise do capitalismo como um sistema imanente que não para de expandir seus próprios limites, reencontrando-os sempre numa escala ampliada, porque o limite é o próprio Capital”.

Na efetiva dinâmica entre atores que realizam o processo produtivo e a geração de renda, ocorrem singulares diferenças entre objetivos e ações dos atores hegemoneizadores e hegemoneizados, segundo Santos (2002, p. 12), “Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares”, que territorializa valores ativos e passivos na construção de uma realidade que expressa sua forma de dominação política e econômica. O mesmo processo, conforme Santos (2002, p. 13) “para os atores hegemoneizados trata-se de um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares”.

Porém, na construção da realidade toda expressão de poder torna-se instrumentos que servem para estabelecer diferenças ou diferenciações entre grupos e entre indivíduos, para Raffestin (1993, p. 145), “Toda construção da realidade, é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem”. O que muda são as estratégias, os momentos, as condições técnicas e os resultados.

Com a implantação das lavouras canavieiras tem-se uma nova realidade, mantêm-se as atividades agrícolas, mudam-se as estratégias, as condições técnicas, os grupos hegemônicos e, conseqüentemente os resultados tanto políticos, como econômicos e principalmente sociais.

A participação dos produtores rurais no setor agroindustrial sucroalcooleiro ou agroenergético tornou-se desafiadora, por saírem da condição de produtores autônomos para integrarem-se como parceiros aos novos desafios de um processo produtivo de alto padrão tecnológico, esta integração alterou toda dinâmica do processo agrícola, mas para Antônio Carlos Borges,

Os maiores e mais capitalizados produtores estão desfrutando dos ganhos, porém, os pequenos e médios estão vendendo suas terras e mudando para a cidade, trazendo consigo os empregados que em parte trabalham para as usinas. Acredito que em um futuro não muito distante essas grandes empresas não necessitarão mais da maioria da mão-de-obra aqui empregada e do grande contingente de pessoas que para aqui vieram. Com certeza os menos qualificados estarão sem emprego e não terão mais as pequenas propriedades e os pequenos comércios, que mesmo não sendo de grande vulto, empregam e distribuem riquezas.

A participação dos produtores rurais mais experientes neste novo processo é fundamental, mas para Borges (2006 p. 84), “o cultivo da soja representou um “alento” para o setor agroindustrial do país. A soja, assim como a cana-de-açúcar, foi produto responsável pelo processo de consolidação dos CAI's no Brasil, provocando uma inversão de capitais para o setor agropecuário, e trazendo um novo padrão acumulativo no campo brasileiro”.

O fato é que, ressalvadas algumas características, o setor sucroalcooleiro caracteriza-se por um processo de territorialidade produtiva e socioeconômica muito distinta do sistema sojicultor. No sistema sojicultor, o processo de distribuição dos recursos creditícios de custeio e investimentos são disponibilizados diretamente ao produtor, como gestor do processo produtivo faz a distribuição dos recursos atendendo a um cronograma de atividades estruturantes, demandas para a

realização da produção agrícola. Neste processo, os produtores podem ter parte de suas receitas familiares originando de outras atividades ou investimentos realizados na propriedade, ao longo do ano.

No sistema sucroalcooleiro os produtores que são geralmente proprietários de terras e tornam-se parceiros ou atores hegemônicos não tem despesas com cultivos, mas suas receitas que eram distribuídas durante o ano, passam a serem concentradas apenas no período de corte da cana, levando-os a terem que se adaptarem a um único fluxo de receita. Outros fatores são; a perda das práticas cotidianas para uma realidade semi-ociosa e, antes das lavouras canavieiras trabalhavam com as máquinas, agora as máquinas trabalham por eles.

Num território produtivo tudo é propriedade e se insere numa ou noutra atividade produtiva, tudo tem sua importância e é dotado de formas e funções, para Godelier (1984, p. 115), “as formas de propriedade de um território são ao mesmo tempo uma relação com a natureza e uma relação com os homens”. As relações produtivas são caracterizadas por diversas funções entre os homens, segundo Haesbaert (2004, p. 78), esta relação é “dupla: uma relação entre as sociedades e ao mesmo tempo uma relação no interior de cada sociedade entre os indivíduos e os grupos que a compõem”.

Nas relações de produção entre agentes ou atores hegemônicos e o setor sucroalcooleiro - ator hegemônico, estabelecem-se parcerias que não permitem aos produtores parceiros gerenciarem o processo produtivo, apenas acompanhar as ações realizadas por empresas terceirizadas ou pela própria usina, num processo desenvolvido dentro de alto padrão tecnológico que envolve planta, cultivo, colheita e transporte, no qual o proprietário ou produtor parceiro participa apenas com a terra e com máquinas quando há interesse das usinas em tê-las por aluguel.

Em todas as relações entre os atores hegemônicos e hegemônicos tem-se a plena centralização das atividades produtivas sob o controle do sistema sucroalcooleiro ou agroenergético, que detém através das parcerias mais de 50% das terras cultiváveis, enquanto para os produtores a propriedade da terra torna-se simplesmente simbólica durante o período de vigência contratual, levando-os a situarem-se à margem do processo produtivo e das relações econômicas, o setor sucroalcooleiro tem pleno domínio das atividades produtivas territorialmente desenvolvidas. Para Raffestin (1993, p. 177), tais fatos ocorrem porque “os objetivos das organizações econômicas e os das organizações políticas são em parte

contraditórios”, gerando um grande e efetivo distanciamento entre as relações de propriedade e posse da terra.

A terra produtiva para o setor sucroalcooleiro tem variáveis que são importantes para o processo produtivo; a extensão territorial da área a ser cultivada, a localização, facilidade de acesso e qualidade da terra disponível para o cultivo. Sendo, portanto, a terra o ponto de convergência da propriedade e da produção, conforme Raffestin (1993, p. 230), “o solo cultivável é, então, o primeiro recurso renovável a ser preservado. A relação de produção com a terra pode, é claro, ser simétrica ou dissimétrica, dependendo da mobilização ou não das técnicas de preservação” inda nesta relação de valores, segundo Raffestin (1993, p. 232), “os dois recursos, solo e água, que como acabamos de ver são objetos de relação de poder e estão no centro de múltiplas estratégias, estão integrados em técnicas que evoluem constantemente” e garantem a permanência ou longevidade de seu uso produtivo.

Portanto, as formas de pagamentos pelo uso da terra e da água na produção são diferenciadas, para arrendamentos os valores pagos pelo uso da terra são em toneladas brutas, para os parceiros paga-se pelo teor de sacarose (PCTS) e pelo Açúcar Total Recuperável (ATR). Conforme Sachs (2007, p. 57), “Sistema de Pagamento da Cana pelo Teor de Sacarose (PCTS), por meio do qual o pagamento aos fornecedores era feito pela qualidade, ou seja, pelo teor de sacarose da cana e a pureza do caldo”.

Nos dias atuais, a forma de pagamento mais usual para a produção realizada pelos parceiros, tem segundo Sachs (2007, p. 58), “como base a qualidade da cana-de-açúcar expressa pela concentração total de açúcares (sacarose, glicose e frutose) recuperáveis no processo industrial e expresso em quilograma por tonelada de cana”. Os pagamentos realizados pelo conjunto de Açúcar Total Recuperável (ATR) e pelo teor de sacarose (PCTS), não remuneram o produtor pelo total de biomassa (bagaço) produzido e contido na tonelada de cana bruta.

Os contratos por arrendamentos somam aproximadamente 45% das lavouras cultivadas com cana nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia. Os valores a serem pagos pelo uso da terra, são estabelecidos tendo por referência a qualidade dos solos, à distância e a acessibilidade das áreas cultivadas até a usina. Os valores são estabelecidos por tonelagem bruta de cana, e variam entre dez (10) e quinze (15) toneladas por hectares de terras cultiváveis, com pagamentos anuais ou

mensais conforme estabelecidos pelas partes em contrato de arrendamento.

Todos os processos de pagamentos efetuados pelo sistema sucroalcooleiro ou agroenergético, são caracterizados pelo mercado canavieiro e vigentes para todo o território brasileiro, principalmente para o Centro-Sul, compondo-se de valores com cotações diárias estabelecidas no período ou dia do corte da cana, isto, para cada produtor ou propriedade produtiva, ainda de um valor compensatório estabelecido pelo valor médio anual, a ser pago para os produtores que receberam pela produção valor de catação abaixo desta média anual.

No processo de produção, principalmente agrícola, conforme Santos (2002, p. 12), “o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes”, pois, o território é usado ou cedido para uso por opções de investimentos, por necessidades próprias do proprietário ou ainda à revelia a sua decisão. Para Santos, (2002, p. 12), o “[...] território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade de seu uso”.

#### 4.3. Os agrobioenergéticos como força motora nos mercados atuais

As grandes e recentes mudanças tecnológicas no processo produtivo, as necessidades de ampliação na oferta energética para atender as novas demandas de consumo e as relações conflituosas com o meio ambiente, são determinantes para a busca de novas matrizes energéticas. Neste contexto, as alternativas bioenergéticas representam as grandes possibilidades de expansão de fontes renováveis, que ofereçam energia e combustíveis limpos ou menos poluentes.

As bioenergias representam atualmente a grande alternativa para atender as novas demandas de mercado, através dos biocombustíveis etanol e biodiesel e da oferta de bioeletricidade, agregando novos valores as atividades produtivas agrícolas através da expansão das lavouras canavieiras.

A expansão das lavouras com cultivos de produtos que agregam maior valor comercial sobre áreas cultivadas com produtos de menor valor comercial possibilita a expansão das lavouras canavieiras sem a necessidade de inserir áreas novas ao processo de cultivo. Para Castro e Dantas (2008, p. 03),

A área agricultável brasileira é superior a 300 milhões de hectares, dos quais apenas 70 milhões de hectares são explorados atualmente. A área de plantação de cana de açúcar, a partir do qual se produz o etanol e que representa praticamente a totalidade do insumo utilizada na geração de bioeletricidade no Brasil, representa apenas 10% da área agricultável explorada atualmente. Neste sentido, torna-se claro o quanto a produção de bioenergia no Brasil pode se expandir sem a necessidade de derrubar uma árvore sequer. Por fim, cabe mencionar que os avanços tecnológicos têm gerado ganhos de produtividade que permitem incrementos na produção sem a necessidade de se aumentar a área cultivada.

A expansão dos agrocombustíveis e da bioeletricidade gerou uma nova dinâmica territorial, econômica e política nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, ao ampliar seu processo produtivo estimulou nova e ampliada circulação de capitais, de bens, serviços e pessoas. Para Abramovay (1999, p. 2) “a exploração desta nova dinâmica territorial supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento”, gerando emprego, circulação de bens e serviços, ofertando energia combustiva e elétrica suficiente para gerar outras atividades produtivas e comerciais.

Para Castro e Dantas (2008, p. 05), citando Kitayama (2007),

A utilização de 75% do bagaço disponível e 50% da palha disponível na safra 2012/13, na qual se estima uma produção de cana de 696 milhões de toneladas, permite projetar uma potência instalada para exportação de 19.284 MW em um horizonte de cinco anos, equivalendo a uma energia assegurada de 9.642 MWmed a ser inserida na rede, o que equivale à energia firme ofertada pela usina de Itaipu.

O grande e acelerado processo de desenvolvimento dos biocombustíveis ocorrem num período extremamente inquietador nas questões ambientais e de políticas públicas, de segurança alimentar e de mudanças climáticas. Mas, este processo ascende grandes discussões sobre mudanças na matriz energética, grandes transformações técnicas, políticas e econômicas no processo produtivo, expansão e substituições de culturas para atender as grandes demandas das agroindústrias brasileiras e dos mercados internacionais.

A ampliação da produção de cana, soja e de outros produtos que atendam as demandas de biomassas em escala industrial, não permitem a permanência ou manutenção no processo produtivo de produtores que não conseguem inserir alto

padrão tecnológico na atividade agrícola, tornando-se um processo excludente para pequenos produtores.

Os cultivos de soja e outras oleaginosas para a produção de biodiesel e óleos para consumo doméstico apresentam características de produção e demandas de equipamentos que abrem novamente espaços no processo produtivo para a permanência de pequenos produtores, arrendatários e parceiros. Para Antônio Carlos Borges, “Se o governo criar políticas adequadas para o cultivo da soja, como rotação de cultura e utilização para produção do biodiesel, com certeza a força motora do agrobioenergético, através da cana e da soja darão sustentabilidade, empregabilidade e melhor distribuição de renda”.

As demandas por fontes alternativas de bioenergia e biocombustíveis já consolidadas no mercado brasileiro e em pleno processo de expansão nos mercados internacionais, produzem mudanças profundas nos arranjos espaciais produtivos de Quirinópolis, através do cultivo das lavouras canavieiras que representam marcos na implantação do sistema sucroalcooleiro ou agroenergético.

Para Castro e Dantas (2008, p. 01), “O resultado do Leilão de Energia de Reserva, realizado em 14/8/2008 representou o início de uma nova era para a bioeletricidade sucroalcooleira. Com este leilão, foram definidos parâmetros basilares para este segmento energético, abrindo uma janela de oportunidade para a inserção da energia da biomassa na matriz elétrica brasileira”, ainda concentrada no sistema hidroelétrico.

A expansão e os novos arranjos espaciais produtivos agrícolas voltados para as novas demandas de mercados permanecerão aquecidas nos próximos anos, e a oferta que ainda retrai o consumo deverá ser ampliada, aproveitando a grande capacidade produtiva pouco explorada ou em fase de alargamento de fronteiras produtivas. Segundo Felismino (2009, p. 3).

Dos 62 milhões de hectares atualmente cultivados no Brasil, houve um salto de 1,4 milhões em 1993 para 3,0 milhões em 2003 (+53%) de área destinada à cana-de-açúcar, e há mais 22 milhões de hectares propícios a receber este cultivo, sem necessidade de desmatamento. Estima-se que o aperfeiçoamento tecnológico permitirá a estes mesmos 3 milhões de hectares produzir 100% a mais nos próximos 10 anos.

Os biocombustíveis e as bioenergias como fontes de energias renováveis são indispensáveis para o desenvolvimento econômico e político-social brasileiro,

mesmo com processos de cultivos e colheitas totalmente mecanizados, são responsáveis por grandes ofertas de empregos diretos e indiretos. A colheita mecanizada reduzirá o trabalho altamente insalubre no corte da cana queimada, possibilitando com a palha um grande aumento na biomassa para a produção energética. Para professor do Departamento de Engenharia de Produção da USP São Carlos, Aldo Roberto Ometto (2009, p. s/n), “a queimada não prejudica somente a qualidade do ar. Há uma perda energética equivalente a mais de sete mil litros de álcool combustível por hectare”, ocorre uma grande perda de biomassa da palha e no consumo de água para a limpeza da cana queimada.

Porém, o corte da cana com palha, para Castro, Brandão e Dantas (2010, p. 07), como “fator adicional garantirá o aumento da biomassa a ser utilizada como insumo energético para a geração de energia: o fim das queimadas permitirá a utilização da palha da cana como insumo energético a ser queimado em conjunto com o bagaço”. Além de maior disponibilidade de biomassa para a produção energética, tem-se uma significativa redução no consumo de água e na emissão de poluentes sólidos e gasosos.

O processo de mecanização no corte de cana não decorre de simples decisões no âmbito do setor sucroalcooleiro, envolve questões ambientais, opções políticas e decisões de investimentos, conforme Turolla, Esberard e Chaim (2009, p. 77), “uma pessoa pode cortar até 12 toneladas/dia de cana queimada. Sem a queima da palha, esse volume cairia para três toneladas/dia e como o corte manual da cana crua é inviável, a saída é mecanizar”.

O processo de mecanização representa por um lado grandes investimentos, mas por outro, grandes conquistas ambientais, produtivas, trabalhistas e de saúde pública. Segundo Turolla, Esberard e Chaim (2009, p. 77), “o investimento para a compra de uma colheitadeira é extremamente alto e o equipamento substitui entre 80 e 100 homens responsáveis pelo corte manual”. Mas, com o corte mecanizado e sem a queima da cana ocorre um aproveitamento de até 140 quilos de biomassa de palha e de aproximadamente conforme Ometto (2008) sete mil litros de etanol por tonelada de cana crua.

Porém, o foco de produção das principais energias renováveis está no fato de serem complementares ao sistema hidroelétrico brasileiro, terem demandas garantidas que permitam ampliar as ofertas sem restrições legais e de mercados.

Para Castro, Brandão e Dantas (2010, p. 09),

A inserção da bioeletricidade em uma escala compatível com seu potencial por si só já contribuiria para o aumento da segurança do suprimento de energia elétrica devido ao “efeito diversificação da matriz”. No entanto, a característica mais favorável da bioeletricidade sucroenergética para a segurança do sistema elétrico brasileiro é a sua complementaridade com a relação ao regime de chuvas do subsistema Sudeste / Centro-Oeste, onde se concentra 70% da capacidade dos reservatórios brasileiros. A safra sucroenergética ocorre entre os meses de abril e novembro, coincidindo com o período seco nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Outros fatores importantes estão relacionados às origens de sua fonte de produção, ao processo de distribuição da produção de matérias-primas pelo território brasileiro e ao período de maior oferta energética que atende ao período de estiagem e de menor oferta energética pelo sistema hidroelétrico. Para Castro e Dantas (2010, p. 06), “a bioeletricidade sucroenergética pode e deve ser definida como uma fonte de energia que contribui para a segurança da oferta brasileira de energia elétrica, por diversificar a matriz e, principalmente, por ser complementar à geração hídrica”.

As políticas públicas são as maiores estimuladoras da produção agrícola em grande escala, mas não conseguem agregar os mesmos estímulos à política de distribuição de renda a todas as escalas de produção e a força de trabalho, gerando condições diferenciadas entre os atores que produzem na nova dinâmica territorial e produtiva, relações que se tornam a cada ciclo mais restritivas ao segmento composto por produtores, arrendatários e parceiros que produzem em pequena escala comercial, permanecendo à margem deste processo.

O foco principal de implantação das políticas públicas para o setor dos agrocombustíveis e agro ou bioenergéticos são predominantemente econômicos, subjugando as questões sociais, políticas e ambientais locais. A predominância do aspecto econômico atende aos setores disseminadores de alta tecnologia no processo produtivo, na reprodução ampliada do capital agrícola e nas demandas de biocombustíveis nos mercados nacional e internacional.

A produção agrícola com foco econômico faz das questões ambientais apenas marketing para ampliar mercado de seus produtos. O setor sucroalcooleiro faz da lavoura canavieira toda fonte de insumos para a produção de bioeletricidade e de biocombustíveis, fontes de energias “limpas”. Mas, com foco verdadeiro sendo outro, as mudanças climáticas aparecem como alvo para grandes motivações políticas e ambientais, favoráveis ao uso do etanol combustível, servindo para abrir

portas nos grandes mercados internacionais, estimulando a produção e a comercialização como produtos alternativos.

A expansão do mercado internacional de etanol faz mudar todas as expectativas brasileiras de produção, segundo Felismino (2009, p. 2), “a intenção dos países industrializados em adicionar etanol à gasolina é uma oportunidade de negócios muito importante. Atualmente o país é líder mundial na exportação de etanol, contabilizando 3,406 bilhões de litros em 2006”. Ampliadas as demandas de consumo, seja no mercado interno como externo, criam-se novas perspectivas de ampliar a produção através da elevação dos índices de produtividade e da incorporação de novas áreas ao processo produtivo.

Ampliar demandas num mercado em fase inicial não é difícil, pois se amplia em vácuos não preenchidos por outras fontes, ou seja, há mercado para ser ocupado sem ter que reduzir domínio de fontes já consolidadas. Para Jank (2010, s/n), “não basta convencer o mundo de que o etanol é renovável e menos poluente que a matriz fóssil. A batalha mais profícua no médio e longo prazo se dará em outro território: criar um mercado mundial para o etanol”, rompendo os grandes monopólios das empresas petrolíferas, automobilísticas e de derivados do petróleo, que dominam os mercados mundiais de energia fóssil.

As políticas brasileiras de incentivos a expansão do processo produtivo sucroalcooleiro como fontes energéticas alternativas, tem colaborado decisivamente para a concentração econômica e política dos poucos grupos que controlam o processo produtivo. Dentre os poucos grupos, encontram-se núcleos familiares, quadro 01, segundo Lins e Saaveda (2007, p. 09).

Quadro 01 - Principais grupos familiares no controle da produção sucroalcooleira brasileira, 2007.

Família	Usinas Controladas	Cana (ton) processada	% da produção nacional
Ometto	19	43.653.672	11,4%
Biagi	14	31.041.588	8,1%
Lyra	10	14.553.192	3,8%
Wanderley	4	7.113.895	1,9%
Total	47	96.362.347	25,2%

Fonte: Ministério da Agricultura, relatórios das empresas e websites da ÚNICA e das usinas relacionadas.

Organizadores: Lins e Saaveda (2007).

Para atender a grande demanda interna e expandir para os mercados internacionais, nesse processo de expansão do processo produtivo os grandes grupos possuem vantagens comparativas como financiamentos, tecnologias e apoio

político para fazerem multiplicar o número de unidades produtivas dentro dos próprios grupos, raramente aparece uma unidade independente ou um novo grupo na estrutura agroindustrial. A estrutura sucroalcooleira chega ao final de 2008, segundo Jank (2010, s/n), com “438 usinas nas mãos de 200 grupos econômicos. Mas, a mesma tendência sentida em outros setores da economia brasileira também se faz sentir aqui: a concentração em torno de menor número de empresas, mas com tamanhos e poder econômico maiores”.

Na proporção que as fontes agroenergéticas vão demonstrando suas viabilidades econômicas, políticas e ambientais, despertam o interesse cada vez maior dos grandes grupos petroenergéticos, principalmente pelo desempenho da cana de açúcar frente a alternativas, conforme mostra Lins e Saaveda (2007, p. 07),

O uso intensivo da cana-de-açúcar como elemento de base para a produção do açúcar e do álcool, aliado à condição climática e outros fatores ambientais, confere diversos diferenciais à produtividade e à qualidade dos produtos brasileiros frente a alternativas estrangeiras, as quais se utilizam de outros insumos, como o milho ou a beterraba.

O desempenho da produção agroenergética brasileira, a partir da biomassa canavieira tem custos de produção, impactos ambientais e na produção alimentar, eficiência energética e produtividades amplamente favoráveis ao etanol brasileiro conforme demonstra o quadro 02, elaborado por Lins e Saaveda (2007, p. 08), apresentando informações que podem refletir em médio prazo como grandes vantagens comparativas para efeitos de mercados internacionais.

Quadro 02 - Eficiência na produção mundial de etanol, a partir de milho, cana e beterraba, 2005.

Região/País	Cultura	Custo da produção (USD/litro) <sup>3</sup>	Eficiência Energética <sup>4</sup>	Produtividade (litro/hectare)
Brasil	Cana-de-açúcar	0,21	8,3	6.000
EUA	Milho	0,27	1,4	3.100
Europa	Beterraba	0,76	1,9	5.000

Fonte: A Energia da cana-de-açúcar – UNICA (Macedo 2005)  
Organizadores: Lins e Saaveda (2007)

Atualmente, as questões energéticas direta ou indiretamente ligadas aos biocombustíveis, não se resumem mais ao âmbito do agronegócio ou das questões ambientais, tornou se parte fundamental da geopolítica brasileira para os mercados internacionais e para as aspirações políticas do Brasil no jogo do poder mundial. No plano nacional, o pleno desenvolvimento das bioenergias combustivas e elétricas garante plena segurança no fornecimento e na estabilidade dos fluxos energéticos,

fator preponderante para o desenvolvimento da produção nacional.

As discussões sobre a expansão das atividades agrobioenergéticas são decorrentes de mudanças no quadro produtivo, não sendo especificamente por ser cana substituindo soja ou pastagens, toda mudança produz um novo reordenamento territorial, há sempre quem busca novos espaços e conseqüentemente aqueles que são desterritorializados, pois os interesses e os grupos, empresas ou corporações são reais e se manifestam. As manifestações políticas, sindicais e ambientais mais recentes, estão para Duarte (2008, p. 6), “centrada em um conjunto de argumentos (pós e contras) que cobrem desde as dimensões da inclusão social e da segurança alimentar, até manifestações implícitas de interesses corporativistas setoriais nacionais e internacionais”.

Todos os mercados modernos e de alta tecnologia, possuem grandes demandas energéticas e são receptivos a novas fontes e a novos produtos, para ampliarem fluxos e acelerar a circulação de capitais. Produtos como o etanol e a bioeletricidade são muito importantes para o mercado brasileiro, porque faz circular grandes fluxos de capitais por toda cadeia produtiva agrícola, sua inserção no mercado faz circular novos fluxos de capitais nas indústrias automobilísticas, agroindústrias, indústrias de bens de consumo duráveis e não duráveis, no comércio e no sistema financeiro.

A crescente adesão aos biocombustíveis e a ampliação de novos mercados fazem mudanças não só na matriz energética brasileira, mas também nas concepções de produção e de produtividade. Tais mudanças já estão refletindo em números divulgados em 2007 pela Empresa de Pesquisas Energética - EPE, que segundo Dantas (2008, s/n), “indicam que a cana de açúcar atingiu o posto de segunda maior fonte de energia primária na matriz energética brasileira, atingindo uma participação de 16% enquanto a energia hídrica apresentou uma participação de 14,7%”.

Portanto, as pesquisas realizadas pela EPE, revelam que a produtividade energética da biomassa canavieira está subutilizada, seu potencial energético pode ser ampliado, aplicando tecnologias que possibilitem a maximização deste potencial a curto e médio prazo, conforme relata Dantas (2008, s/n) “a sacarose, a partir da qual se produz o etanol, contém apenas 1/3 da energia da cana. Os outros 2/3 da energia da cana estão contidos no bagaço e na palha, dos quais apenas uma pequena parte é utilizada para geração de energia a partir da queima do bagaço nas

usinas sucroalcooleiras”.

Com a produção da bioeletricidade os atores que integram o sistema sucroalcooleiro, saem efetivamente da dualidade de produção açúcar – álcool para uma diversidade de produtos, atualmente, para Dantas (2008, s/n) a “atividade que de fato representa uma ampliação do ramo de atuação dos agentes sucroalcooleiros é a comercialização de eletricidade”. Esta ampliação é muito recente, mas para Dantas (2008, s/n), as estimativas do “setor indicam que a participação da comercialização de bioeletricidade na receita da usina deve subir do atual patamar de 1% para 16% na safra 2015/16”.

A ampliação deverá continuar com a produção do etanol de segunda geração, que deverá ser produzido em escala comercial antes da safra de 2015/16. Para o gerente de Desenvolvimento Estratégico e Industrial do Centro de Tecnologia Canavieira – CTC, Jaime Finguerut (2010 s/n), “só o que precisamos fazer é acoplar o processo de hidrólise nas nossas usinas, já que são eficientes. O bagaço atualmente já está dentro da dinâmica das usinas, moído, picado e pronto para virar álcool”.

A ampliação da capacidade produtiva de etanol de primeira e de segunda geração é fundamental para atender as novas expectativas de mercados, principalmente dos mercados internacionais que devem aderir ao uso do etanol puro ou adicionado à gasolina, nos próximos anos. Porém, contradizendo as expectativas do processo produtivo no Sudoeste goiano e nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, Raffestin (1993, p. 94) diz que “não há territorialização da unidade de produção, mas somente localização temporária que explora vantagens. É uma forma de economia ‘nômade’ que não penetra nas profundidades regionais”, mas faz com que as diversidades produtivas regionais se convertam para os objetivos da unidade agroindustrial de produção.

O fato é que se olhar para a lógica da produção empresarial, tudo parece ser mais fácil porque impera objetivos meramente econômicos do processo produtivo, ao qual não serão integradas todas as categorias de produtores e trabalhadores familiares, mas facilita no discurso para que eles abram mão de suas terras para a expansão sucroalcooleira. Para Haesbaert (2004, p. 89), ocorre que,

O território se torna assim um dos instrumentos utilizados em processos que visam algum tipo de padronização – internamente a este território, e de classificação – na relação com outros territórios.

Todos os que vivem dentro de seus limites tendem assim, em determinado sentido, a ser vistos como 'iguais', tanto pelo fato de estar subordinado a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites.

Dentre os atores que participam diretamente do processo produtivo, Haesbaert (2004, p. 97), diz que “para uns, o território é constituído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível dominacional local; para outros, ele interessa enquanto articulador de contexto ou redes de caráter global”, como ocorre com o sistema agroenergético brasileiro.

#### 4.4. A dinâmica territorial, os conflitos e as modernas tecnologias.

A dinâmica territorial, no que concerne a composição do território é política pelas ações humanas e as intervenções do Estado, é técnico-econômica através da produção e reprodução do capital e das modernas tecnologias, é sociocultural pela resistência de indivíduos e setores organizados da sociedade às intervenções de caráter segregador, que são colocados no jogo da gestão do território. O território uma vez constituído não mais tornar-se-á vazio, quando abandonado por uns permanece ocupado e será atrativo para outros, sejam indivíduos, fluxos, valores e poderes.

A renovação permanente do território produtivo traz a certeza de que entre o ontem e o hoje há sempre uma distância percorrida pelo tempo, que nem sempre é perceptível através das ações humanas e acompanhada pelas atividades produtivas. A dinâmica entre as estruturas existentes e as demandas que envolvem o processo produtivo, geram conflitos e conseqüentemente fugas, para Haesbaert (2004, p. 138) “no cotidiano, a dinâmica mais comum é que passemos constantemente de um território para outro. Trata-se de uma desterritorialização cotidiana, onde se abandona, mas não se destrói o território abandonado”. Ainda segundo Haesbaert (2004, p. 166) citando Massey (1993b, p. 61), neste cotidiano “esse ponto concerne não simplesmente à questão de quem se desloca e quem não se desloca, embora este seja um de seus elementos importantes; diz respeito também ao poder em relação aos fluxos e ao movimento”.

As novas dinâmicas de mercado realçam as contradições ou ações conflituosas existentes entre as estruturas produtivas que se tem e as que são necessárias para atender as novas dinâmicas produtivas, expondo as contradições ou interesses conflitantes entre os atores que dominam os mercados e os atores que atuam nas atividades produtivas agrícolas. O sistema é o mesmo, mas as dinâmicas e as demandas são distintas entre os fluxos que se tem e os fluxos que deveria ter para a plena materialização das técnicas e das políticas de desenvolvimento, atualmente exigidas pelos mercados e pelas próprias atividades produtivas.

As transformações técnicas materializadas pelo processo produtivo agrícola sucroalcooleiro ou agroenergético, ao gerarem uma nova territorialização, os conflitos são inevitáveis entre as atuais condições estruturais e as demandas técnicas e políticas necessárias à produção, pelas incompatibilidades que são apresentadas ao ajustar as condições estruturais produtivas existentes e as demandas necessárias para sua efetiva realização, ou seja, politicamente o mercado oferecer o que não é possível entregar ao processo produtivo, criando uma relação tempo e técnica que não tem a mesma simetria.

A expansão produtiva do sistema sucroalcooleiro no território brasileiro produz novas desigualdades regionais, a partir dos incentivos tecnológicos, creditícios e dos recursos naturais que resultaram em diferentes níveis de produtividade e de valores, que são agregados às economias regionais e municipais, alterando antigas correlações de poder. Porém, segundo Antônio Carlos Borges, “havendo interesse das grandes empresas em compreenderem a importância das parcerias, as áreas não utilizadas para o plantio da cana poderão produzir muito leite e carne, absorvendo o excedente da mão de obra, uma vez que temos as mais modernas tecnologias de produção Integrando assim as riquezas”.

Os conflitos gerados pelas novas desigualdades, postas entre estruturas, ofertas e demandas geram novas dinâmicas territoriais, com ascendências de alguns atores sobre outros, sejam em aspectos econômicos, políticos ou sociais. Para Haesbaert (2004, p. 159) “Cada vez mais a dinâmica social se efetiva em relação com outros níveis espaciais, outros pontos de referência, muitas vezes completamente alheios às circunstâncias locais ou de contato face a face”, realizados por agentes ou redes externas a seu conjunto social, influenciando mais do que sendo influenciado.

Toda relação econômica, política ou social entre atores ou agentes com status

ou níveis diferenciados geram conflitos ou cumplicidade, complementaridade ou dependência que se materializam num dado território. Este processo ocorre segundo Saquet (2007, p. 115), porque “a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo [...]. O agir social é local, territorial e significa territorialidade”.

As grandes mudanças no processo produtivo agroindustrial no Sudoeste goiano e, conseqüentemente nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia a partir da década de 1970, representaram para o processo dinâmico e territorial muito mais que mudanças prático-produtivas, representando mudanças de concepções teóricas, conceituais, técnicas e metodológicas. Neste conjunto de mudanças, conforme Saquet (2007, p. 53), “o conceito de território é retomado, nos anos 1970, em abordagens que procuraram explicar a dominação social, a constituição e expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital, a problemática do desenvolvimento desigual”, e a mudança de enfoque. Porém, Haesbaert (2004, p. 161) citando Harvey (1999), argumenta que “o foco primeiro é o global, a compressão do tempo-espaço por inovações tecnológicas crescentes que ‘encolhem’ o mundo de modo que até mesmo no nível local ele pode de alguma forma ser reproduzido”.

A constituição de territórios produtivos e dinâmicos é determinada pelas demandas de mercados, que são expressas pelas qualidades técnicas exigidas nos produtos através dos fluxos tecnológicos que serão empregados no processo produtivo. Não são os territórios que escolhem quais relações terão com os mercados nacionais e mundiais, elas resultam das relações produzidas pela inserção dos atores hegemoneizantes ou hegemônicos nestes territórios. Portanto, a dinâmica territorial é resultante da capacidade do território de produzir a partir das ações destes atores, o desenvolvimento de outras funções que possam realizar feedback entre seus setores produtivos, econômicos, políticos e sociais enquanto os territórios, que não conseguem desenvolver tais funções, se limitam apenas a corresponder às demandas suggestionadas pelos atores hegemoneizantes.

A dinâmica é fruto da capacidade de assimilação e refuncionalização desenvolvida num território, ao corresponder aos fluxos implantados. Para Saquet (2007, p. 71) citando Indovina (1976a, p. 7) “o território ‘não é outro’ a respeito do processo capitalista; o modo como é ‘usado’ depende da função geral do capital, na

sociedade capitalista isso se apresenta como uma 'mercadoria' e a sua apropriação segue a lógica de apropriação das outras mercadorias". Os territórios dinâmicos não expressam dependências, mas capacidades plenas em proporcionar reciprocidades com os agentes econômicos e político-sociais.

Quando a função geral do capital é produtiva, suas ações no âmbito do território são sempre agregadoras de valores aos atores territorializados no processo produtivo. Porém, quando sua função geral é especulativa, suas ações são sempre de gerar instabilidade ou vulnerabilidades nos atores territorializados, criando assim as condições para sua desterritorialização. Conforme Saquet (2007, p. 70) "são as forças produtivas e as relações de produção, na expansão do capitalismo, que configuram o território".

No processo de uma efetiva dinâmica territorial, segundo Raffestin (1993, p. 158). "a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas". Ainda para Raffestin (1993, p. 189), "se quisermos construir uma análise a partir de noções dinâmicas, é preciso falar de organizações ou de grupos em situação de centralidade e de organizações ou de grupos em situação de marginalidade".

Nas ações de territorialização do processo produtivo sucroalcooleiro ou agroenergético ficam evidentes como as ações políticas e econômicas fazem no seu discurso negligenciar propositadamente as questões socioambientais, colocando-as numa situação de pouca expressão ou marginalidade. Fato de tamanha relevância passa quase despercebido, o que segundo Haesbaert (2004, p. 172), "surpreendente como a dimensão mais propriamente social da desterritorialização encontra-se praticamente ausente nesses discursos. E são justamente os veículos entre desterritorialização e exclusão socioespacial aqueles que situamos entre os mais relevantes para sua análise".

As relações entre as dinâmicas políticas, econômicas e sociais não deveriam ser díspares e fazerem prevalecerem às assimetrias, mas para Saquet (2007, p. 71), "o uso capitalista do território é o ponto de partida para uma nova tentativa de sistematização científica das questões territoriais, ou seja, coloca-se como um caminho de interpretação que pode contribuir na superação de estudos tradicionais,"

que dicotomizavam os elementos constituintes e relevantes na composição territorial, conforme tabela 14.

**Tabela 14** - Quirinópolis, PIB, PIB por setor, per capita (R\$ mil) e População, 1999 - 2008

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos	PIB	População	R. Per capita
1999	36.908	27.417	89.352	14.238	167.916	36.670	4.579
2000	48.560	31.302	96.758	14.988	191.608	36.657	5.227
2004	82.379	35.704	147.345	20.508	285.936	37.659	7.593
2005	61.595	44.712	158.370	22.417	287.094	37.913	7.572
2006	68.004	39.623	186.152	25.224	319.004	38.165	8.359
2007	75.474	58.131	204.573	30.217	368.395	38.064	9.678
2008	139.801	95.792	247.363	46.169	529.125	39.485	13.401

Fonte: seplan.go.gov.br/sepin – Gerência de Contas Regionais.

Organizador: Santos, G. C. dos. 2011.

A partir de 2004, os investimentos de capitais no setor produtivo mudam aspectos da dinâmica economia quirinopolina e sua territorialidade, tem-se uma expressiva redução no PIB da agropecuária no período 2004 - 2007, mas cresce a partir de 2004 o PIB do setor de serviços e PIB geral em função de investimentos no cultivo das lavouras canavieiras. A partir de 2006 altera-se a balança comercial com a importação de equipamentos para montagem do parque industrial da Usina São Francisco e em 2008 com importação de equipamentos para montagem da usina Boa Vista, Conforme tabelas 14 e 15.

**Tabela 15** - Balança Comercial de Quirinópolis em (US\$ FOB), 2001 - 2009.

Atividades	2001	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	8.470	716	3.561	22.258	4.742.493	7.938.023	10.227.681
Importações	-	-	-	365.542	128.036	745.738	282.063
Déficit/Superávit	+ 8.470	+ 716	+ 3.561	- 343.284	+ 4.614.457	+ 7.192.285	+ 9.945.617

Fonte: seplan.go.gov.br/sepin - Estatísticas Municipais (Séries Históricas)

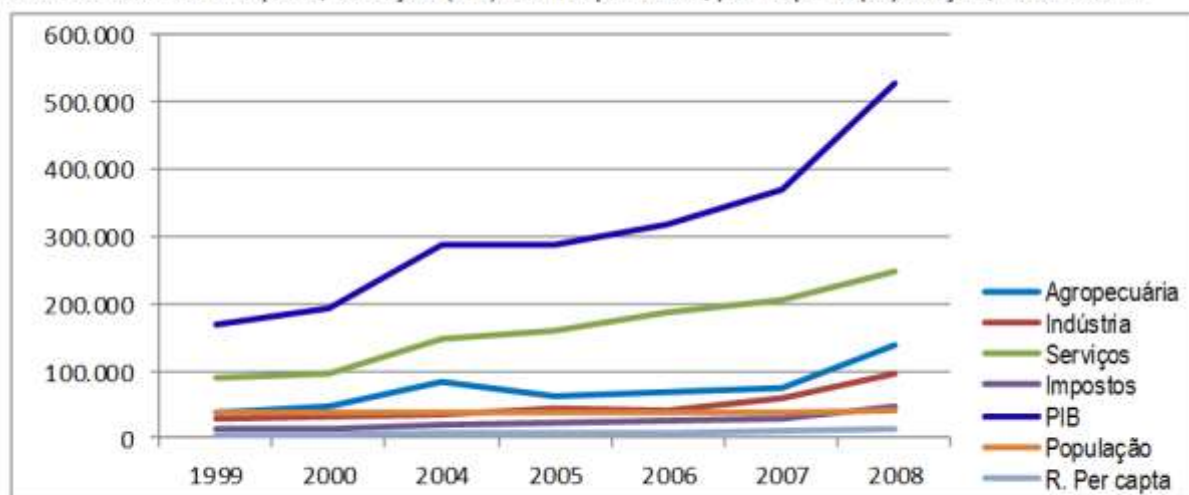
Organizador: Santos, G. C. dos. 2011.

Em 2006 entra em funcionamento a usina São Francisco e em 2008 a Usina Boa Vista, ao iniciar as exportações fazem ampliar as exportações municipais e os valores do PIB geral e das atividades agropecuárias, serviços e indústrias. Neste processo amplia-se a arrecadação municipal de impostos e a simbólica renda per capita. Porém, é visível a elevação da renda média e dos salários nas atividades produtivas, comerciais e de serviços em Quirinópolis a partir da implantação do sistema sucroalcooleiro ou agroenergético.

A expansão de atividades municipais, como agropecuária, indústria e serviços, gera consumo de insumos agrícolas e industriais básicos, ampliam a

arrecadação de impostos e elevam a massa salarial da classe trabalhadora, conseqüentemente eleva-se o volume de vendas de produtos de uso doméstico nas atividades comerciais, nos serviços especializados e assistenciais, na construção civil e nas pequenas indústrias municipais, conforme gráfico 08 que traz também a produção agroindustrial para exportação sucroalcooleira e/ou agroenergéticas.

**Gráfico 08 - Quirinópolis, variação (mil) do PIB por setor, per capita e população, 1999 - 2008**



Fonte: seplan.go.gov.br/sepin – Gerência de Contas Regionais.  
Organizador: Santos, G. C. dos. 2011.

A participação das atividades agroindustriais modernas na economia municipal alteraram substancialmente as relações políticas, econômicas e sociais. Historicamente produzia-se para o consumo e vendia ou exportava o excedente da produção municipal, hoje não se produz o excedente porque se realiza a produção essencialmente para a exportação, importando-se para o consumo doméstico o que é o excedente porque ele deixou de ser produzido. Porém, Haesbaert (2004, p. 82), deixa claro que “O território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material”. Tem-se claro na dinâmica municipal que, ao estabelecer-se um processo relacional e incluir no seu conjunto relações sociais e econômicas, ocorrem sempre a prevalências dos aspectos econômicos em detrimento dos aspectos sociais.

As relações historicamente construídas em territórios com predominância da produção agrícola familiar e de baixo padrão tecnológico se tornam complexas para

os remanescentes deste território quando tem início a implantação de processos produtivos de alto padrão tecnológico, planejados com toda ênfase na produtividade do espaço material, relativizando os processos sociais que envolvem pessoas ou comunidades politicamente desmobilizadas e carentes de inovações tecnológicas, inovações que ao chegarem deveriam resultar na ampliação da renda familiar e não na sua plena desestruturação. Para Haesbaert (2004, p. 82), “outra consequência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não implica uma leitura simplista de espaço como enraizamento, estabilidade, delimitação e ou fronteira. Mas, numa leitura que implique em um detalhamento de todas as relações imbricadas na concepção da territorialidade num determinado território”.

Para Saquet (2007, P. 115), “A territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço,” que constroem articulações profundas entre grupos ou pessoas, que para Raffestin (1993, p. 176), “é o trunfo fundamental na relação que se instaura em vários níveis entre organizações econômicas e organizações políticas”, suplantando relações históricas e sociais.

As organizações econômicas geram ofertas e às territorializa conforme as demandas de mercados, impondo dinâmicas territoriais contraditórias às demandas geradas pelas organizações políticas e socioculturais locais. Para Raffestin (1993, p. 155),

[...] as tessituras de origem política, aquelas criadas pelo Estado, em geral têm uma permanência maior do que as resultantes de uma ação dos atores empregados na realização de um programa: os limites políticos e administrativos são mais ou menos estáveis, enquanto os limites econômicos são bem menos, pois são bem mais dinâmicos.

Neste contexto, os atores que promovem as tessituras e implantam as dinâmicas territoriais, determinam também sua estabilidade. Neste sentido, para Haesbaert (2004, p. 86), “apesar de centralizar-se na perspectiva política, Sack também reconhece as dimensões econômicas (uso da terra) e culturais (significação do espaço) da territorialidade, intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão

significado ao lugar”, porém, quanto mais individualizadas às ações e quanto mais significado for dado ao lugar, maiores são as resistências aos processos dinâmicos e o desenvolvimento das funções sociais deste lugar, facilitando os processos de controle, principalmente por atores externos.

As ações dos atores externos com características hegemoneizantes ocorrem primeiro sobre os atores internos, como forma de facilitar a entrada e a adesão à processos produtivos e dinâmicos. Para Haesbaert (2004, p. 96), “se privilegiarmos a definição mais estrita do território ‘como controle de processos sociais pelo controle da acessibilidade através do espaço’, é imprescindível verificar o quanto este ‘controle’ muda de configuração e de sentido ao longo do tempo”, para atender as circunstâncias e conveniências dos atores hegemoneizantes que detêm sua gestão política e econômica.

A organização social peculiar aos grupos territorializados a partir da identificação com o lugar com o qual se estabelece laços culturais, após inserirem-se de forma lenta e gradual no processo produtivo como ocorreu com os sojicultores, passam a sofrerem com incursões de forças externas mobilizadas pelo capital agrícola para abrir espaços para novos cultivos, como vem ocorrendo com a implantação das lavouras canavieiras nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia a partir de 2004, realizando através de suas estratégias de expansão, a desterritorialização econômica, política e sociocultural de grandes contingentes populacionais. Para os atores hegemoneizantes interessa a terra, no território eles propõem territorializar o processo produtivo conforme sua maneira ou sua dinâmica.

A população de pequenos proprietários que passam pela desterritorialização econômica e social da terra, mantém-se apenas a posse jurídica, fatos que segundo Haesbaert (2004, p. 87), “tal como ocorre com as identidades territoriais, a territorialidade vinculada às relações de poder é uma estratégia, ou melhor, um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e seu contexto”. Cria-se uma subcategoria composta por proprietários rurais sem posse da terra ou simplesmente sem a terra.

O processo de desterritorialização realizado pelo sistema sucroalcooleiro ou agroenergético ocorre em dois processos distintos, através do arrendamento e da parceria. Em ambos os casos, segundo Raffestin (1993, p. 252), “com relação ao poder, não há nenhuma diferença, a não ser na intensidade dos conflitos e das lutas desencadeadas”, que se estabelece entre o ator hegemoneizante que se

territorializa através do processo produtivo e os atores hegemonzados, que perdem através de processos distintos o poder de posse e uso da terra. Os parceiros recebem pela produção apenas para acompanhar o processo produtivo, enquanto os arrendatários recebem para permanecerem distantes da terra.

Os parceiros ou arrendatários ao serem desterritorializados do processo produtivo perdem a liberdade de serem proprietários da informação e da energia despendida na produção, como ocorre no sistema capitalista e principalmente nas relações de capital e trabalho. Para Haesbaert (2004, p. 84), “ao apropriar-se do trabalho, a sociedade capitalista o destrói, separando a energia da informação, o trabalho manual do trabalho intelectual, impedindo o homem de dispor de uma e de outra concomitantemente”.

Para trabalhar a dinâmica territorial e a utilização dos termos territorialização, desterritorialização e reterritorialização, faz-se necessário referenciar os principais conceitos de território e de territorialidade. Para Haesbaert (2004, p. 83), “dentre as diversas definições de território, como já vimos, as mais difundidas e que marcam a tradição do conceito são aquelas que enfatizam sua ligação com relações de poder, ou seja, sua dimensão política”. Ainda segundo Haesbaert (2004, p. 40), “as várias noções de território são concepções agrupadas em três vertentes básicas; a política, a cultural e a econômica”.

A dimensão política não pode ser compreendida e nem restringida apenas ao papel do Estado, e nem ignorar a intervenção da sociedade organizada nas dimensões econômica e cultural da sociedade, para Saquet (2007, p. 67), “o território é entendido como área delimitada, com edificações e relações sociais de intervenção e controle”. Saquet (2007, p. 67), citando Gottmann (2005), “estuda o conceito de território a partir de clássicos da filosofia política, da economia e da história. Dessa maneira, tem centralidade, em sua abordagem, o uso geopolítico e econômico do espaço e a constituição histórica do Estado”.

A circulação centralizada por aspectos econômicos ou políticos, configuram características mais verticalizadas e mais consistentes de território que não se confundem com as concepções físico-naturais ou simplesmente como palco de ação de determinadas sociedades ou grupos humanos. Porém, Haesbaert (2004, p. 56), citando Godelier (1984, p. 112), “designa-se por território uma porção da natureza e portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de

uso”.

As organizações políticas, econômicas e sociais ordenam e reordenam a composição territorial, o acesso, o uso e as disputas, ou seja, organizam sua dinâmica relacional e territorial. Para Haesbaert (2004, p. 90) citando Raffestin, “o território é uma reordenação do espaço na qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura”. Porém, para Haesbaert (id), “o território concreto tornou se menos significativo do que o território informacional em matéria de territorialidade” de processos dinâmicos.

A construção do território como produto das ações econômicas ou culturais permanece, segundo Saquet (2007, p. 105), porque “o território não desaparece, como contradição à tendência desterritorializadora do capital. O mercado global valoriza, paradoxalmente, os contextos locais e nacionais, impulsionando-se com a pluralidade de lugares e trocas”. Ainda para Saquet (2007, p. 105), citando Rullani (1997, p. 89), “o território é um lugar particular (local) e, ao mesmo tempo, um nexo entre aquele lugar e todos os outros possíveis lugares (global)”.

A constituição política, material ou simbólica do território faz emergir discussões ou conceitos de território que dificultam chegar-se a uma proposição conceitual consensual entre os principais expoentes teóricos. Para Saquet (2007, p. 127), “os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são simultaneamente resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território”. Neste contexto, para Saquet (2007, p. 130), citando Santos, “As temporalidades e os territórios são múltiplos e sobrepostos, determinados pelas forças do local e por forças externas ligadas as dinâmicas econômica, política e cultural” num conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade e a um tempo técnico-científico.

Dentre as várias contribuições de Saquet e Raffestin sobre território e territorialidade, fica evidente a complementaridade e reciprocidade conceitual, onde o exercício do poder e as relações estabelecidas pelo homem tornam-se fundamentais. Para Haesbaert (2004, p. 87), “em alguns momentos, Sack se aproxima de Raffestin; ao afirmar que a ‘territorialidade é uma expressão geográfica básica do poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados”. Mas, para Saquet (2007, p. 129), “a territorialidade é o acontecer de

todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, etc.”.

Nas inter-relações entre território, sociedade e produção, ocorrem dinâmicas territoriais distintas, conforme a especialização das áreas produtivas e as ações dos atores hegemoneizantes, que impõem dinâmicas sobre atores hegemoneizados e unidades produtivas dispersas ou indivíduos. Para Haesbaert (2004, p. 185), citando Storper (1994), mesmo não colocando aqui de forma conclusiva, mas “parece que certas atividades produtivas-chave, notadamente as de maiores conteúdos de especialização, conhecimento ou tecnologia, continuam fortemente enraizadas em áreas territoriais centrais”. Tais atividades produtivas e seus produtos servem-se das informações especializadas ou privilegiadas para terem ao seu alcance o mercado de uma economia-mundo.

Servindo-se de informações especializadas ou privilegiadas em atividades que agregam muito valor no processo produtivo, onde não ocorre dispersão das informações e dos atores produtivos, pequeno grupo de atores hegemoneizantes concentra-as e caracterizam os territórios. Para Abramovay (1999, p. 17), “os territórios com mais chances de uma inserção positiva no processo de globalização não são os que contam com recursos genéricos (terra, energia, trabalho barato) cujo valor tende a cair com a redução nos custos dos transportes, das comunicações e das matérias-primas”. Os territórios são inseridos no processo de globalização pela capacidade de produção de produtos que agregam grandes valores de demandas, como ocorre com a produção agroenergética que produzem produtos de alto limiar.

A dinâmica territorial efetiva ocorre em territórios que ofereçam recursos genéricos como terra, água e infraestrutura, que possam efetivar processos produtivos de alto padrão tecnológico, porque segundo Santos (1999, p. 153), “cada período vê nascer uma nova geração técnica que o caracteriza. Esse novo subsistema, por se mostrar mais eficaz que os demais, emerge como um subsistema hegemônico” que acelera a produção material e da informação. As novas tecnologias são responsáveis por revolucionar a produção de bens de consumo duráveis e não duráveis e, principalmente a produção de fontes agrocombustíveis ou agroenergéticas que agregam valor em todas as cadeias produtivas, de distribuição e consumo.

A dinâmica territorial nos territórios voltados para os multimercados não são resultantes de arranjos territoriais locais, são multidinâmicas que são territorializadas

pelo processo de globalização das demandas, que levam também a mundialização da oferta de commodities. Para Haesbaert (2004, p. 204), “dentro da perspectiva da globalização, um dos elementos mais destacados para explicar a desterritorialização política está relacionado à difusão das novas tecnologias de informação e o chamado ciberespaço”. A desterritorialização política do produto universaliza as demandas e possibilita também o acesso ao mercado-mundo para as ofertas, sejam elas de produtos agrícolas ou agroindustriais.

A disponibilidade de tecnologias modernas exercem forças objetivas sobre o processo produtivo, principalmente sobre pequenos e médios produtores que não conseguem reagir a todos os impulsos tecnológicos, por dependem de fatores externos como financiamentos e infraestrutura de produção, rede de distribuição e de demandas efetivas que passam também a serem mundializadas.

Com as tecnologias modernas de comunicação e transportes aplicadas ao mercado, as ofertas e as demandas tornaram-se mundializadas, tempo e distâncias são fatores restritivos apenas para produtos de baixo valor agregado e de consumo esporádico. Para Raffestin (1993, p. 201), “as ‘distâncias temporais’ em matéria de circulação foram consideravelmente reduzidas, isto é, as taxas de convergências deram grandes saltos, há uma especialização muito avançada das redes de circulação e de comunicação, que não mais se confundem”, hoje se nutrem reciprocamente alimentando seus fluxos.

As modernas tecnologias imprimem ritmos que não permitem a participação efetiva de produtores passivos quanto ao conhecimento, ao acesso e uso de novos padrões tecnológicos de produção, de créditos e de vendas nos mercados mundiais. Para Ó Tuathail, citado por Haesbaert (2004, p. 192), “A integração financeira global, na verdade, produziu um novo complexo geopolítico de território, tecnologia, estados e mercados em escala global”. As evoluções mercadológicas elevam as exigências técnicas para os produtos que participam das pautas comerciais.

No atual estágio tecnológico do processo produtivo não existem acasos ou improvisos, para obterem êxitos as atividades agrícolas atuais são plenamente planejadas, dentro de processos de viabilidades de mercados. Neste contexto, Abramovay (1999, p. 13), diz que,

[...] o desenvolvimento rural, portanto, não pode ser concebido como simples expansão das atividades agropecuárias. [...] mas por uma

mudança decisiva em suas formas de organização: é na construção de novos mercados - tanto para os produtos até aqui predominantes, como, sobretudo, para as atividades que apenas começam a se desenvolver - que se concentra o mais importante desafio do desenvolvimento rural.

As atividades agroenergéticas imprimem ritmos e padrões tecnológicos que exigem qualificação permanente da força de trabalho, por não podem excluir totalmente a mão de obra o trabalho braçal foi recriado no plantio, na pulverização e esporadicamente no corte da cana em algumas áreas que apresentam restrições a colheita mecanizada. Mas, o próprio padrão tecnológico exclui as possibilidades e os postos de trabalhos não qualificados, já para a mão de obra qualificada as atividades agroenergéticas oferecem condições de trabalho e remunerações compatíveis com o padrão exigido e equidade com as atividades remuneradas urbanas.

A diversificação de produtos representou por muitos anos a grande estratégia dos setores produtivos agrícola, agroindustriais e industriais, mas a integração e os avanços tecnológicos demonstram que a melhor alternativa está na ampliação do mercado para os produtos já consolidados, rompendo com a política de ampliar o número de produtos para um mercado em escala apenas regional o nacional. Com o uso de modernas tecnologias as agroindústrias e empresas rurais, diversificaram o elenco de produtos que agregam alto valor comercial e demandas de mercados internacionais.

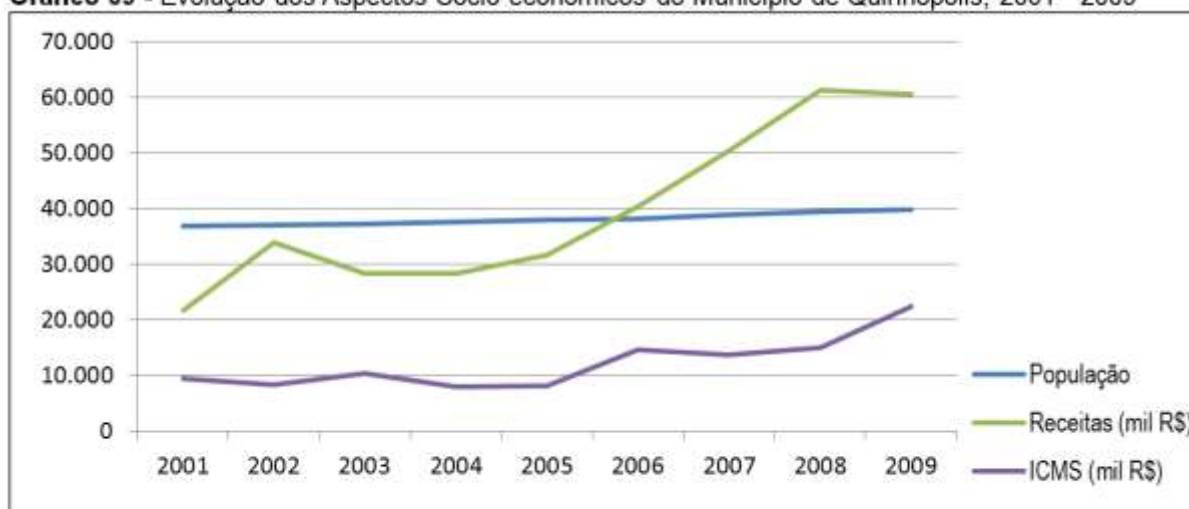
Para Abramovay (1999, p. 15), “a busca de novos mercados passa também pela compreensão das mudanças nas funções que o meio rural preenche para a sociedade”, os novos mercados respondem com novos fluxos de recursos, que mudam as dinâmicas rurais e urbanas. Os novos fluxos de recursos amenizam os conflitos gerados pela inserção de novas tecnologias, ao desestruturar o processo produtivo que foi estruturado durante as últimas três décadas através da agregação de pequenos e médios produtores rurais, com o uso de máquinas de pequeno porte e baixo padrão tecnológico.

Os grandes fluxos de recursos gerados pelas atividades agroindustriais fazem uma nova dinâmica territorial, com realce nas atividades agrícolas a organização territorial produz um equilíbrio político entre as atividades rurais e urbanas, não só pelas novas demandas de objetos técnicos e de incentivos ao processo produtivo, mas, porque dinamizam as demandas políticas, econômicas e sociais, estimulando a produção e a circulação de valores, de bens e de serviços.

Nos processos dinâmicos ocorrem correlações sejam de forças, valores, bens, produção ou reprodução de capitais. Neste processo, Ianni (2000, p. 172), diz que “no capitalismo, as forças produtivas, compreendidas sempre como forças sociais, encontram-se todo o tempo em interação dinâmica”. Ainda, para Ianni (2000, p. 173), “a busca de novos processos produtivos, a conquista de outros mercados e a procura de lucros, provocam a dinamização das forças produtivas e da forma pela qual elas se combinam e se aplicam nos mais diversos setores da produção.”

A dinamização do processo produtivo em Quirinópolis e Gouvelândia a partir da implantação do setor agroenergético, fez conforme o gráfico 09, em menos de cinco anos dobrar a receita e a arrecadação de ICMS no Município, alterando a capacidade de investimentos do setor público municipal. A grande elevação na receita bruta do Município produzida pela produção agrícola não reflete a mesma realidade representada pela elevação do ICMS, que traduz a dinâmica efetiva entre mercado e consumidores, refletindo ainda de forma direta na elevação do nível de empregos e salários, contribuindo para a elevação no padrão de compra e de emprego nas atividades comerciais urbanas.

**Gráfico 09 - Evolução dos Aspectos Sócio-econômicos do Município de Quirinópolis, 2001 - 2009**



Fonte: [seplan.go.gov.br/sepin](http://seplan.go.gov.br/sepin) - Estatísticas Municipais (Séries Históricas)

Organizador: SANTOS, G. C. dos. 2010

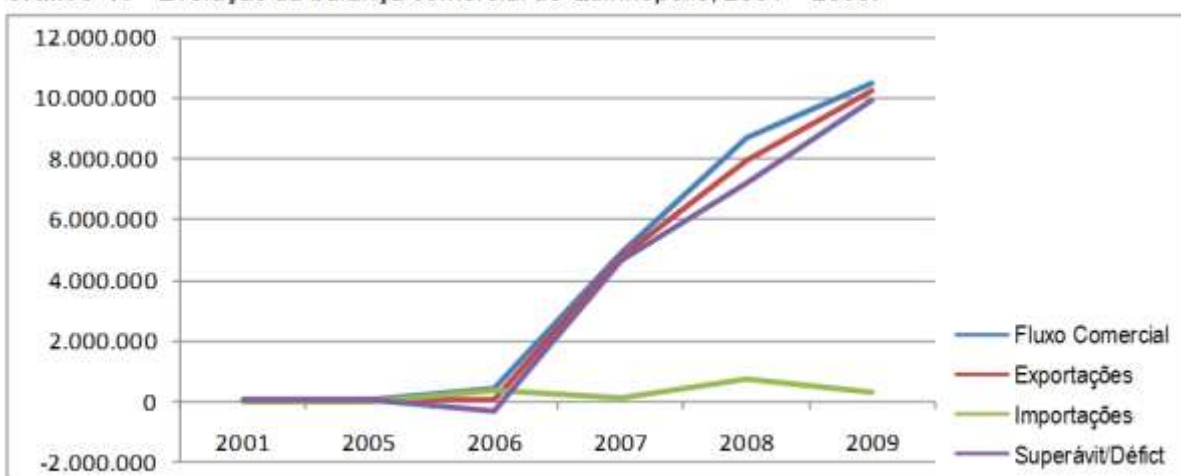
A elevação no padrão de compra e consumo no mercado local e regional ocorre também pela participação ativa da renda gerada através de arrendamentos e parcerias do setor agroenergético com a classe produtora rural. Porém, neste processo nem tudo se caracteriza como práticas positivas, no sentido de garantir

estabilidade, novas opções de ampliar rendas ou elevar os níveis salariais, há uma parcela considerável de pequenos proprietários, arrendatários e outros que foram desterritorializados e não conseguem agregar-se ao novo processo produtivo, ampliando a massa de dependentes das políticas públicas e assistenciais.

Na composição e na análise da dinâmica territorial, faz-se prevalecer aspectos positivos da economia, da política e das relações sócio espaciais. Para Peixinho (2006, p. 35), “a dinâmica espacial é, portanto, o movimento, o processo espacial dado na relação das mudanças que as ações sociais produzem modificando o espaço construído”. A dinâmica territorial não é uma construção própria e individualizada, mas resulta de investimentos e mudanças que promovam a criação de novas formas espaciais, socioeconômicas e políticas que produzam a funcionalização ou refuncionalização das demandas sócio produtivas, comerciais e de consumo.

A dinâmica territorial neste Município tem a partir de 2005, conforme o gráfico 10, mudanças profundas com o início do processo de implantação dos parques agroindustriais, apresentando expressivo aumento nos fluxos comerciais inicialmente negativos, pelos valores expressivos demandados com a importação de máquinas, equipamentos e peças para infraestrutura do parque industrial. A partir de 2006, o fluxo comercial torna-se positivo com redução nas importações e principalmente pelo elevado crescimento das exportações de produtos agroenergéticos, gerando um grande superávit comercial.

**Gráfico 10 - Evolução da balança comercial de Quirinópolis, 2001 – 2009.**



Fonte: [seplan.go.gov.br/sepim/perfilweb/perfil\\_bde.asp](http://seplan.go.gov.br/sepim/perfilweb/perfil_bde.asp)

Organizador: Santos, G. C. dos. 2011.

As ações políticas e sociais do setor agroenergético produzem impulsos

necessários para a efetivação da dinâmica territorial nestes municípios, ativando a circulação de bens e serviços complementares. Conforme Ianni (2000, p.178), “na medida em que se desenvolve o capitalismo tanto revoluciona as outras formas de organização social e técnica do trabalho e da produção com as quais entre em contato, como transforma reiteradamente as formas de organização social e técnica do trabalho e da produção já existentes em moldes capitalistas”.

Todas as ações realizadas pelo setor agroenergético são literalmente de interesse específicos do setor, mas favorecem de forma indireta e agregada o desenvolvimento de outros setores políticos e sociais, que participam ativamente do processo de estruturação da dinâmica territorial local. Para Ianni (2000, p.178), “a dinâmica desse modo de produção cria e recria, contínua e reiteradamente, as forças produtivas e as relações de produção, seja pelo desenvolvimento extensivo como pelo intensivo”, mas seu desenvolvimento extensivo ou intensivo não representa especificamente o desenvolvimento da cidade sede municipal onde são instalados os processos produtivos, pois o setor agroenergético tem vida própria em suas relações econômicas, políticas e sociais.

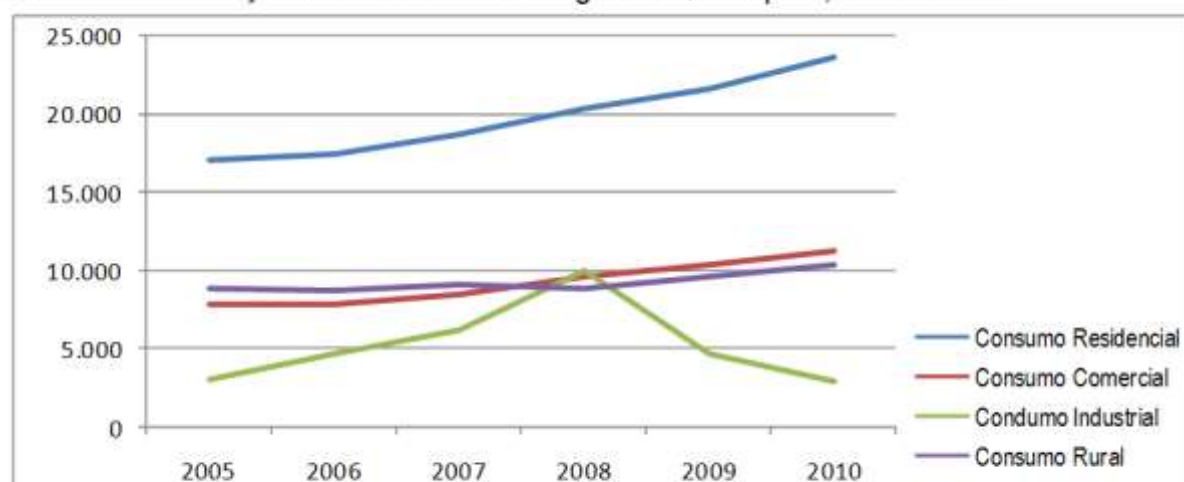
A dinâmica estruturada gira primeiro em torno do setor agroenergético, que desenvolve como ator hegemoneizante ações que aglutinam forças políticas em sua órbita. Mas, para Santos (1999, p. 191), “os espaços assim requalificados atendem, sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais”, levando como vitrine ou abrindo portas para outros produtos que representam interesses de agenciadores municipais.

A nova dinâmica territorial produtiva tornou-se regionalmente conflituosa, por incorporar como parceiros ao processo produtivo canavieiro apenas os médios e grandes proprietários / produtores rurais, que compõem uma pequena parcela dos produtores em atividade nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, transformando um grande contingente de pequenos proprietários que, após arrendarem suas propriedades transferem-se para a cidade onde são incorporados à economia urbana, tornando-se trabalhadores assalariados nas atividades urbanas ou nas atividades produtivas rurais do setor agroenergético. Destes, poucos são os que migram para outras regiões do País para permanecerem no cultivo agrícola.

Conforme o gráfico 11, o período de implantação dos parques industriais das usinas sucroalcooleiras ocorreu no período de 2005 a 2008, gerando um elevado

consumo de energia elétrica pelo setor industrial. Já o consumo de energia elétrica residencial a partir de 2006, tem acentuado crescimento em função do início de funcionamento das usinas agroenergéticas, que promoveram direta e indiretamente uma grande valorização salarial e da mão de obra, gerando conseqüentemente uma melhoria no padrão de vida e de compra da classe trabalhadora, refletindo no consumo bens não duráveis, eletrodomésticos e eletrônicos, elevando o padrão de consumo energético residencial no período 2006 – 2010 em 38,24% conforme SEPLAN-GO, enquanto o aumento no número de residências foi de 11,30%. O consumo comercial e rural seguiu proporcional ao aumento nas unidades de consumo.

**Gráfico 11 - Evolução do Consumo de Energia em Quirinópolis, 2005 - 2009**



Fonte: [seplan.go.gov.br/sepim](http://seplan.go.gov.br/sepim) - Estatísticas Municipais (Séries Históricas)  
Organizador: SANTOS, G. C. dos. 2010.

As articulações com o capital internacional são fundamentais para a abertura de novos mercados para a produção brasileira de biocombustíveis, principalmente o etanol. Os novos mercados trazem estabilidades que permitem a dinâmica territorial estabilizar-se em um alto padrão de bem estar social aos segmentos absorvidos, e de fomento ao processo de desenvolvimento de outras atividades rurais ou urbanas, que são importantes neste processo de consolidação da dinâmica territorial, porém, os segmentos não absorvidos ficam mais vulneráveis e conseqüentemente mais distantes de um bom padrão de bem estar social. No processo de ampliação das relações internacionais, segundo Ometto (2008), “o grupo São Martinho – Usina Boa Vista, já conta com uma parceria com a multinacional japonesa Mitsubishi, que em

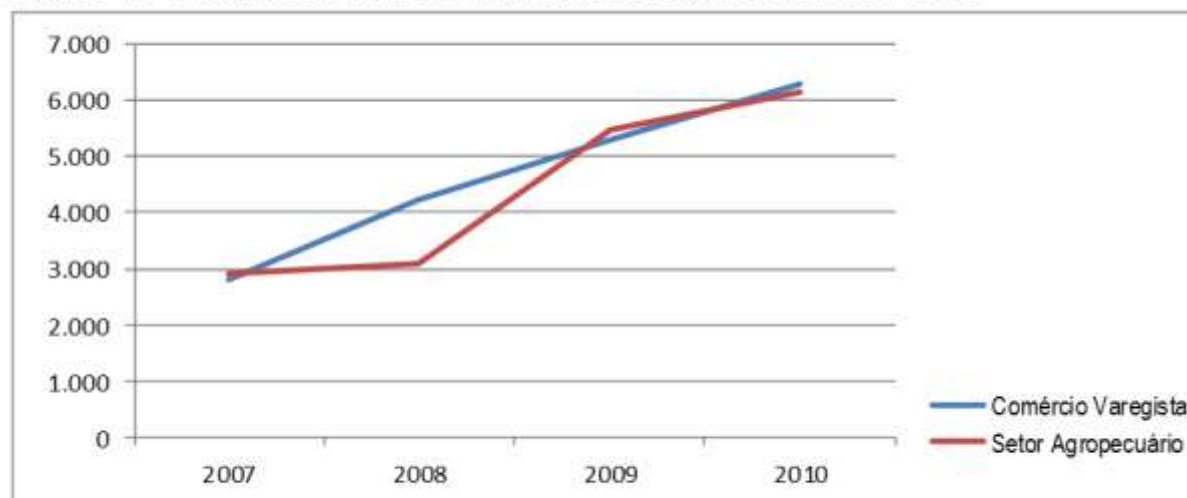
2007 adquiriu 10% da usina, se obrigando a comprar 30% do álcool produzido pela unidade, durante os próximos 30 anos”.

Porém, a participação do capital nacional teve e tem papel decisivo na implantação, estabilidade e expansão das fontes alternativas agroenergéticas brasileiras, segundo Duarte (2008, p. 6), “o BNDES teve participação ao longo do processo de mudanças que o setor sucroalcooleiro passou desde o Proálcool de 1976 até os dias atuais”, sustentando grandes projetos de desenvolvimento das bioeletricidades ou agroeletricidades.

Nesse aspecto, Santos (1999, p. 195), citando Beaud (1987, p. 50), diz que “Se o capitalismo tem hoje dimensões internacional, multinacional, mundial, ele também não perdeu sua dimensão nacional”, ainda para Santos (1999, p. 195), “não temos uma economia completamente globalizada, mas uma economia internacional, cujas respostas são dadas pelas políticas nacionais”. Mesmo que a economia seja internacionalizada em função das grandes commodities, o processo de produção faz movimentar as economias locais e regionais através da produção de produtos de consumo para os mercados local, regional e nacional, destacando-se hoje as agroenergias.

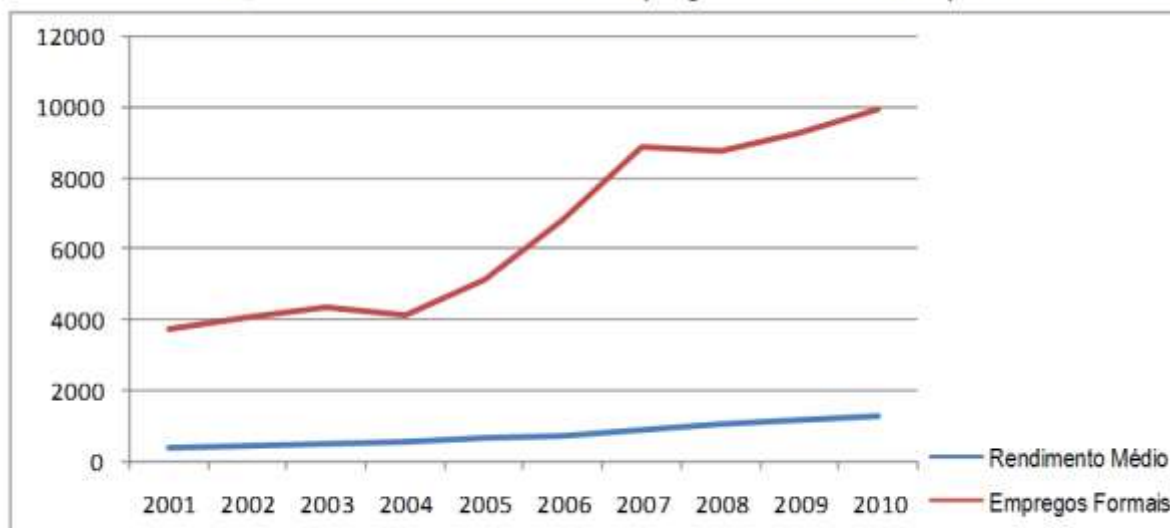
Conforme o gráfico 12, as mudanças e a ampliação no processo produtivo agrícola e de consumo fizeram circular a economia municipal, gerando no período de 2007 – 2010 um crescimento de 176,15% no ICMS e de 91,49% na receita municipal em apenas quatro anos. O ICMS do comércio regista cresce neste período 123,00% e do setor agropecuário 110,47%, enquanto outras atividades tiveram grande desempenho, refletindo no mercado de emprego e na arrecadação pública municipal.

Para Haesbaert (2004, p. 158), “o contato multe escalar, do local ao global, complexificou muito as relações sociais e fez com que escalas tradicionalmente bem definidas e dominantes, como a do Estado-nação e a da região, se tornassem mais patamares de intermediação do que escalas centrais de referência”. Hoje o local e o global estão dividindo o mesmo território, fazendo acontecer às mesmas “tessituras”, onde as escalas de poder não são mais estabelecidas por dimensões físico-naturais ou por raio de influência de atores hegemônicos, mas pela capacidade de fazerem “tessituras” ou conexões de redes que configuram outra dimensão territorial do processo produtivo, os atores globais são hegemoneizantes enquanto os atores locais são hegemoneizados.

**Gráfico 12 - Evolução do ICMS no Município de Quirinópolis, 2007 - 2010**

Fonte: seplan.go.gov.br/sepin - *Estatísticas Municipais (Séries Históricas)*  
Organizador: Santos, G. C. dos. 2011.

Para a força de trabalho, um dos mais importantes fatores da dinâmica territorial, esta na capacidade de ofertas de empregos e de remuneração da mão de obra. Conforme o gráfico 13, a oferta de empregos formais cresceu no período 2004 a 2010 141,49%, e os rendimentos médios cresceram 134,30% no mesmo período.

**Gráfico 13 - Evolução do rendimento médio e empregos formais. Quirinópolis, 2001 - 2010**

Fonte: seplan.go.gov.br/sepin - *Estatísticas Municipais (Séries Históricas)*  
Organizador: Santos, G. C. dos. 2011.

Portanto, os indicadores econômicos, políticos e sociais, demonstram que no processo produtivo agrícola desenvolvido nos municípios de Quirinópolis e

Gouvelândia, onde territorializa as demandas dos mercados internacionais, nacional e local, porque as demandas dos mercados internacionais são também de interesses dos mercados regionais e locais, porque os atores hegemoneizantes têm que se territorializar para produzir, onde criam condições para ocorrerem novas dinâmicas territoriais, uma nova territorialidade.

Quirinópolis não é e não será mais o mesmo a partir da expansão produtiva do setor sucroalcooleiro ou agroenergético, buscará superar as novas desigualdades regionais, a partir dos incentivos tecnológicos, creditícios e dos recursos naturais que resultaram em diferentes níveis de produtividade e de valores, alterando antigas correlações de poder, estruturando e fortalecendo uma nova dinâmica Territorial, social e política.

## 5. CONCLUSÃO

A análise da dinâmica territorial em Quirinópolis, com foco centrado principalmente a partir da implantação do setor agroenergético ou sucroalcooleiro, não consegue responder pela dinâmica territorial atual, que vem sendo estruturada com ritmo e características diferentes, através das transformações políticas e socioeconômicas que ocorreram a partir da década de 1970, com a implantação das grandes lavouras monoculturas de arroz, milho e soja.

Após a implantação da sojicultura, o uso dos solos agrícolas inicialmente cultivados com arroz, passa a desenvolver além das pastagens cultivadas a cultura da soja. Porém, a cultura da soja não passa a ocupar áreas de pastagens, exceto em alguns poucos casos de mudanças de opção ou de reformas de pastagens pelos pecuaristas, porque tanto sojicultores como pecuaristas utilizavam após o desmatamento o cultivo de arroz como forma de amaciar o solo, antes de implantar a atividade produtiva predominante no seu ramo de atividade. A partir de 2004 as transformações implantadas no uso do solo pelo setor Sucroalcooleiro ou agroenergético, ocorrem substituindo as pastagens cultivadas e os tradicionais cultivos de soja e milho por lavouras canavieiras, alterando substancialmente a dinâmica territorial existente.

Por influências de São Paulo como centro mais dinâmico do País, inicia-se a ampliação de mercados produtores e consumidores periféricos com a inserção do Centro Oeste no processo produtivo nacional, principalmente a partir da construção de Brasília, que induziu ou serviu de instrumento político para a construção da ampla malha rodoviária federal interligando as principais áreas produtoras e consumidoras do País, nas quais o Sudoeste goiano se insere por sua localização geográfica e qualidade das terras agricultáveis.

Neste contexto, a construção de Brasília tornou-se um dos marcos simbólicos do processo de desenvolvimento do Sudoeste goiano e de Quirinópolis, com grandes ações políticas realizadas através da construção da malha rodoviária, de planos de intervenção na produção agrícola, na pecuária e no armazenamento da produção, apresentando racionalidades econômicas que delineavam claramente as demandas políticas, econômicas e sociais do País.

Outro grande marco no desenvolvimento econômico brasileiro foi: a ampliação na capacidade de geração, oferta e distribuição de energia elétrica, que possibilitaram o desenvolvimento da infraestrutura urbana e a implantação das indústrias de beneficiamento de arroz e de produção de subprodutos do milho; a implantação de empresas de assistência técnica, manutenção e reparos de máquinas e equipamentos agrícolas; a estruturação do comércio de fertilizantes químicos, fungicidas, herbicidas e de sementes selecionadas e/ou certificadas.

Implantar uma nova dinâmica significa mudar a ordem e estabelecer um novo padrão tecnológico, tem também o significado de romper práticas antigas e tradicionais que emperram o desenvolvimento de atividades produtivas modernas e articuladas ao mercado consumidor, que exige competitividade em qualidade, preço e prazos de circulação de mercadorias e capitais.

Outros fatores que produziram grandes impactos positivos na dinâmica territorial e produtiva nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, a partir do final da década de 1970 e durante a década de 1980, foram apresentados por empresas de assistência técnica especializada e extensionistas como a ACAR-GO e EMATER-GO, que atuaram na formação de lideranças comunitárias e produtivas rurais.

Os sistemas públicos de ensino estadual e municipal contribuíram também de forma decisiva na redução do analfabetismo e na adequação tecnológica, criando condições político-sociais para realização de importantes ações educativas, através de cursos e eventos práticos, para demonstração de técnicas e manuseio de máquinas e equipamentos agrícolas, por parte das empresas que atuam neste mercado. Elevando a capacidade técnica e de receber investimentos públicos por parte dos produtores rurais, além de possibilitar a agregação de grandes áreas de solos de baixa fertilidade natural ao processo produtivo.

As transformações produtivas caracterizam uma nova territorialidade, muito mais dinâmica por ações das novas tecnologias sobre os velhos conceitos, às velhas práticas, caracterizando o moderno processo produtivo comercial sobre a “antiga” subsistência, que inicialmente se intercalam e em pouco tempo o moderno sobrepõem, criando um estágio novo e de diferentes relações.

Durante o processo de territorialização produtiva da sojicultura, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, ocorrem substanciais alterações nas relações tempo e espaço, associando-se intimamente não só redução das distâncias físicas reais entre áreas produtoras e grandes mercados, mas principalmente as distâncias

virtuais que maximizam as relações entre produtores e as variações de preços e demandas deste produto.

Outros fatores que atuaram na redução do tempo – não apenas do tempo cronológico, mas do tempo técnico-científico e do espaço enquanto dinâmica e estratégias – se caracterizam pela evolução dos meios de transportes entre a origem dos produtos e sua destinação final, pela ação das biotecnologias que possibilitaram significativos aumentos na produtividade por indivíduos ou pés de soja, no aumento da quantidade de pés de soja por metro quadrado ( $m^2$ ), na precocidade e na variedade de espécies de soja e milho, permitindo a realização de duas ou mais safras por ano no mesmo território.

A participação do Estado na modernização da agricultura nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia ocorreu principalmente através do crédito rural, possibilitando a introdução das culturas de soja, milho e algodão, mas este mesmo sistema de crédito torna-se segregador do processo produtivo, devido às exigências de padrão técnico e operacional. Por suas características de mercado e de cultivos, a soja tornou-se o principal produto comercial destes municípios, estruturando a categoria dos agricultores permanentes.

A expansão da sojicultura faz abrir novas áreas produtivas, preparadas a partir das décadas de 1980 e 1990 para atender as novas demandas tecnológicas de produção e de mercados. Reduzindo-se extremamente os “espaços” para as atividades de subsistência na agricultura, atingindo um estágio de desenvolvimento que não possibilitava a permanência dos produtores “tradicionais” na nova dinâmica territorial.

Uma das características mais evidentes do novo processo produtivo está na homogeneização das tecnologias, das atividades produtivas, dos produtos e da nova dinâmica territorial, porque são padronizadas através de ações políticas e mercadológicas das atuais agroindústrias.

O desenvolvimento das modernas atividades agroindustriais foi e é grande gerador de investimentos, produzem transformações políticas e sociais, geram empregos especializados e rendas, alteram a dinâmica territorial criando novas territorialidades.

As modernas agroindústrias são empreendimentos que dominam tecnologias com as mesmas características, com empreendimentos que diferem apenas em aspectos secundários, geralmente ocultos aos olhares externos, todos buscam a

homogeneização das atividades produtivas agrícolas e a hegemonia nos setores mercados que atuam.

A partir da fase inicial de implantação das lavouras canavieiras em 2005, as áreas de cultivos de soja e pastagens cultivadas foram sendo proporcionalmente transformadas, conforme ocorre a expansão das lavouras canavieiras, alterando a estrutura produtiva e a dinâmica territorial nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia. São duas culturas que movimentam as economias municipais e o mercado de empregos, porém, apresentando características muito diferentes; a cultura da soja retinha uma pequena parcela de pequenos e médios produtores residentes no campo porque possibilitava o desenvolvimento de outras atividades rurais nas entressafras, enquanto a lavoura canavieira retira toda a população residente no campo, mas oferece um mercado de emprego direto e indireto muito maior e com melhor remuneração.

Os cultivos de cana e principalmente de soja por suas características políticas e fundiárias participam ativamente da dinâmica territorial nos municípios, fortalecendo além do mercado de empregos especializados e não especializados, as atividades comerciais varejistas, a construção civil e o mercado imobiliário, o setor de serviços técnicos, especializados e outros.

Como todas as relações entre atores hegemonzadores e hegemonzados tornam-se centralizadas, as atividades produtivas rurais desenvolvidas pelo sistema sucroalcooleiro ou agroenergético seguem a mesma dinâmica de gestão, tornando a participação dos produtores rurais neste processo muito mais desafiador, por saírem da condição de produtores autônomos para integrarem como parceiros a novos desafios, apresentados pelos cultivos de alto padrão tecnológico e de ciclo anual.

As ações políticas e econômicas impulsionadas por atores externos e hegemoneizantes, ocorrem primeiro sobre atores internos como políticos municipais e produtores rurais, por serem eles os facilitadores à adesão e a entrada de aos novos projetos agroindustriais. O setor agroenergético, com apoio pleno do Estado através de políticas públicas que estimulam a produção agrícola em grande escala, não conseguem agregar os mesmos estímulos à política de distribuição de renda a todos os segmentos produtivos e a força de trabalho, concentrando as forças geradoras da nova dinâmica territorial às relações setor agroenergético e cidade.

A nova dinâmica territorial é resultante da capacidade plena do território em assimilar novas tecnologias, como forças impulsionadoras das atividades produtivas

e socioeconômicas ao funcionalizar e refuncionalizar áreas produtivas, levando-as a corresponder aos novos fluxos a elas implementados. Nesta nova dinâmica territorial não basta ao território oferecer recursos genéricos como terra, água, infraestrutura e mão de obra para efetivar processos produtivos de alto padrão tecnológico, mas exige-se do território capacidade de assimilar os impulsos gerados pelo setor agroenergético, transformando-os em significativas melhorias no padrão de vida da população, na capacidade de circulação de mercadorias, bens e serviços.

No processo de constituição da dinâmica territorial, a dimensão política não pode ser compreendida e nem restringida apenas aos papéis do Estado e das empresas, nem ignorar a intervenção da sociedade organizada por aspectos econômicos, social ou culturalmente, a dinâmica nos territórios voltados para os multimercados não são resultantes de arranjos territoriais regionais ou locais, mas de multidinâmicas que são territorializadas pelo processo global das demandas agroindustriais.

As características predominantes nos arranjos territoriais que estruturam a dinâmica territorial produtiva em Quirinópolis se tornaram socialmente conflituosas por incorporar como parceiros ao processo produtivo canavieiro apenas os médios e grandes produtores rurais, que representam uma pequena parcela dos produtores em atividade nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia, desvinculando da terra pequenos produtores, arrendatários, parceiros e outros que perdem as raízes agrícolas.

Os fluxos políticos e econômicos gerados pelo setor agroindustrial produtor de energias renováveis e complementares, atuam na constituição da dinâmica territorial realçando o papel e a expressão de poder das atividades agrícolas na organização territorial quirinopolina, produzindo uma relação transitória de equilíbrio político entre as atividades rurais e urbanas, não só pelas novas demandas tecnológicas e de incentivos ao processo produtivo, mas, porque dinamizam as demandas políticas, econômicas e sociais, estimulando a produção e a circulação de valores, de bens e de serviços.

Portanto, a dinâmica territorial nos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia é caracterizada por ações recentes dos indicadores econômicos, políticos e sociais demonstrados através do processo produtivo agrícola, onde territorializam as demandas dos mercados internacionais agroenergéticos, fortalecendo a relação de complementaridade, reciprocidade e de solidariedade entre campo-cidade.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 n<sup>os</sup> 1,2, 3 e 29, n<sup>o</sup>1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo e PIKETTY, Marie-Gabrielle. Política de crédito do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005.

ACAR-GO - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás, 1959.

AJARA, César. População. In: Geografia do Brasil, Região Centro Oeste. Vol 1, IBGE, Rio de Janeiro; 1989.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Geografia e cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida. Goiânia – GO, Ed. Vieira, 2008.

BORGES, Barsanufu Gomides. Goiás nos quadros da economia nacional: 1930 – 1960. Goiânia – GO, Editora da UFG, 2000.

BORGES, Ronan Eustáquio. No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais. Tese de Doutorado. UNESP, Rio Claro – SP, 2006.

CASTRO, Nivaldo José de e DANTAS, Guilherme de A. A Bioeletricidade Sucroalcooleira e o Hiato entre Oferta Potencial e Oferta Efetiva. IFE n. 2.213, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2008 a.

CASTRO, Nivalde José de e DANTAS, Guilherme de A. A Importância da Inserção da Bioeletricidade na Matriz Brasileira e o Leilão de Energia de Reserva. IFE n. 2.227, Rio de Janeiro, 19 de março de 2008 b.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Geografia e cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida. Ed. Vieira, Goiânia; 2008.

CHAVEIRO, Eguimar Felício, CALAÇA, Manoel e REZENDE, Mônica Cristina da Silva. A dinâmica demográfica de Goiás. Goiânia; Ellos, 2009.

CLEPS Jr, João. A questão agrária, Estados e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET,

Marcos Aurélio e SANTOS, Roseli Alves dos (Organizadores). Geografia Agrária, território e desenvolvimento. São Paulo; Editora expressão Popular, 2010.

COSTA, Wanderley Messias da. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. 7 ED. São Paulo; Contexto, 1997.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. O que é a Filosofia. Tradução de Bento Prado Jr e Alberto Alonso; Editora 34, Rio de Janeiro, 1992.

DUARTE, Laura M. G. A questão energética: sustentabilidade do desenvolvimento ou desenvolvimento da sustentabilidade. Palestra proferida nas quartas sustentáveis, em 20/08/2008.

ESTEVAM, Luis. O tempo da transformação: Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 2 ed. Goiânia, Ed. da UCG, 2004.

FABRINI, João Edmilson. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SANTOS, Roseli Alves dos (Organizadores). Geografia Agrária, território e desenvolvimento. São Paulo; Editora expressão Popular, 2010.

GOMES, Horieste. Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia. Goiânia, CEGRAF/UFG, 1991.

GRAZIANO NETO, Francisco. Questão Agrária e Ecológica - crítica da moderna agricultura. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IANNI, Octávio. Teorias da globalização. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria Técnica. Geografia do Brasil - Região Centro Oeste. Rio de Janeiro, SERGRAF – IBGE, 1977.

IBGE – Censos Agropecuário, 1950 – 1990.

IBGE – Censos Demográficos, 1950 – 2000.

LUCENA, Romina Batista de (2000). O Papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, 1980/1998. Porto Alegre: CPGE/UFRGS, 2000. Dissertação de (Mestrado em Economia) UFRGS.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Produção - Safras 2000/01 2010/11. MENDONÇA, Marcelo Rodrigues e HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A urdidura espacial do Capital e do Trabalho no Cerrado do Sudeste goiano. Tese de Doutorado. UNESP, Presidente Prudente - SP, 2004.

MENDONÇA, M. R. y A. THOMAZ JÚNIOR. A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. *Investigaciones Geográficas*, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM, ISSN 0188-4611, Núm. 55, 2004, pp. 97-121.

MIZIARA Fausto e SANTANA, Eloisa Pio de. Extensão Rural no Estado de Goiás: Produção familiar e modernidade reflexiva. *estudos*, Goiânia, v. 34, n. 9/10, p. 659-675, set./out. 2007.

MTC - Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos Ciência, Tecnologia e Inovação - Diretrizes Estratégicas do Fundo Setorial de Agronegócio, CT Agronegócio, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Campesinato e agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: FEITOSA, A. M. A; ZUBA, J. A. G.; JUNIOR, J. C. (Org.). *Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e reforma agrária no Brasil*. Goiânia: UCG, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. 1ª Edição, São Paulo; FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Eliane de e DUARTE Laura Maria Goulart. Gestão da Biodiversidade e produção agrícola: O cerrado goiano. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 105-142, jan./abr. 2004.

PEIXINHO, Dimas Moraes. (Tese de Doutorado) A dinâmica sócio-espacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação de centros dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO). Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

PIRES, Murilo José de Souza. (Tese de doutorado) As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura fundiária nas regiões do Estado de Goiás. Instituto de Economia da UNICAMP, 2008.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França, São Paulo; Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Dinalva Donizete, MENDONÇA, Marcelo Rodrigues e HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Relações de trabalho na agricultura mecanizada: a monocultura da soja em Goiás. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (81), 2002.

SANTOS, Gilberto Celestino dos. Transformações econômico-sociais e reestruturação do espaço no Sudoeste goiano, no período 1950-1991. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife - PE, 1995.

SANTOS, Milton. (Organização RIBEIRO, Wagner Costa). *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início de século XXI*. 3 ed. - Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 8 ed. Rio de Janeiro; Record, 2001.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

SAQUET, Marcos Aurélio e SANTOS, Roseli Alves dos. Geografia Agrária, Território e desenvolvimento. 1 ed. São Paulo; Editora Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções sobre território. São Paulo; Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. O Território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: SPÓSITO, E. SAQUET, M. RIBAS, A. (Org.) Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR; Unioeste, 2004, P. 121 – 147.

SAQUET, Marcos Aurélio. Os tempos e os territórios da colonização italiana. Porto Alegre/RS, EST Edições, 2003 (2001).

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

TUROLLA, Frederico Araújo, CHAIM, Rafael Veiga e ESBERARD, Rafael Ramalho. Custos de produção como diferencial estratégico: o caso do setor sucroalcooleiro. Revista Administração em Diálogo, n. 13, v. 2, 2009, p. 73-90.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo; DIFEL, 1979.

Entrevistas:

Economista Antônio Carlos Borges – Diretor Presidente da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Vale do Paranaíba (Agrovale), (05/01/2012).

Sítios:

BEZERRA, Luiza Maria Capanema e CLEPS Jr, João. O desenvolvimento agrícola da Região Centro-Oeste e as transformações no Espaço agrário do Estado de Goiás. Caminhos de Geografia 2(12)29-49, Jun/2004. Disponível em: [www.ig.ufu.br/caminhos\\_de\\_geografia.html](http://www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html) Acesso em: 20/05/2011.

BORGES, Barsanufio Gomides (1999). A Economia Agrária Goiana (1930-1960). Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso1999/Textos/BARSANUF.pdf>. Acesso em: 15/04/2010.

BRANDÃO, Antonio Salazar Pessoa; REZENDE, Gervásio Castro e MARQUES, COSTA, Roberta Wanderley da (2005). *Crescimento agrícola no período 1999/2004: explosão da soja e da pecuária bovina e seu impacto sobre o meio ambiente*. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td\\_1103.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1103.pdf) Acesso em: 04/05/2010

CARVALHO, Horácio Martins de (2009). Inovações tecnológicas na produção de agrocombustíveis: bases do império das fontes de energia renovável. Disponível em: [www.ecolnews.com.br/innovacoes\\_tecnologicas\\_na\\_oferta\\_agrocombustiveis.pdf](http://www.ecolnews.com.br/innovacoes_tecnologicas_na_oferta_agrocombustiveis.pdf). Acesso em: 19/06/2011

CASTRO, Nivaldo José de e DANTAS, Guilherme de Azevedo. Bioeletricidade e a Crise Internacional (2008). Disponível em: [http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/artigos/081118\\_CastroDantas\\_BioeletricidadeCriserInternacional.pdf](http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/artigos/081118_CastroDantas_BioeletricidadeCriserInternacional.pdf) Acesso em 12/07/2011.

CASTRO, Nivaldo José de, BRANDÃO, Roberto e DANTAS, Guilherme de Azevedo. Importância e perspectivas da bioeletricidade sucroenergética na matriz elétrica brasileira. Disponível em: [www.unica.com.br/downloads/estudosmatrizenergetica/pdf/matriz\\_bioeletricidade\\_castro5.pdf](http://www.unica.com.br/downloads/estudosmatrizenergetica/pdf/matriz_bioeletricidade_castro5.pdf) Acesso em: 17/07/2011

DANTAS, Guilherme de Azevedo. Porque a Expansão do Setor Sucroenergético na Matriz Brasileira. Disponível: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=24373> Acesso em: 08/05/2010. (publicado em 06/06/2008)

FELISMINO, Rodrigo. Matrizes Energéticas: Petróleo e Biocombustível. Disponível em: < <http://www.consvita.com.br/boletiminternacional/?p=26> Acesso em: 02/06/2010

FINGUERUT, Jaime. Cada vez mais perto do etanol celulósico. Disponível em: [www.estadao.com.br/noticias/suplementos,Cada-vez-mais-perto-do-etanol-celulosico,531765,0htm](http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,Cada-vez-mais-perto-do-etanol-celulosico,531765,0htm) Acesso em: 21/07/2011. (publicado em 31/03/2010)

JANK, Marcos Sawaya. Agrocombustíveis ganham passaporte para o mundo. Portal EcoDebate Entrevista presidente da ÚNICA, 14/03/2010. Disponível em: [www.ecodebate.com.br/2010/03/14/Agrocombustiveis-ganham-passaporte-para-o-mundo](http://www.ecodebate.com.br/2010/03/14/Agrocombustiveis-ganham-passaporte-para-o-mundo) Acesso em: 12/02/2011.

LEITE, Rogério Cezar Cerqueira e LEAL, Manoel Régis I. V. O biocombustível no Brasil. Novos estudos - CEBRAP n°. 78, São Paulo, julho 2007, p 15-21. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n78/03.pdf> Acesso em: 08/07/2011

LINS, Clarissa e SAAVEDRA, Rafael (2007). Sustentabilidade corporativa no setor Sucroalcooleiro brasileiro. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: [www.fbds.org.br/fbds/article.php3?id\\_article=950](http://www.fbds.org.br/fbds/article.php3?id_article=950) Acesso em: 20/06/2011

LUCENA, Romina Batista e SOUZA, Nali de Jesus de (2001). Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira, 1950/2000. Disponível em: [www.nalijosouza.web.br.com/pol\\_agr\\_br.pdf](http://www.nalijosouza.web.br.com/pol_agr_br.pdf) Acesso em: 21/04/2011.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Políticas Agrícolas, Crédito rural. Disponível em: [www.agricultura.gov.br/](http://www.agricultura.gov.br/) Acesso em: 11/07/2011.

MATOS, Patrícia Francisca de e SALAZAR PESSOA, Vera Lúcia (2009). Territorialização da agricultura moderna na Região Sudeste de Goiás (Brasil): Considerações Preliminares. Disponível em: [observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/geografiasocioeconomica/geografiaagricola/49.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/geografiasocioeconomica/geografiaagricola/49.pdf). Acesso em: 25/04/2011

MICHELOTTO, Bruno Del Grossi. INTRODUÇÃO. Disponível em: [egal2009.easyplanners.info/.../6169\\_Michelotto\\_Bruno\\_Del\\_Grossi.doc](http://egal2009.easyplanners.info/.../6169_Michelotto_Bruno_Del_Grossi.doc) Acesso em: 04/05/2010

NASSAR, André Meloni. Brasil já é terceiro maior exportador agrícola. Disponível em: [http://www.centrograos.com.br/site/cg/site/noticia\\_completa.php?id=1169](http://www.centrograos.com.br/site/cg/site/noticia_completa.php?id=1169) Acesso em: 10/07/2011

NOGUEIRA. Antonio Carlos Lima. Mecanização na agricultura brasileira: uma visão prospectiva. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, 2001. Disp. em: [http://www.pensa.org.br/anexos/biblioteca/1932007114157\\_MecanizaçãonaAgriculturaBrasileira\\_UmaviçãoProspectiva.pdf](http://www.pensa.org.br/anexos/biblioteca/1932007114157_MecanizaçãonaAgriculturaBrasileira_UmaviçãoProspectiva.pdf) Acesso em 13/04/2010

OLIVEIRA Adão Francisco de. CHAVEIRO, Eguimar Felício e OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de (2009). Transformação em Goiás: Capitalismo, Modernização e novas disposições socioespaciais. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 10, n. 32 - revista eletrônica. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> Acesso em: 20/05/2011.

OLIVÉRIO, José Luiz. Vice-presidente de tecnologia e desenvolvimento da Dedini Indústria de Base. Disponível em: [www.energiamundo.com.br/edicoes.htm](http://www.energiamundo.com.br/edicoes.htm) Ano um nº 1, 2008. Acesso em: 12/07/2011.

OMETTO, Aldo Roberto. Queimada traz prejuízo financeiro a usineiros (2009). Disponível em: [http://campoelavoura.com.br/ver\\_noticias.php?cod=2157](http://campoelavoura.com.br/ver_noticias.php?cod=2157) Acesso em: 20/07/2011.

OMETTO, João Guilherme. Usina de álcool de Quirinópolis (GO) terá R\$ 681 milhões do Produzir 2008. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=21601> Acesso em 22/05/2010

PESSOA, André. sócio-diretor da Agroconsult. No complexo soja (grão, farelo e óleo), as exportações mais do que quadruplicaram. Disponível em: [http://www.centrograos.com.br/site/cg/site/noticia\\_completa.php?id=1169](http://www.centrograos.com.br/site/cg/site/noticia_completa.php?id=1169) Acesso em: 10/10/2011

PIRES, Murilo José de Souza (2008). As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura fundiária nas regiões do Estado de Goiás. Disponível em: <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia/article/view/233/243> Acesso em: 10/05/2010.

RIBEIRO, Dinalva Donizete, MENDONÇA, Marcelo Rodrigues e HESPANHOL, Antonio Nivaldo (2002). *Relações de trabalho na agricultura mecanizada: A monocultura da soja em Goiás*. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-81.htm>. Acesso em: 28/03/2010.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Pequena história da agropecuária goiana (O ouro acabou? Viva o boi!/O ouro se foi? Chegou o boi!). Revista Educação & Mudança, 2010. Disponível em: [revistas.unievangelica.edu.br/index.php/rem/article/viewfile/27/27](http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/rem/article/viewfile/27/27) Acesso em: 15/04/2011

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma Geografia do Trabalho. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/thomazv3neago2002.pdf> Acesso em: 01/05/2010

VIANNA, João Nildo de Souza, WEHRMANN, Magda Eva S. de F. & DUARTE, Laura M. G. A produção de biodiesel no Brasil: a contribuição da soja e de outras oleaginosas. XLIII Congresso da SOBER em Ribeirão Preto – SP, 2005. Disponível em: [www.sober.org.br/palestra/2/682.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/2/682.pdf). Acesso em: 08/07/2011.

VIEIRA, Eusélio Pavaglio e BRIZOLLA, Maria Margarete Baccin (2000). A influência da mecanização da atividade agrícola na composição do custo de produção. Disponível em: <http://www.anpcont.com.br/site/docs/congresso/01/CCG152.pdf> Acesso em: 5/04/2010.

<http://www.chevroletbrasil.nafoto.net/images/photo200501>

#### Bibliografias Consultadas:

ALHO, C.J. R.; MARTINS, E. De grão em grão o Cerrado perde espaço: Cerrado- Impactos do processo de ocupação. WWF, 1995.

APTA – Agência Paulista de Tecnologias dos Agronegócios – 2007.

BNDES/FINAME Agrícola especial (Resolução CMN/BACEN Nº 3.075, de 24/04/2003).

CALAÇA, Manoel e DIAS, Wagner Alceu. No obscuro do ouro, o brilho do cerrado: A dinâmica territorial do Município de Crixás – GO. Goiânia, Editora Ellos, 2010.

CALAÇA, Manoel. Transformação do espaço agrário no cerrado: infraestrutura e modernização da agricultura. In. Anais do VII EREGEO. Quirinópolis - GO: Gráfica e Editora Piloto, 2001.

CAMPOS, Francisco Itami. Questão Agrária: basas sociais da política goiana (1930 – 1964). São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em Política) – Universidade de São Paulo.

CHAUL, Nasr N. Fayad e RIBEIRO, Paulo Rodrigues. (Org.). Goiás: identidade, paisagem e tradição. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

CLAVAL, PAUL. Espaço e Poder. Tradução Valtensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DUARTE, Aluizio Capdeville. O Centro Oeste na organização regional do Brasil. Rio

de Janeiro; IBGE, 1988, vol 01.

EMATER–GO - Empresas de Assistência Técnica e Extensão do Estado de Goiás, criada em 1975, incorporando a ACAR-GO em 1976.

ESTADO DE GOIÁS - Agência Rural – 2001.

ESTADO DE GOIÁS - SEPLAN–GO/SEPIN – 2000.

GODELIER, M. (1984:112) In: COSTA, Rogério Haesbaert da. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José (1997) - “O novo rural brasileiro” – Nova Economia, maio, vol. 7, nº 1 p 43-81 - Belo Horizonte.

IANNI, Octávio. Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

INDOVINA, Francesco. (Org.) Capital e território. Processo capitalístico e utilizzazione del territorio in Itália. Milano: Angeli, 1976a.

IPEA (1997) - O Brasil na Virada do Milênio - Trajetórias do Crescimento e Desafios do Desenvolvimento - vol II – Brasília

IPEA. Política agrícola. Boletim de conjuntura, 68; mar 2005. P. 71 – 78.

MARIANO, Zilda de Fátima. A importância da variável climática na produtividade da soja no sudoeste de Goiás. Tese de Doutorado. UNESP, Rio Claro – SP, 2005.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão. Tese de Doutorado. UNESP, Presidente Prudente – SP, 2005.

MESQUITA, Olindina Vianna. Geografia do Brasil – Região Centro Oeste, Vol. 01, Rio de Janeiro, IBGE, 1989.

MODERAGRO - programa de modernização da agricultura e conservação de recursos naturais - (Resolução CMN/BACEN Nº 3.093, DE 25/06/2003).

MODERFROTA - Programa de modernização da frota de tratores agrícolas e implementos associados e colheitadeiras. – Autorizado pela Medida Provisória nº 2.017-1, de 17/02/2000 (transformada posteriormente no art. 3º da Lei nº 10.200, de 14/02/2001). Está regulamentado pela Resolução CMN/BACEN nº 3.086, de 25/06/2003.

MORAES, A. C. R. e WANDERLEY, M. da C. A valorização do espaço. 2 ed . São Paulo: HUCITEC, 1987.

OMETTO, Aldo Roberto. Avaliação do ciclo de vida do álcool etílico hidratado combustível pelos métodos EDIP, exergia e emergia. (Tese de Doutorado – USP, Escola de Engenharia de São Carlos), 2005.

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – 1975.

PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, instituído pela Lei 5.969/1973.

PRODEAGRO - programa de desenvolvimento do agronegócio – (Resolução CMN/BACEN Nº 3.094, DE 25/06/2003).

PROLEITE - programa de incentivo à mecanização, ao resfriamento e ao transporte granelizado da produção de leite – (Resolução CMN/BACEN Nº 3.088, de 25/06/2003).

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

SANTOS, Milton. Técnica Espaço Tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. 5 ed. São Paulo; HICITEC, 1997.

SANTOS, Milton. Urbanização brasileira. 2 ed. HUCITEC, 1994.

SCOPINHO, R.A. Vigiar a vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003. 284 p.

SECCO, Alexandre; OINEGUE, Eduardo. São Paulo: ed. Abril, Veja Edição Especial maio – 2000.

SILVA, José Graziano da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp, 1996.

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural - 1965.

STORPER, M. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: Lavinhas, L. Carleial, I e Nabuco, M. (Org.) Integração, Região e Regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

Sítios Consultados:

A soja no Brasil. Disponível em: <http://www.cisoja.com.br/index.php?p=historico> > Acesso em: 28/03/2010.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - vols. 28 n<sup>os</sup> 1, 2, 3 e 29, n<sup>o</sup>1 - Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em: <http://www.sda.ce.gov.br/categoria3/agricultura-familiar/Agricultura-familiar.pdf>  
Acesso em: 03/06/2010

Agrocombustíveis em debate – Os desafios da agroenergia no Brasil. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/especiais/agrocombustiveis> Acesso em 22/05/2010

Atlas da Questão agrária brasileira – Estrutura fundiária. Disponível em: [http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura\\_fundiaria.htm#estrutura\\_fundiaria](http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm#estrutura_fundiaria)  
Acesso em 15/04/2010.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. *Recuo de preços pesa no faturamento das exportações do agronegócio em 2009*. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/macro/> Acesso em: 31/03/2010

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. A “Velha” e a nova bioeconomia, desafios para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br> >  
Acesso em 10/05/2010.

Boletim Diário do Portal EcoDebate (14/03/2010) Agrocombustíveis ganha passaporte para o mundo. publicado pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, em São Leopoldo, RS. Disponível em: [www.ecodebate.com.br/.../agrocombustiveis-ganham-passaporte-para-o-mundo/](http://www.ecodebate.com.br/.../agrocombustiveis-ganham-passaporte-para-o-mundo/)  
Acesso em: 12/05/2010

BRAUNBECK, Oscar e OLIVEIRA, Julieta T. A. Colheita de cana de açúcar com auxílio mecânico. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/0D/eagri/v26n1/30121.pdf> Acesso em: 08/05/2010.

CASTRO, Nivaldo José de e DANTAS, Guilherme de Azevedo. Bioenergia no Brasil e na Europa: uma análise comparativa. Disponível em: [www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/artigos/0810XX\\_castrodantas\\_BioenergiaBrasilEuriopa.pdf](http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/artigos/0810XX_castrodantas_BioenergiaBrasilEuriopa.pdf)  
Acesso em: 16/07/2011.

CEPEA-USP/CNA *PIB do Agronegócio Brasileiro de 2000 a 2008*. Disponível em: [http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/other/Cepea\\_PIB\\_BR%201994%202008.xls](http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/other/Cepea_PIB_BR%201994%202008.xls)  
Acesso em: 08/05/2010.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Perfil do Setor do Açúcar e do Álcool no Brasil. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/perfil.pdf> Acesso em: 22/10/2011

DUARTE, Laura M. G. VALERIEÉ, Pierre. VIANNA, João Nildo e WEHRMANN, Magda E. A territorialização do setor sucroalcooleiro no Brasil - de 1948/49 a 2006/2007 Disponível em: [www.professores.cds.unb.br/jnildo/pub/arquivo\\_ver.cfm?arquivo...pdf](http://www.professores.cds.unb.br/jnildo/pub/arquivo_ver.cfm?arquivo...pdf)  
Acesso em: 20/03/2011

Emater-GO. Empresa da Assistência Técnica e Extensão. Relatório anual de atividade. Goiânia: EMATER-GO, 1975-1999. Disponível em: <http://revistas.ucg.br/index.php/estudos/article/download/404/335> Acesso em: 15/06/2011

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Impacto Ambiental das Atividades Humanas. Disponível em: <http://www.cana.cnpm.embrapa.br/impacana.html> Acesso em: 27/03/2010

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Plano Nacional de Agroenergia 2006 – 2011. Disponível em: [www.embrapa.br/destaques\\_imagem/2a-edicao-revisada](http://www.embrapa.br/destaques_imagem/2a-edicao-revisada)

EMBRAPA. Agroecologia da Cana-de-Açúcar – (cana de açúcar). Disponível em: <http://www.cana.cnpm.embrapa.br/impac.html> Acesso em 27/03/2010.

EMBRAPA. Impacto Ambiental da Cana-de-Açúcar – (Conceitos). Disponível em: <http://www.cana.cnpm.embrapa.br/impac.html> Acesso em: 27/03/2010.

ESTEVAM, Luiz. *Geração de emprego e a segunda marcha para o Oeste*. Disponível em: <http://www2.ucg.br/flash/artigos/050928oeste.html> Acesso em 28/03/2010.

KITAYMA, O (a). Tecnologia e operação de unidades de bioeletricidade a partir de biomassa de cana-de-açúcar – condições operacionais. In: Cogeração de Energia a Bagaço de Cana no Estado de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: [www.saneamento.sp.gov.br/bio\\_apresen/onório.pdf](http://www.saneamento.sp.gov.br/bio_apresen/onório.pdf) Acesso em: 12/07/2011.

MATTEI, Lauro. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Concepção, abrangência e limites observados. Disponível em: [www.geociencias.ufpb.br/logepa/tas/texto/.../ano3\\_n5\\_artigo6.pdf](http://www.geociencias.ufpb.br/logepa/tas/texto/.../ano3_n5_artigo6.pdf) Acesso em 30/6/2011

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Anuário Estatístico da Agroenergia. Disponível em: [www.agricultura.gov.br/images/MAPA/arquivos\\_portal/anuario\\_cana.pdf](http://www.agricultura.gov.br/images/MAPA/arquivos_portal/anuario_cana.pdf) Acesso em: 10/05/2010

MOTTA, Diana Meirelles da MUELLE, Charles Curt e TORRES, Marcelo de Oliveira. A Dimensão Urbana do Desenvolvimento Econômico - Espacial Brasileiro. Disponível em: [http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/1997/td\\_0530.pdf](http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0530.pdf) Acesso em: 03/06/2010

NADAL, Omar Eduardo de. *Colheita mecanizada da cana-de-açúcar*. Disponível em: <http://www.olicana.com.br/noticias=ler.php?id=292> Acesso em: 08/05/2010.

NASSAR, André Meloni. Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Ícone). Disponível em: [www.iconebrasil.org.br](http://www.iconebrasil.org.br) Acesso em: 08/06/2011.

OMETTO, Aldo Roberto. Avaliação do ciclo de vida do álcool etílico hidratado combustível pelos métodos EDIP, exergia e emergia. (Tese de Doutorado – USP, Escola de Engenharia de São Carlos), 2005. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18138/tde-10072008-151015/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18138/tde-10072008-151015/pt-br.php) Acesso em: 20/07/2011.

PIB Agro CEPEA-USP/CNA. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/> Acesso em: 31/03/2010

PIB do Agronegócio brasileiro, dados de 2000 a 2008. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/> > Acesso em 08/05/2010

PRODECER Disponível em: <http://www.abrasil.gov.br/avalppa/site/.../prog2003.htm> Acesso em: 25/03/2010

QUINTELA, Antón Corbacho. Os sucessos urbanos da colonização agrária em Goiás. Disponível em: < [http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/junho2009/sucessos.pdf](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/sucessos.pdf). > Acesso em: 28/03/2010.

RIBEIRO, Noely Vicente, FERREIRA, Laerte Guimarães e FERREIRA, Nilson Clementino (2008). Expansão do setor sucroalcooleiro no Cerrado goiano: cenários possíveis e desejados. Disponível em: [http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio/trabalhos\\_pdf/00489\\_trab1\\_ap.pdf](http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio/trabalhos_pdf/00489_trab1_ap.pdf). Acesso em: 20/07/2011

SACHS, Raquel Castellucci Caruso. Remuneração da tonelada da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. Informações Econômicas, SP, v.37, n.2, fev. 2007. Disponível em: [http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/pag+55-66\\_000fxg2kvbj02wyiv80soht9heni5dg1.pdf](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/pag+55-66_000fxg2kvbj02wyiv80soht9heni5dg1.pdf) Acesso em: 15/10/2011.

SILVA, Suely Braga da. 50 anos em 5: a odisseia desenvolvimentista do Plano de Metas. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/htm/o\\_brasil\\_de\\_jk/50\\_anos\\_em\\_5\\_o\\_plano\\_de\\_metas.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_brasil_de_jk/50_anos_em_5_o_plano_de_metas.asp)

TORQUATO. Sérgio Alves. Cana-de-açúcar para indústria: o quanto vai precisar crescer. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=7448> Acesso em: 27/03/2010

VEIGA, José Eli da. Pobreza Rural Distribuição da Riqueza e Crescimento. Dispon. em: [http://www.zeeli.pro.br/Livros/\[1999\]pobreza\\_rural\\_distribuicao\\_da\\_riqueza\\_e\\_crescimento.htm](http://www.zeeli.pro.br/Livros/[1999]pobreza_rural_distribuicao_da_riqueza_e_crescimento.htm) Acesso em: 03/06/2010